



INSTITUTO FEDERAL

Rondônia

Campus Guajará-Mirim

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO
EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSEQUENTE
AO ENSINO MÉDIO**



COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO

(Portaria n.º 50 /2018/IFRO/ *Campus* Guajará-Mirim)

MARCELO HOLANDA VASCONCELOS;
DANIELLE ALEXANDRINO DE ANDRADE;
ELIZABETH CAVALCANTE DE LIMA;
FERNANDA LEIA BATISTA SOUZA ESTEVÃO;
GRAZIELA TOSINI TEJAS;
JEFFERSON ANTONIO DOS SANTOS;
KARLA VIVIANNE ARAUJO FEITOSA CAVALCANTE;
MARCOS BARROS LUIZ;
MARINA MEDEIROS DE ARAÚJO SILVA;
MARILEI RODRIGUES;
MAURÍCIO PAULO RODRIGUES;
PHELLYPE KAYYAÃ DA LUZ.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição territorial das unidades do IFRO em 2017.....	16
Figura 2: Distribuição da população por sexo.....	25
Figura 3: Indicadores de inscrições confirmadas por curso no processo seletivo 2017/1 no IFRO <i>Campus</i> Guajará-Mirim.....	26
Figura 4: Indicadores de inscrições confirmadas por curso no processo seletivo 2018/1 no IFRO <i>Campus</i> Guajará-Mirim	27



LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados Econômicos e Sociais de Rondônia	23
Tabela 2: Composição econômica de Guajará-Mirim	23
Tabela 3: População da microrregião de Guajará-Mirim	25
Tabela 4: Bases, Eixos de formação e práticas transcendentess.....	40
Tabela 5: Matriz Curricular do Curso técnico em vigilância sanitária subsequente ao ensino médio.....	42
Tabela 6: Titulação do corpo docente do curso técnico em Vigilância em Saúde subsequente do <i>Campus</i> Guajará-Mirim.....	92
Tabela 7: Regime de trabalho do corpo docente e a carga horária.....	95
Tabela 8: Experiência profissional na docência.....	96
Tabela 9: Corpo docente e endereço da Plataforma <i>Lattes</i>	98
Tabela 10: Descrição de sala para docentes em tempo integral.....	99
Tabela 11: Espaço de trabalho para a coordenação de curso e serviços acadêmicos.....	99
Tabela 12: Descrição da sala de professores.....	100
Tabela 13: Lista de periódicos especializados.....	102
Tabela 14: Quantidade de laboratório didáticos especializados.....	103
Tabela 15: Qualidade dos Laboratórios didáticos especializados.....	104
Tabela 16: Serviços a serem desenvolvidos pelos laboratórios didáticos especializados.....	106
Tabela 17: Infraestrutura e respectivas quantidades e tamanho em metros quadrados.....	117
Tabela 18: Recursos audiovisuais do <i>Campus</i>	127



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA INSTITUIÇÃO	13
II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO	15
1. DADOS INSTITUCIONAIS	15
1.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	15
<i>Marcos Históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.</i>	17
1.2. HISTÓRICO DO CAMPUS DE GUAJARÁ-MRIM.....	19
1.3. MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFRO.....	20
1.3.1. <i>Missão</i>	20
1.3.2. <i>Visão</i>	21
1.3.3. <i>Valores</i>	21
1.4. DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO.....	21
DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	24
1.1. CONTEXTO EDUCACIONAL.....	24
1.1.1. <i>Dados e Pirâmide populacional</i>	24
1.1.2. <i>Demanda pelo Curso</i>	26
1.1.3. <i>Justificativa</i>	27
1.1.4. <i>Formas de Acesso ao Curso</i>	30
1.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) NO ÂMBITO DO CURSO.....	30
1.2.1. <i>A Inter-relação Entre o Ensino a Pesquisa e a Extensão</i>	30
1.2.2. <i>Políticas de Articulação Com os Setores Público e Privado</i>	31
1.2.3. <i>Políticas de Ensino</i>	31
1.2.4. <i>Políticas de Pesquisa</i>	33
1.2.5. <i>Políticas de Extensão</i>	34
1.2.6. <i>Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão</i>	34
1.3. OBJETIVOS DO CURSO.....	36

<i>1.3.1. Objetivo Geral</i>	36
<i>1.3.2. Objetivos Específicos</i>	36
1.4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	36
1.5. ESTRUTURA CURRICULAR.....	39
1.6. CONTEÚDOS CURRICULARES DO CURSO.....	40
<i>1.6.1. Especificação dos Componentes Curriculares</i>	40
<i>1.6.2. Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil desejado do egresso</i>	41
<i>1.6.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares Face às Diretrizes Curriculares Nacionais</i>	42
<i>1.6.4. Matriz Curricular do Curso</i>	42
<i>1.6.5 EMENTÁRIO</i>	44
<i>1.6.5.1 Primeiro Semestre</i>	44
<i>1.6.5.2 Segundo Semestre</i>	51
<i>1.6.5.3 Terceiro Semestre</i>	57
<i>1.6.5.4 Quarto Semestre</i>	66
1.7 METODOLOGIA	73
<i>1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas</i>	74
<i>1.7.2. Transversalidade no Currículo</i>	75
<i>1.7.3. Prática Como Componente Curricular</i>	76
<i>1.7.4. Estratégias de Acompanhamento Pedagógico</i>	77
<i>1.7.5. Flexibilização Curricular</i>	78
<i>1.7.6. Estratégias de Desenvolvimento de Atividades não presenciais ou semipresenciais</i>	78
<i>1.7.7. Certificação de Conclusão de Curso</i>	80
<i>1.7.8. Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos</i>	80
1.8. PRÁTICAS PROFISSIONAIS	81
<i>1.8.1 Prática Profissional Supervisionada</i>	82
<i>1.8.2 Atividade Profissional Efetiva</i>	82
<i>1.8.3 Empresa Júnior</i>	83
<i>1.8.4 Projetos de Extensão</i>	83
<i>1.8.5 Trabalho de Conclusão de Curso</i>	84
1.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	84



1.10. APOIO AO DISCENTE	85
1.10.1. Atendimento Extraclasse.....	85
1.10.2. Atendimento Psicopedagógico.....	86
1.10.3. Estratégias de Nivelamento	86
1.10.4. Estratégias de Interdisciplinaridade.....	87
1.10.5. Estímulos às Atividades Acadêmicas	88
1.11. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	88
1.12. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	90
1.13. NÚMERO DE VAGAS	91
1.14. PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC	91
DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE	91
2.1. COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE CLASSE.....	91
2.2. ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO.....	92
2.3 REGIMES DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO	93
2.4. TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	93
2.4.1. Políticas de Aperfeiçoamento, Qualificação e Atualização do Corpo Docente	94
2.5. TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE – PERCENTUAL DE DOUTORES	94
2.6. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	94
2.7. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE	95
2.8. FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO OU EQUIVALENTE.....	96
2.9. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA DO CORPO DOCENTE.....	97
DIMENSÃO 3 – DA INFRAESTRUTURA.....	98
3.1. GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL	98
3.2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DE CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS.....	99

3.3. SALA DE PROFESSORES.....	99
3.4. SALAS DE AULAS	
3.5. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	100
3.5.1. <i>Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção de Equipamentos</i>	100
3.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA.....	101
3.7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	101
3.8. PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS.....	102
3.9. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS E ESPECIALIZADOS: QUANTIDADE.....	103
3.9.1. <i>Plano de Atualização Tecnológica, Serviços e Manutenção dos Equipamentos</i>	104
3.9.2. <i>Infraestrutura de Laboratórios Específicos da Área de Formação</i>	104
3.10. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUALIDADE.....	104
3.11. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: SERVIÇOS.....	106
3.12. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA E INOVAÇÃO (CEPI)	107
3.13. COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)	108
4. REQUISITOS LEGAIS.....	108
4.1. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO.....	108
4.2. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA.....	109
4.3. DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	110
4.4. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	1112
4.5. ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS.....	113
4.5.1. <i>Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Visual</i>	113
4.5.2. <i>Acessibilidade Para Alunos com Deficiência Auditiva</i>	113
4.6 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO.....	114
4.7. INFORMAÇÕES ACADÊMICAS.....	114
4.8. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	115



5. TEMAS GERAIS E DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	116
5.1. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS	116
5.1.1. <i>Infraestrutura de Segurança</i>	117
5.1.2. <i>Área de Convivência</i>	118
5.1.3. <i>Biblioteca</i>	118
5.1.4. <i>Espaços para Eventos</i>	119
5.1.5. <i>Instalações Sanitárias</i>	119
5.2. ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO	119
5.3. SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	120
5.3.1. <i>Direção de Ensino</i>	121
5.3.1.1. <i>Departamento de Apoio ao Ensino</i>	122
5.3.1.2. <i>Coordenação de Assistência ao Educando</i>	122
5.3.2. <i>Departamento de Extensão</i>	123
5.3.3. <i>Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação</i>	123
5.3.4. <i>Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI)</i>	125
5.3.5. <i>Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais</i>	125
5.4. POLÍTICAS ESPECIAIS DO IFRO.....	125
5.4.1. <i>Políticas de Educação Inclusiva</i>	125
5.5. ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DOCENTES	126
5.6. RECURSOS AUDIOVISUAIS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA ...	127
6. REFERÊNCIAS UTILIZADAS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO	128



APRESENTAÇÃO

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) considera os desafios da educação Técnica diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições do exercício profissional. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) foi concebido como promotor do conhecimento e do saber técnico e tecnológico, assim como instância voltada para atender às necessidades educativas da sociedade. Ressalta-se, ainda, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia não se constitui apenas como uma instância reflexiva da sociedade e do mundo do trabalho, e também como um espaço de cultura e de imaginação criativa, sendo capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

O Curso Técnico em Vigilância em Saúde Subsequente ao Ensino Médio, abrigado ao eixo Ambiente e Saúde, tem como contribuição formar profissionais para uma melhoria da assistência prestada pelos serviços públicos, reduzindo riscos e agravos que afetam a saúde da população, promovendo a qualidade de vida e fomentando a coesão dos setores de Vigilância Sanitária e Epidemiologia.

O profissional técnico em Vigilância em Saúde será habilitado para atuar no mercado de trabalho com capacidade de prevenir, diminuir e/ou eliminar riscos à saúde; intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e serviços, ampliando a atuação da vigilância em saúde e a incorporação das atividades de saneamento, muitas vezes exercidas isoladamente.

Neste sentido, a construção deste PPC pautou-se nas ações de vigilância, prevenção e controle de agravos, prioritariamente com ações de promoção à saúde, com o monitoramento epidemiológico das doenças transmissíveis e não transmissíveis, de atividades sanitárias programáticas, de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador, elaboração e análise de perfis demográficos epidemiológicos, proposição de medidas de controle etc. A Vigilância encontra-se distribuída em patamares hierárquicos técnico-administrativos, nas esferas federal, estadual, municipal e regional, sendo que a base de todas as informações é a região, mais precisamente a micro área.

A proposta aqui apresentada tem por finalidade destacar a realidade vivenciada pelo Campus



quanto à atualização, adequação curricular, realidade cultural e social, buscando garantir o interesse, os anseios e a qualificação da clientela atendida, despertando o interesse para o ensino, a pesquisa e a extensão e, ainda, ao prosseguimento vertical dos estudos. O IFRO entende que todos os cursos devem ser oferecidos nos diversos campi pautados na estrutura pedagógica norteada por PPC que reflita os aspectos macros do Estado de Rondônia sem, no entanto, desprezar as especificidades de cada microrregião. Assim sendo, o referido curso será executado, considerando a flexibilidade necessária na sua organização para atender a diversidade e heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior (Ensino Médio), quanto aos seus interesses e expectativas em relação ao seu futuro como profissional e cidadão.

A concepção do curso é apresentada com a finalidade de criar um mecanismo de preparação do cidadão, não somente qualificado para o trabalho, mas, acima de tudo, apto a refletir e produzir novos conhecimentos e métodos, além da capacidade de compor equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade, caracterizando, assim, a organização curricular desse curso. Por último, o presente documento deverá servir como mecanismo de gerência administrativa e pedagógica do curso, devendo, sobremaneira, atuar na formação do aprender a ser, do aprender a fazer, do aprender a conhecer e do aprender a viver juntos.



I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA INSTITUIÇÃO

1. Dados do Instituto Federal de Educação

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

SIGLA: IFRO

CNPJ: 10.817.343/0001-05

LEI: Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

ENDEREÇO: Avenida 07 de setembro; Bairro Nossa Senhora das Graças; nº 2092; CEP: 76804-124; Porto Velho/RO.

E-MAIL: reitoria@ifro.edu.br

FONE: (69) 2182-9601

2. Dirigentes Ligados à Reitoria

Reitor: Uberlando Tiburtino Leite

Pró-Reitor de Ensino: Moisés José Rosa Souza

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Gilmar Alves Lima Junior

Pró-Reitora de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis

Pró-Reitor de Administração: Jéssica Cristina Pereira Santos

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional: Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

3. Dados da Unidade de Ensino – Campus

CAMPUS: Guajará-Mirim

CNPJ: 10.817.343/0009-54

ENDEREÇO: Avenida 15 de Novembro 4849, Planalto, CEP: 76.850-000

FONE: (69) 99985-4314

EMAIL: campusguajara@ifro.edu.br

WEBSITE: [www.http://portal.ifro.edu.br/](http://portal.ifro.edu.br/)



4. Dados dos Dirigentes da Unidade de Ensino – *Campus*

Diretor-Geral: Elaine Oliveira Costa de Carvalho

Diretora de Ensino: Maria de Fátima Fernandes

5. Dados Gerais do Curso

Nome do curso: Técnico em Vigilância em Saúde

Modalidade: Presencial, Subsequente ao Ensino Médio

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde

Habilitação: Técnico em Vigilância em Saúde

Carga Horária: 1300 horas.

Forma de ingresso: Processo seletivo anual

Vagas de ingresso: 40 alunos por ano

Turno de funcionamento: Noturno

Regime de matrícula: Semestral

Prazo para integralização do curso: No mínimo 4 (quatro) semestres e no máximo 8 (oito) semestres.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

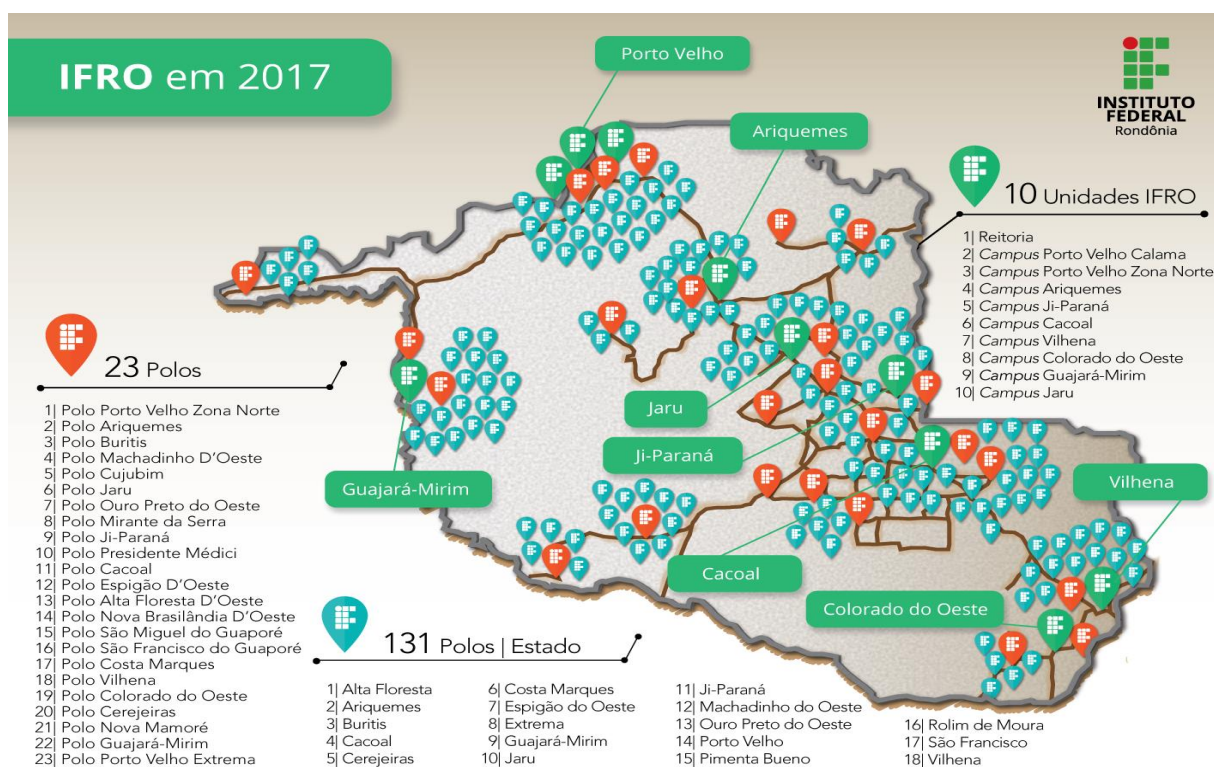
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O Instituto Federal de Rondônia (IFRO) surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia (à época em processo de implantação, tendo Unidades em Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena) com a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, que já possuía 15 anos de existência. Faz parte de uma rede de 105 anos, com origem no Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha. Pelo ato, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada capital federativa, para atender especialmente a filhos de trabalhadores de baixa renda.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multiCampus. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo mecanismos para educação continuada. Regionalmente, é resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época em fase de implantação, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, com 15 (quinze) anos de existência. A fusão originou uma Reitoria, com a previsão de funcionamento de 5 campi: Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena, e um Campus Avançado em Cacoal. Em 2014, o IFRO já possuía em sua estrutura administrativa a Reitoria, 7 (sete) campi e 25 (vinte e cinco) polos de Educação a Distância.

Atualmente, o Instituto Federal de Rondônia possui 09 (nove) campi presenciais, implantados em municípios estratégicos do estado. Mas o processo de expansão e interiorização do IFRO se faz também através da criação e implantação de polos de apoio presencial da Educação a Distância (EaD). Atualmente, são 27 (vinte e sete) polos de EaD em parceria com 22 (vinte e dois) municípios do Estado. Além de 176 polos de EaD em parceria com o Governo do Estado de Rondônia. Conforme dados do sistema SISTEC de 27/04/2018, o IFRO estava com 143 cursos e 15.783 matrículas totais em todos os níveis de ensino (sendo 10.577 no presencial e 5.206 na modalidade EaD), além de 1.234 servidores (Docentes: 663; TAEs: 571; e Estagiários: 50). De acordo com a política de expansão da rede, há, ainda, projetados para entrar em funcionamento 01 (um) Campus em São Miguel do Guaporé, de modo que a configuração do Instituto para o próximo quinquênio contará com 10 (dez) campi, conforme Figura 1.

Figura 1 – Distribuição territorial das unidades do IFRO, em 2017



Fonte: Ascom IFRO, 2017.

1.1.1 Marcos Históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ANO	ACONTECIMENTO
1993	Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da <u>Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993</u> . Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada, com a oferta do Curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária.
2005	Credenciamento da Escola Agrotécnica Colorado do Oeste como Faculdade Tecnológica, com a oferta dos primeiros cursos superiores criados: Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Laticínios.
2007	Implantação do Curso Técnico em Agropecuária em Colorado do Oeste.
	Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da <u>Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007</u> , com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena. As escolas não foram implantadas;
2008	Autorização de funcionamento da Escola Técnica Federal de Rondônia Unidade de Ji-Paraná, por meio da <u>Portaria Nº 707, de 09 de junho de 2008</u> .
	Autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Ji-Paraná, por meio da <u>Portaria nº 706, de 09 de junho de 2008</u> e do <i>Campus</i> Colorado do Oeste pela <u>Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008</u> .
	Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII da <u>Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008</u> , que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste. Foram criados os <i>campi</i> Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena.
2009	Início das aulas do <i>Campus</i> Ji-Paraná e dos processos de expansão da rede do IFRO.
	Primeiro curso de Especialização Lato Sensu do IFRO, em Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), turmas em Colorado do Oeste e outra em Ji-Paraná;
	Autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Ariquemes, por meio da <u>Portaria nº 4, de 06 de janeiro de 2009</u> .
2010	Autorização do funcionamento do <i>Campus</i> Avançado Cacoal e do <i>Campus</i> Avançado Porto Velho Zona Norte, por meio da <u>Portaria nº 1.366, de 06 de dezembro de 2010</u> , além do <i>Campus</i> Vilhena, por meio da <u>Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010</u> . Início das atividades letivas do <i>Campus</i> Ariquemes.
	Ainda no primeiro semestre de 2010 passa a ser ofertado o curso de graduação em Química (licenciatura) no <i>Campus</i> Ji-Paraná.
2011	Início das atividades do <i>Campus</i> Avançado Porto Velho Zona Norte. Início da oferta dos Cursos na modalidade de Educação a Distância, em 22 (vinte e dois) polos: Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos.

	Início da primeira turma de Engenharia do IFRO (curso de Engenharia Agrônoma em Colorado do Oeste).
2012	Ocorre, em 28 de setembro, a primeira audiência pública do IFRO em Cacoal para apresentação dos dados da pesquisa de atividades econômicas regionais.
	A Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim aprovou a doação do terreno para a construção da sede da nova unidade do IFRO, por meio da Lei de doação do terreno sob o número 1.548/2012 da Prefeitura Municipal, com uma área total superior a 30 mil metros quadrados.
2013	Início da oferta de cursos pelo <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte com os cursos presenciais de Técnico em Informática para Internet, Técnico em Finanças e Superior de Gestão Pública, além da oferta dos cursos técnicos EaD produzidos pelo IFRO de Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças. Mudança na categoria de <i>Campus</i> Avançado de Porto Velho para <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte (<u>Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013</u>). Abertura de 16 novos polos de EaD, totalizando 25 polos de EaD no Estado.
	Início, em janeiro, das obras do novo <i>Campus</i> Guajará-Mirim, através da Ordem de Serviço nº 17, de 20 de dezembro de 2012.
	Integração da EMARC ao IFRO como <i>Campus</i> Ariquemes (<u>Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013</u>), e autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Porto Velho Calama (<u>Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013</u>). Mudança de categoria de <i>Campus</i> Avançado Cacoal para <i>Campus</i> Cacoal (<u>Portaria nº 330 de 23 de abril de 2013</u>).
2014	Acordo de Cooperação Acadêmica com a <i>Universidad Nacional de Colombia</i> (UNAL), possibilitando pesquisa conjunta, realização de mobilidade estudantil e estágio, além de Termo de Cooperação com o Centro Internacional de Métodos Numéricos em Engenharia (CIMNE) com possibilidade de capacitação para servidores e alunos.
	Primeira consulta à comunidade do IFRO para eleição dos cargos de Reitor do IFRO. Neste ano também foram escolhidos os Diretores-Gerais dos <i>campi</i> de Colorado do Oeste e Ji-Paraná;
2015	Protocolo de Intenções assinado com os Institutos Politécnicos de Bragança (IPB) e do Porto (IPP) em Portugal, com realização de mobilidade estudantil e estágio supervisionado.
	Mudança do <i>Campus</i> Porto Velho Calama para o novo prédio: 17 salas de aulas, 32 laboratórios, 1 auditório grande, 2 mini auditórios, restaurante e área de convivência, 1 biblioteca grande, salas administrativas para todos os departamentos e estacionamento pavimentado.
2016	Ato autorizativo dos <i>campi</i> Guajará-Mirim e Jaru (Avançado), ambos por meio da <u>Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016</u> . Guajará-Mirim foi idealizado desde 2009 para um perfil binacional.
	Firmado, em agosto, Termo de Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni, que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão.
2017	Realização da cerimônia de inauguração da primeira etapa do <i>Campus</i> avançado Jaru no dia 12 de maio de 2017, com presença do Ministro da Educação, José Mendonça Filho;
	Início dos cursos de Engenharia de Controle e Automação (Porto Velho Calama), Arquitetura e Urbanismo (Vilhena), Licenciatura em Ciências (Guajará-Mirim), Zootecnia (Cacoal e Colorado do Oeste) e curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (Porto Velho Zona



Norte).
A tipologia do <i>Campus</i> Avançado Jaru foi alterada para <i>Campus</i> Jaru, conforme <u>Portaria MEC N° 1.053, de 5 de setembro de 2017.</u>

Fonte: PDI IFRO, 2018.

1.2. HISTÓRICO DO *CAMPUS* DE GUAJARÁ-MIRIM

O *Campus* Guajará-Mirim teve sua concepção inicial idealizada em 2009, com a então gestão do professor Raimundo Vicente Gimenez, na ocasião, Reitor do Instituto Federal de Rondônia. Esta unidade do IFRO foi concebida para atender a população da região que engloba os municípios de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e, inclusive, a cidade boliviana de Guayaramirin, com a pretensão de atuar como escola de fronteira.

No ano de 2011, a então Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, autorizou a implantação de novos *campi* dos Institutos Federais em todo o Brasil, o que proporcionou o início do estreitamento das relações entre a gestão do IFRO e a gestão municipal da cidade de Guajará-Mirim, para tratar da implantação do atual *Campus*.

Diante disso, no ano de 2012, a Câmara Municipal de Guajará-Mirim aprovou a doação do terreno para a construção da sede da nova unidade do Instituto Federal de Rondônia e, o excelentíssimo prefeito sancionou a Lei 1.548/2012 de doação do terreno, com uma área total superior a 30 mil metros quadrados. Os procedimentos legais foram realizados e então a área que era ocupada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente a Agricultura passou a ser de propriedade do IFRO.

No mês de fevereiro de 2012, o senhor Atalibio Pegorini, então prefeito da cidade de Guajará-Mirim, assinou o “Termo de Compromisso” para o credenciamento do município na condição de beneficiado com a instalação do oitavo *Campus* do IFRO no estado de Rondônia. De imediato o IFRO passou a ofertar o ensino na modalidade a distância, com a implantação de um Polo EaD, disponibilizando 10 cursos técnicos subsequentes ao ensino médio à população do município.

Em janeiro de 2013 as obras do novo *Campus* tiveram início, através da Ordem de Serviço número 17 de 20 de dezembro de 2012. Com estas atividades em andamento, foi projetado o início das atividades de ensino, pesquisa e extensão do *Campus* para o ano de 2014, inclusive com a



transferência do polo EaD para as instalações da unidade, porém neste mesmo ano a região foi assolada por grandes alagações, o que isolou o município, impossibilitando a chegada dos materiais necessários para a conclusão da obra, bem como demais mercadorias para a região e, conseqüentemente, a obra sofreu atraso e o novo cronograma de funcionamento passou para o segundo semestre de 2015.

Com o *Campus* concluído, dia 27 de julho de 2015, foi realizada a aula inaugural do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática concomitante ao Ensino Médio, na modalidade presencial e, na sequência o Polo EaD passou a funcionar nas dependências do *Campus* como era previsto.

Em 02 de fevereiro de 2016, mais de 110 alunos de Guajará-Mirim e região ingressaram no *Campus*, iniciando assim mais dois cursos, a saber: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio e o Técnico em Segurança no Trabalho concomitante ao Ensino Médio, sendo o último ofertado pelo PRONATEC. Em 10 de maio de 2016 o *Campus* foi oficialmente inaugurado em Brasília. Foi firmado, em agosto do mesmo ano, o Termo de Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni, que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 2017, iniciaram-se dois cursos: o Técnico em Biotecnologia Integrado ao Ensino Médio e o curso de Graduação Licenciatura em Ciências com habilitação em Química ou Biologia, além dos cursos de Formação Inicial Continuada – FIC.

1.3. MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFRO

1.3.1. Missão

A missão do IFRO é a forma de traduzir seu sistema de valores em termos de crenças e linhas de atuação, considerando as suas tradições e filosofias. Após validação pelos seus integrantes, exerce função orientadora para todo o sistema de planejamento. É o porquê que justifica muitas ações empreendidas rotineiramente que constituem o Instituto. Definiu-se como missão: *“Promover educação profissional, científica e tecnológica de excelência, por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambiental sustentável”* (PDI 2018-2022).



1.3.2. Visão

A visão de futuro transmite a essência da organização em termos de seus propósitos e os seus objetivos gerais de desempenho. Ela deve ser expressa de forma sucinta, inspiradora, pois deve sensibilizar as pessoas que atuam na instituição, assegurando a sua mobilização e o seu alinhamento aos temas estratégicos. Definiu-se como visão *“Consolidar a atuação institucional, sendo reconhecido pela sociedade como agente de transformação social, econômica, cultural e ambiental de excelência”* (PDI 2018-2022).

1.3.3. Valores

Toda organização que deseja implementar seu planejamento estratégico deve, por excelência, demonstrar com clareza os valores que orientam sua gestão estratégica. Os valores traduzem as crenças nas quais acreditamos e regem as relações sociais que transformam em realidade concreta o pensamento estratégico. Nesse contexto, foram elencados os seguintes valores para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia: *“Ética, transparência, comprometimento, equidade, democracia, respeito e efetividade”* (PDI 2018-2022).

1.4. DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO

O Estado de Rondônia, situado na Região Norte do país, delimita-se ao norte com o Estado do Amazonas, a leste com o Estado do Mato Grosso, ao sul com a República da Bolívia e a oeste com o Estado do Acre e se insere na área de abrangência da Amazônia Legal – porção ocidental. Até 1981 era território nacional e foi transformado em Estado a partir de janeiro de 1982.

Rondônia possui dois terços de suas áreas cobertas pela Floresta Amazônica. Tem uma área de aproximadamente 240 mil km², que corresponde a 2,8% da superfície do Brasil. A capital, Porto Velho, está localizada ao norte do Estado, à margem direita do rio Madeira. O estado apresenta um relevo pouco acidentado, com pequenas depressões e elevações, e o clima predominante é o tropical chuvoso do tipo Am, com características de elevados índices pluviométricos e um breve período de estiagem (três meses secos), conforme classificação de Köppen. A vegetação é uma transição do cerrado para a floresta tropical, com florestas de várzeas, campos inundáveis e campos limpos. O cerrado recobre os pontos mais altos do território – a Chapada dos Parecis e a Serra dos Pacaás,



onde há um Parque Nacional.

O rio Madeira, maior afluente do rio Amazonas, atravessa Rondônia a noroeste. É navegável o ano todo no trecho entre Porto Velho e o rio Amazonas. É utilizado para o escoamento da Zona Franca de Manaus e para o abastecimento da capital amazonense. O segundo sistema hídrico em importância no Estado é formado pelos rios Ji-Paraná-Machado e seus afluentes e drena boa parte da região oriental, desembocando no rio Madeira no extremo norte do Estado.

A economia rondoniense é baseada no extrativismo vegetal e na agropecuária, que justifica grande parte de sua imigração. A mineração de cassiterita e o garimpo de ouro, que já foram importantes na economia estadual, estão estabilizados e, atualmente, está prosperando a exploração de pedras ornamentais (granito). Também tem se desenvolvido o turismo autossustentável (ecoturismo).

No estado de Rondônia, o Produto Interno Bruto Per Capita 2017 teve um crescimento real de 1,4%, acima dos índices de inflação. Rondônia é o destaque na Região Norte do Brasil, figurando como o Estado que mais contribuiu para o Produto Interno Bruto Nacional (PIB) na região, marcado pelo desempenho da sua agropecuária. Assenta-se numa base agropecuária a qual foi consolidada mediante colonização e projetos desenvolvimentistas implantados pelo Governo Federal, os quais redundaram numa intensa migração para o Estado.

Conforme os dados do IBGE no censo de 2010 (Tabela 1), a população estimada para o estado de Rondônia é de 1.787.279. Seu produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 7,5 bilhões. A renda Per Capita é de R\$ 17.636. Suas principais atividades econômicas concentram em serviços, indústrias, turismo e agropecuária. O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está entre 0,736-alto (PNUD - 2010). O Coeficiente de Gini 0,47. A esperança de vida ao nascer é de 74,1 anos. O índice de mortalidade infantil (antes de completar um ano) é de 15,5 por 1.000 nascidos vivos. Vale ressaltar que o próximo censo do IBGE será realizado em 2020.



Tabela 1: Dados Econômicos e Sociais de Rondônia

População	1.748.531
Produto Interno Bruto (PIB)	R\$ 7,5 bilhões (2010)
Renda Per Capita	R\$ 17.636 (2010)
Principais Atividades Econômicas	Serviços, indústria, turismo e agropecuária
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,736 - alto (PNUD - 2010)
Coefficiente de Gini	0,47
Esperança de vida ao nascer	74,1 anos (2010)
Mortalidade infantil (antes de completar um ano)	15,5/por 1.000 nascidos vivos

Fonte: IBGE/2010.

Conforme se constata pelos dados publicados pelos governos estaduais e federais, o Estado de Rondônia, desde a sua criação, está em franco desenvolvimento, e como consequência isso reflete nos municípios que compõe o estado.

E nesse contexto rondoniense está o município de Guajará-Mirim, que em tupi-guarani significa cachoeira pequena. O referido município tem a sua história intimamente ligada à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, pois era ponto final para o escoamento dos produtos bolivianos no rio Mamoré, conforme o Tratado de Petrópolis de 1903. Além da trajetória histórica, a região é detentora de grande beleza e tem uma cultura arraigada, cuja maior demonstração é o Festival Folclórico Duelo da Fronteira, que atrai um grande número de visitantes. O grande potencial turístico do município esbarra na falta de investimentos no setor. Os dados da Tabela 2 refletem os dados econômicos.

Tabela 2: Composição econômica de Guajará-Mirim

Componentes	Valores percentuais
Serviços	88,85 %
Agropecuária	6,79 %
Indústria	4,36 %

Fonte: IBGE, 2010.



De acordo com os dados do Sistema FIRJAN, com base no ano de 2013, o município de Guajará-Mirim apresenta índice de desenvolvimento sócio econômico regular na área de saúde e renda e moderado na educação, ocupando a 42ª posição no ranking estadual de desenvolvimento socioeconômico.

A base econômica municipal é subsidiada pela pecuária e pela área de livre comércio. Atividades como a pesca, a agricultura e a indústria extrativista do setor madeireiro, também fazem parte da base econômica do município. Já a economia informal é constituída principalmente por vendedores autônomos, feirantes e vendedores ambulantes de um modo geral.

O Produto Interno Bruto per capita do município em estudo, segundo dados coletados do IBGE de 2014, corresponde a R\$ 14.447,95. Em 2017 detectou-se um crescimento real de 1,4% acima dos índices de inflação. Como o município possui 93% do seu território ocupado por unidades de preservação e terras indígenas, é quase imperceptível o desenvolvimento da agricultura e mínimo o da pecuária, além do baixo investimento no setor industrial.

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

1.1. CONTEXTO EDUCACIONAL

1.1.1. Dados e Pirâmide populacional

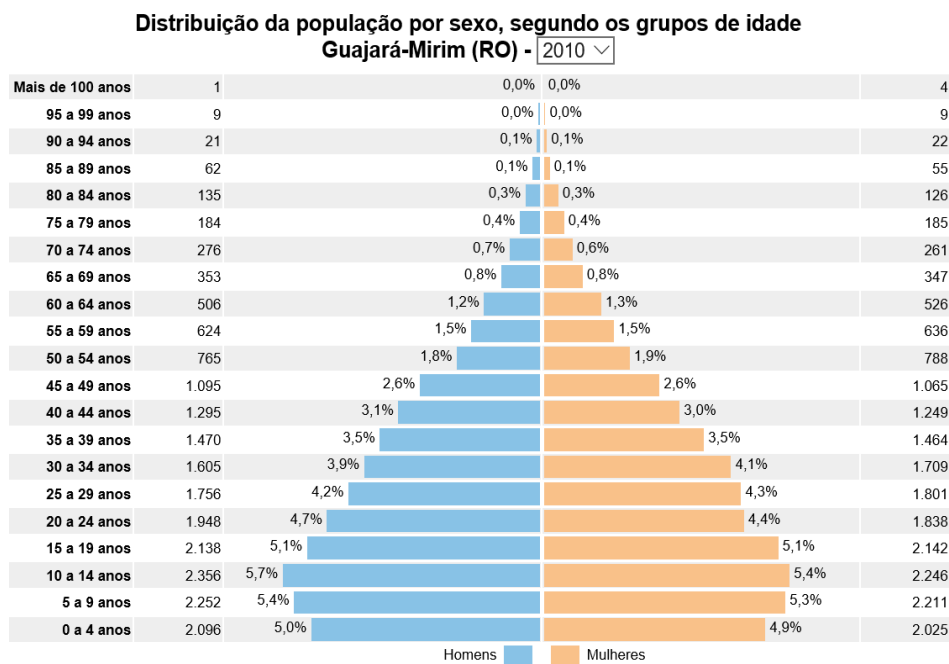
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – *Campus* Guajará-Mirim, possui limite de atuação circunscrito aos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, situado na Microrregião de Guajará-Mirim, no estado de Rondônia.

Por meio da pirâmide populacional do Município de Guajará-Mirim, observa-se uma retração na base da pirâmide o que poderá refletir em uma diminuição da população na faixa etária de adultos. A retração se deve à inserção da mulher no mercado de trabalho e o acesso aos métodos contraceptivos, modo de vida moderna que chega também em Guajará-Mirim, conforme Figura 2.

Entretanto, a população municipal ainda possui uma estrutura jovem, com uma pirâmide populacional de ápice estreito, portanto, a expectativa de vida é baixa.



Figura 2: Distribuição da população por sexo



Fonte: IBGE, 2010.

Em relação à população da microrregião de Guajará-Mirim, percebe-se que esta microrregião conta com aproximadamente 80 mil habitantes conforme Tabela 3.

Tabela 3: População da microrregião de Guajará-Mirim

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
Guajará-Mirim	47.451 habitantes
Nova Mamoré	28.891 habitantes

Fonte: IBGE, 2018.

Segundo a população estimada pelo IBGE do ano de 2018, Guajará-Mirim tem estimativa de 47.451 pessoas e Nova Mamoré de 28.891 pessoas. Pode-se inferir que esse aumento populacional se deve ao fato da ampliação do setor de serviços com novas contratações, o que estabelece a população no local.

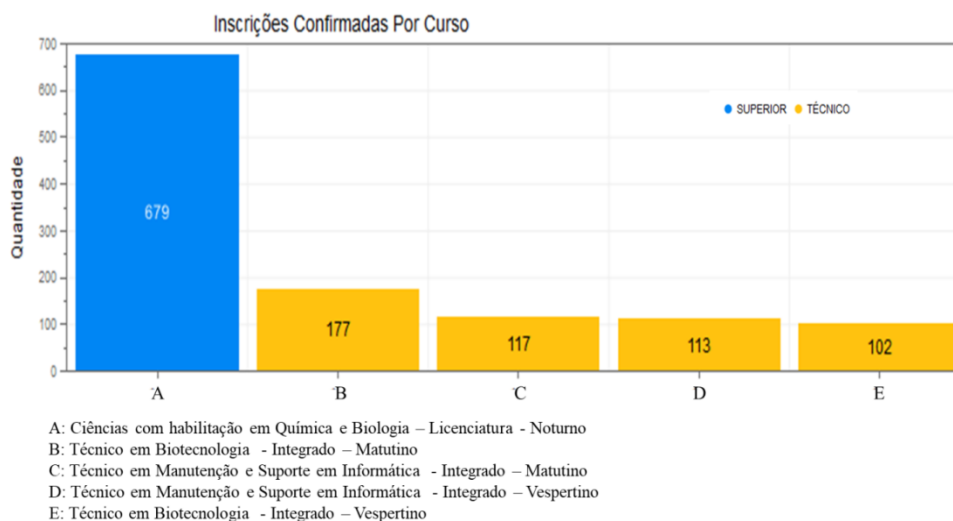


1.1.2. Demanda pelo Curso

No que concerne à demanda institucional deste curso perante a população da região, é notória a procura pelos cursos no Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Guajará-Mirim, cursos subsequentes ao ensino médio, principalmente ligado ao eixo de saúde. Partindo desse pressuposto, pode-se inferir que pelas demandas ocorridas no *Campus* para o curso superior em Licenciatura em Ciências, único curso que possui como requisito a conclusão do Ensino Médio, possibilita uma equiparação de que a demanda pelo o curso Vigilância em Saúde também será grande.

No primeiro processo seletivo aberto para o curso (2017/1) houve uma demanda de 679 inscrições confirmadas para 20 vagas do curso de Licenciatura em Ciências, resultando em uma concorrência de 33,95 por vaga, conforme Figura 3. Já para o processo seletivo de 2018/1, desta vez oferecendo 40 vagas para este curso, houveram 1924 inscrições confirmadas, resultando uma concorrência de 48 candidatos por vaga, conforme Figura 4 - (Dados disponíveis no painel do IFRO). Esses indicadores tornam explícito que o Campus tem uma grande demanda para cursos que são subsequentes ao Ensino Médio e que possuem tal nível de ensino como requisito. Além disso, fica claro que a população local é carente e anseia por cursos em instituição de forte segmento na educação pública e de qualidade.

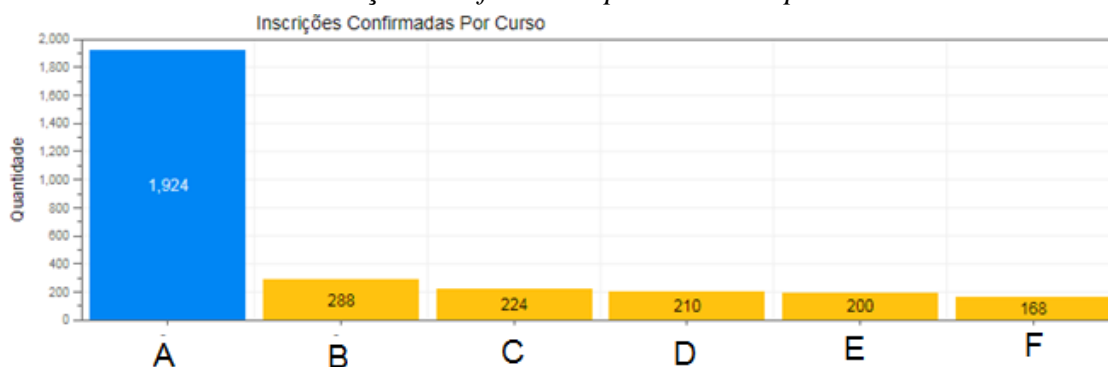
Figura 3: Indicadores de inscrições confirmadas por curso no processo seletivo 2017/1 no IFRO *Campus* Guajará-Mirim



Fonte: Painel de Indicadores - IFRO, 2018



Figura 4: Indicadores de inscrições confirmadas por curso no processo seletivo 2018/1 no IFRO



Campus Guajará-Mirim

- A: Ciências com habilitação em Química e Biologia – Licenciatura- Noturno
- B: Técnico em Biotecnologia – Integrado – Matutino
- C: Técnico em Informática / EJA – Integrado – Matutino
- D: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática – Integrado – Matutino
- E: Técnico em Biotecnologia – Integrado – Vespertino
- F: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática – Integrado – Vespertino

Fonte: Painel de Indicadores - IFRO, 2018.

Considerando tais demandas, a proposta de um curso Técnico em Vigilância em Saúde é bastante válida sob o ponto de vista regional, visto que a Vigilância em Saúde é uma área abrangente, fortemente correlacionada com as áreas (Ambiente, Saúde e Segurança), e poderá contribuir na promoção da saúde dos cidadãos por meio de ações de inspeção e fiscalização sanitárias. O município encontra-se em uma área de fronteira, cujo fluxo de pessoas e mercadorias é diário, assim o processo migratório na região pode incidir sobre os dados epidemiológicos e sanitários. A região já apresenta fatores socioeconômicos, culturais e políticos, fatores biológicos e do homem que favorecem a transmissão de doenças por vetores. Neste sentido, promover a fiscalização ambiental e sanitária é trazer qualidade de vida à sociedade Guajará-mirense.

1.1.3. Justificativa

O governo nacional tem tido uma preocupação intensa nos últimos anos com as áreas da vigilância em saúde e tem demonstrado interesse em estruturação de uma política econômica em nível nacional para reforçar a vigilância em suas 4 esferas: saúde do trabalhador, ambiental, epidemiológica e sanitária. Tem ocorrido, recentemente, como evidência da preocupação do governo, a 1ª Conferência Nacional de vigilância em Saúde, a fim de propor diretrizes para a formulação da política nacional de vigilância em saúde, o fortalecimento das ações de promoção e



proteção. Como uma das ferramentas de fortalecimento elencada no “Documento orientador das diretrizes metodológicas” inclui a ação de: *Saberes e práticas: a educação profissional em vigilância em saúde como instrumento da superação da fragmentação institucional*, apontando a necessidade de profissionais específicos da área, até para transcender a educação em saúde à população e elaboração de ações que sejam eficazes para promover, efetivamente, a vigilância.

Como cumprimento e parceiro destas ações, o governo do Estado de Rondônia realizou, nas regiões mais críticas do estado, as conferências locais de vigilância em saúde para discutir o contexto da qualidade de vida da população e criar um norteamento para o município no que diz respeito à saúde. Guajará-Mirim foi a primeira cidade do Estado de Rondônia a realizar a conferência, em agosto de 2017, até pelo motivo da precariedade que a cidade enfrenta na área da saúde, além de ser uma região com alta vigilância, já que é área fronteira e com extensa área rural.

Não obstante, o governo do Estado de Rondônia possui uma agência de vigilância em saúde na qual abrem editais para recrutamento de estagiários e profissionais que trabalham na vigilância ambiental, epidemiológica, sanitária e saúde do trabalhador, porém são sempre recrutados profissionais similares, já que há uma carência no estado e no país de profissionais específicos, e qualificados regionalmente, que abrange essa área da vigilância em saúde. Com a formação do profissional Técnico em Vigilância em Saúde, o mercado passa a ter um profissional qualificado que abrange todas as áreas supracitadas, podendo mudar essa realidade do estado e do país, já que esses profissionais possuirão capacitação e conhecimento para desenvolver todas as atividades ligadas à vigilância em saúde a um nível Médio Técnico.

O Estado de Rondônia é um estado que faz fronteira com outros países, resultado de 1.342 km de fronteira. Mais especificamente, a cidade de Guajará-Mirim é fronteira com a República Boliviana, sendo Guajará-Mirim a cidade de entrada no país boliviano. É de competência das esferas governamentais a fiscalização e a vigilância nas entradas e saídas das fronteiras e de toda extensão territorial. Para isso, são compreendidas ações desenvolvidas no âmbito de fiscalizar e inspecionar, além de outras competências, todo o controle de circulação na entrada e saída dos países. Inclusive, podem-se citar as parcerias entre os países (Brasil e Bolívia) por meio do Comitê Fronteiriço, que possui por objetivo manter a vigilância epidemiológica, ambiental e sanitária na região de fronteira.

Diante do exposto, a formação do profissional Técnico em Vigilância em Saúde somente



vem a agregar às políticas realizadas tanto na cidade de Guajará-Mirim, como para todo o estado de Rondônia. Vale ressaltar que o Técnico em Vigilância em Saúde é um profissional de Nível Médio presente no conjunto de trabalhadores do SUS, que realiza ações de prevenção e promoção da saúde articuladas no território, sob o campo da Vigilância em Saúde, reconhecendo as condições que ocasionam riscos e agravos à saúde, com vistas às melhorias das condições de vida da população. Sua formação está fundamentada nos princípios filosóficos e organizacionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e deve atender às responsabilidades e competências do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (SINVS) e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SINAVISA).

Cabe ainda acrescentar sobre a importância e relevância deste curso, pelo qual o Ministério da Saúde lançou, em 18 de dezembro de 2009, o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS), por meio da Portaria nº 3.189. Tem como uma de suas diretrizes, no Art. 1º §2º, o Programa de Formação Profissional Técnica de Nível Médio em áreas estratégicas para a saúde considerando as especificidades regionais, as necessidades de formação e a capacidade de oferta institucional de ações técnicas de educação de nível médio na saúde. E no Art. 3º, ainda da Portaria nº 3.189, dispõe que as áreas estratégicas prioritárias para a educação profissional técnica de nível médio na saúde são dentre outras áreas, a formação do Técnico em Vigilância em Saúde.

Todas essas conjunturas, juntamente com a demanda institucional do Campus Guajará-Mirim e o anseio da população por cursos no eixo da saúde, vêm ao encontro da necessidade da implantação deste curso com a formação e capacitação de recursos humanos para atuação em vigilância em saúde, além de, conforme supracitado e justificado, a exiguidade deste profissional no Estado de Rondônia, onde há uma carência de profissionais qualificados e demanda relevante. Diante desta perspectiva, o currículo aqui adotado possui características multidisciplinares, permitindo aos profissionais egressos atuação em diversas organizações, pois consiste em um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde.



1.1.4. Formas de Acesso ao Curso

De acordo com o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, o ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio, dar-se-á após aprovação em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, devidamente autorizado pelo Reitor, conforme o Regimento Geral do IFRO, por apresentação de transferência expedida por outra Instituição congênera, matrículas especiais e outras formas que vierem a ser criadas por conveniência de programas ou projetos adotados pelo IFRO.

Os candidatos que desejarem ingressar no Curso Técnico em Vigilância em Saúde Subsequente, oferecido pelo Instituto Federal de Rondônia, Campus Guajará-Mirim, deverão dentre outros fatores, ter concluído o Ensino Médio, considerando que o curso é oferecido na modalidade subsequente. Deverão ainda, obedecer rigorosamente aos critérios estabelecidos em edital de seleção que será publicado anualmente. Neste edital, haverá as vertentes necessárias para realização do processo seletivo e posterior acesso ao curso.

Ainda de acordo com o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos, o quantitativo de vagas a serem ofertadas para cada ano será indicado ao Reitor pela Direção Geral do Campus onde as vagas estarão dispostas, após deliberação pelo Conselho Escolar e em observância ao Plano de Desenvolvimento Institucional e aos prazos estabelecidos.

1.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) NO ÂMBITO DO CURSO

1.2.1. A Inter-relação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

O Instituto Federal de Rondônia idealiza o **Curso Técnico em Vigilância em Saúde Subsequente ao Ensino Médio** em consonância com as diretrizes estabelecidas em suas normativas e referenciais pedagógicos. Por essa razão, o trajeto a ser seguido pelos estudantes os levará a compreender questões críticas e a influenciar no desenvolvimento local e regional. Terão condições de vivenciar e superar problemáticas existentes, para prestarem o atendimento profissional conforme as necessidades do setor em que se inserem.



A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico integrará ciência e tecnologia, bem como teoria e prática; conceberá a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão, como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, a equipe pedagógica organizará suas atividades de modo a incentivar a iniciação científica, o desenvolvimento de atividades comunitárias e a prestação de serviços, numa participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração de setores, pessoas e processos.

1.2.2. Políticas de Articulação Com os Setores Público e Privado

A articulação constante do PDI (2018-2022) do IFRO é incentivada através dos objetivos: Administrar e estreitar relações empresariais entre o instituto e as empresas parceiras; Organizar eventos de divulgação de disseminação das atividades relacionadas à coordenação de integração escola-empresa. Além disso, essa relação pode privilegiar o ingresso no aluno no mercado de trabalho.

1.2.3. Políticas de Ensino

As políticas definidas para o ensino da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estão pautadas:

- ✓ Em um paradigma que supere a sobreposição entre campos do conhecimento e campos da profissionalização;
- ✓ Na investigação científica, a fim de promover o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação tecnológica, firmando o compromisso com a democratização das conquistas e benefícios da produção do conhecimento, na perspectiva da cidadania e da inclusão;

- ✓ No fortalecimento da relação entre a EPT e a Educação Básica, introduzindo o jovem no universo temático do mundo do trabalho/ciência/tecnologia e na cultura, dimensões indissociáveis;
- ✓ Na aproximação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à EPT (PROEJA).

Para isso teremos que superar os seguintes desafios:

- ✓ Inclusão Social: dimensionando a EPT a partir do reconhecimento de demanda que resulta da exclusão dos processos de formação de milhares de pessoas;
- ✓ Inclusão Produtiva: estabelecendo a EPT em um espaço mais amplo e que não atenda somente as demandas das representações de setores da produção mais elaborada;
- ✓ Reconhecimento de conexões intrínsecas entre Educação Básica e Superior, entre formação humana, científica, cultural e profissionalização e entre Educação Geral e Profissional;
- ✓ Estruturação de cursos com itinerário formativo articulados com uma sistemática de certificação que favoreça a mobilidade e o desenvolvimento profissional;
- ✓ Oferta de cursos respeitando as diversidades e peculiaridades regionais, tendo como foco a formação de um homem reflexivo, crítico, criativo e comprometido com o social;
- ✓ Promoção, no processo de ensino e aprendizagem, de um conjunto de habilidades e competências, que propicie a construção do conhecimento, visando à transformação da realidade;
- ✓ Integração entre teoria e prática de forma significativa, por meio de organização curricular que contemple intervenções e vivência que oportunize a inter-relação dos conhecimentos teóricos e práticos essenciais, favorecendo a formação profissional e a autonomia do aluno;
- ✓ Articulação das demandas sociais do mundo do trabalho nos currículos de educação profissional, com a oferta de cursos organizados com margem de flexibilização para as especificidades locais;
- ✓ Articulação dos princípios e proposições contidas no projeto pedagógico com a gestão institucional e com os processos de acompanhamentos e avaliação continuada da formação efetivada;
- ✓ Entendimento do trabalho como princípio educativo.



Para o enfrentamento destes desafios, o IFRO envolverá todos os setores relacionados para o estudo da realidade em que os *campi* estão inseridos, levantando as demandas e possibilidades por meio de observatório do mundo de trabalho, que embasarão a tomada de decisão sobre as ofertas e direcionarão para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos que possibilitem ao estudante o atingimento de seus objetivos.

O ensino no Instituto Federal de Rondônia deve ser desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos, tendo-se sempre em vista a formação global do educando associada às especificidades do curso aplicado e à valorização das peculiaridades regionais.

1.2.4. Políticas de Pesquisa

O IFRO fomenta e implementa atividades de pesquisa em todos os seus *campi* e requer que sejam desenvolvidos, de modo sistemático, além dos programas de iniciação científica, pesquisa de alto nível que atenda às necessidades locais de cada unidade.

Com o intuito de efetivação de seus programas de pesquisa, o IFRO adota as seguintes ações:

- a) incentivo aos discentes e aos docentes interessados em práticas investigativas;
- b) concessão de bolsas de iniciação científica aos discentes desde que preenchidos todos os requisitos legais;
- c) alocação de carga-horária para os professores orientarem os alunos incluídos nos Programas de Iniciação Científica;
- d) promoção de seminários e encontros institucionais com pesquisadores de nome nacional para incentivar a importância da investigação científica.

O IFRO, com vistas ao estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento de pesquisa científica relevante, compatível com as áreas de conhecimento que promove, apresenta as seguintes diretrizes gerais:

- a) Estabelecer mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão: o espírito científico deve permear as práticas pedagógicas exercidas nos cursos de graduação e pós-graduação, de modo a tornar evidente para os alunos, a importância do saber fazer ciência durante a formação profissional;



- b) Promover a interação com a comunidade: os grupos de estudos já existentes e os que serão implementados no IFRO contemplarão as potencialidades acadêmicas existentes, devidamente articuladas com as demandas locais e regionais;
- c) Consolidação das atividades científicas na medida em que sejam disponibilizados os recursos financeiros necessários;
- d) Criar novos e adequar os periódicos institucionais já existentes ao processo *Qualis*. A socialização do conhecimento por meio de periódicos produzidos nos últimos anos pela Instituição exige um procedimento avaliativo, em nível nacional, além de ser um estímulo de divulgação dos resultados investigativos realizados por docentes e discentes vinculados (ou não) ao IFRO.

1.2.5. Políticas de Extensão

O IFRO tem uma política de extensão que inclui cursos, programas e outras atividades com a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos, desenvolvendo estratégias que possibilitam maior inserção institucional com a sociedade local e regional. Para tanto, as atividades extensionistas estão pautadas em diretrizes que permitem à instituição atender, com eficácia, as necessidades de caráter educacional cultural e social traçadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os programas e projetos de extensão, desenvolvidos no âmbito das unidades de ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, representam um importante veículo de troca e interação entre a Instituição e a comunidade em que ela está inserida e atua como agente de transformação social.

As atividades de extensão evidenciam para a sociedade o potencial acadêmico do IFRO no atendimento de necessidades educacionais, sociais e culturais da comunidade local e regional.

1.2.6. Ações para o Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Com o objetivo de implementar o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFRO promove eventos que tratam de temas relacionados a esses pilares institucionais para o aprimoramento ainda maior da atuação do Instituto.

- a) Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino: Evento realizado com o objetivo de discutir as



temáticas relevantes ao processo de ensino e aprendizagem que perpassam pelo acesso, permanência e êxito, as regulamentações, a (re) organização dos cursos técnicos para atender a demanda social, entre outras, além de promover a aproximação da Reitoria e os campi entre si e desenvolver atividades de integração. Participam do evento, além da equipe da Pró-Reitoria de Ensino, os Diretores de Ensino, o chefe do Departamento de Apoio ao Ensino, os Coordenadores de Assistência ao Educando, os Coordenadores de Registros Acadêmicos, as Coordenações de Biblioteca e os Coordenadores de Curso.

b) Encontro do Ensino, Pesquisa e Extensão - ENPEX – Evento realizado com o propósito de discutir e encaminhar situações estruturantes do ensino, pesquisa e extensão no IFRO, com base nos princípios pedagógicos e organizacionais do IFRO. Participam do evento as equipes das Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e os representantes maiores dos respectivos setores nos *campi* do IFRO;

c) Encontro das Equipes Multiprofissionais da Assistência Estudantil – Evento realizado com o objetivo de discutir as políticas e programas, bem como a implementação da assistência estudantil no âmbito do IFRO como meio de ampliar as possibilidades de permanência e êxito no processo educativo, inserção no mercado de trabalho e exercício pleno da cidadania. Participam do evento, além da Diretoria de Assuntos Estudantis e Coordenação de Assistência Estudantil da Reitoria, Pedagogo (a), Orientador (a) Educacional, Psicólogo (a), Assistente Social e Chefe de Departamento/Coordenador (a) de Assistência ao Educando dos *campi*;

d) Encontro das Equipes de Biblioteca – Evento de caráter político e formativo que visa preparar os coordenadores de biblioteca e seus auxiliares para garantir o pleno funcionamento, com atendimento às regras específicas para o setor e utilização de sistema automatizado de gestão, e atendimento à comunidade acadêmica e geral;

e) Congresso de Pesquisa e Extensão do IFRO;

f) Eventos nos *campi*: Os *campi* estabelecem em seus Calendários Acadêmicos eventos como seminários, feiras, exposições, entre outros, para a discussão de temas relevantes e ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica e geral.



1.3. OBJETIVOS DO CURSO

1.3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais aptos a contribuir com a assistência prestada pelos serviços de saúde, reduzindo riscos e agravos que afetam a saúde da população, promovendo melhoria da qualidade de vida e fomentando a coesão dos setores de Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador.

1.3.2. Objetivos Específicos

- ✓ Propiciar a formação de profissionais dotados de princípios éticos, visão crítica, comprometidos com o desenvolvimento regional e respeito à natureza e diversidade, contribuindo para melhorar a qualidade de vida do ser humano.
- ✓ Inserir no mercado de trabalho, profissionais com visão sistêmica do meio ambiente, saúde e segurança, que atuam de forma autônoma e inovadora nas áreas de abrangência da vigilância em saúde.
- ✓ Promover a formação de profissionais que respeitem e tenham conhecimento para aplicar as normas de proteção e conservação do meio ambiente, saúde e segurança no trabalho.

1.4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O profissional técnico em Vigilância em Saúde do IFRO *Campus* Guajará-Mirim está habilitado para atuar no mercado de trabalho com capacidade desenvolver e articular ações que possam prevenir, diminuir e/ou eliminar riscos à saúde; intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e serviços, ampliando a atuação da vigilância em saúde e a incorporação das atividades de saneamento, muitas vezes exercidas isoladamente.

Adicionalmente, são competências do Técnico em Vigilância em Saúde:

- ✓ Desenvolver ações de inspeção e fiscalização sanitárias, aplicar normatização relacionada a produtos, processos, ambientes, inclusive o do trabalho e serviços de interesse da saúde.



- ✓ Investigar, monitorar e avaliar riscos e os determinantes dos agravos e danos à saúde e ao meio ambiente.
- ✓ Compor equipes multidisciplinares de planejamento, execução e avaliação do processo de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador.
- ✓ Atuar no controle do fluxo de pessoas, animais, plantas e produtos em portos, aeroportos e fronteiras.
- ✓ Desenvolver ações de controle e monitoramento de doenças, endemias e de vetores.

Com relação às suas habilidades, estão:

- ✓ Relacionar e aplicar os conhecimentos de várias disciplinas ou ciências da área de saúde.
- ✓ Expressar ideias de forma clara empregando técnicas de comunicação apropriadas a cada situação.
- ✓ Aplicar a variante linguística adequada a cada contexto de situação real de comunicação oral e escrita.
- ✓ Elaboração de relatórios técnicos de procedimentos e atividades.
- ✓ Agir segundo os princípios éticos na abordagem com o cliente/comunidade e com os outros profissionais da equipe de trabalho e na identificação, registro e comunicação de ocorrências relativas à saúde e à segurança no trabalho.
- ✓ Aplicar e articular as diretrizes e os princípios das Políticas Públicas de Saúde.
- ✓ Utilizar medidas de prevenção, eliminação e mitigação de riscos nas ações de saúde.
- ✓ Executar ações de prevenção de riscos sanitários, promoção, proteção e recuperação da saúde.
- ✓ Executar ações segundo normas técnicas de sua área de atuação.
- ✓ Participar do processo de planejamento e avaliação das ações desenvolvidas no serviço de saúde.
- ✓ Executar ações pertinentes às medidas de segurança e biossegurança no armazenamento, transporte e manuseio de produtos biológicos e químicos.
- ✓ Coletar e organizar dados que auxiliem na elaboração do diagnóstico local – de saúde, das condições sanitárias, de aspectos culturais e sociais, demográficos e econômicos, com vistas à pesquisa do perfil de saúde da comunidade e ao estabelecimento de



estratégias de intervenção.

- ✓ Implementar ações para informar à população sobre as atitudes efetivas para preservar a saúde, frente aos riscos existentes nos processos de produção, consumo, utilização de serviços e no ambiente em que ela está inserida.
- ✓ Aplicar instrumentos de pesquisa (questionários).
- ✓ Agir segundo os princípios da qualidade na prestação de serviços de saúde.
- ✓ Registrar ocorrências e serviços realizados, inclusive utilizando ferramentas de informática, com finalidade de facilitar a prestação de informação do sistema de vigilância.
- ✓ Realizar ações para monitoramento da qualidade de produtos, serviços, ambientes de trabalho e do meio ambiente.
- ✓ Orientar e fiscalizar as ações de descarte de resíduos biológicos, físicos, químicos e radioativos, de acordo com técnicas adequadas.
- ✓ Executar e/ou fiscalizar ações de controle e monitoramento de possíveis riscos à saúde coletiva.
- ✓ Orientar, preparar e utilizar soluções químicas na limpeza e descontaminação dos diversos tipos de materiais, equipamentos e ambientes de trabalho.
- ✓ Realizar e/ou fiscalizar as ações de coleta de amostras de produtos, água e outros, necessários a avaliações ambientais de interesse da comunidade.
- ✓ Desempenhar a função de agente educativo nas questões relativas à saúde e segurança no trabalho, prestando informações e esclarecimentos a outras categorias profissionais e à população em geral.

No que concerne à área de atuação no mercado de trabalho, o Técnico em Vigilância em Saúde desenvolverá suas atividades, tanto em serviço público, quanto privado, e até autônomo. Suas ações abrangem instituições de saúde, agências de vigilância, portos, aeroportos, áreas fronteiriças, dentre outros.



1.5. ESTRUTURA CURRICULAR

O currículo está organizado de modo a garantir o desenvolvimento global do aluno, conforme as diretrizes fixadas pela Resolução nº 1, de 5 de dezembro de 2014, que determina a carga horária mínima para os Cursos Técnicos. No Catálogo Nacional de Cursos Técnicos 3ª edição, 2016, que define, entre os outros critérios, a carga horária mínima do Curso, o perfil do egresso, objetivos, certificação intermediária e a Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, que estabelece as Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio, do Conselho Nacional de Educação, atendem à sistemática de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional e o princípio educacional, quer seja nos Cursos Integrados, quer seja no Concomitante e no Subsequente.

O Curso está organizado sob a forma semestral de modo a garantir ao aluno vivenciar situações de aprendizagem de caráter teórico e prático, que permitam o domínio de conhecimentos e habilidades técnicas e o desenvolvimento de atitudes compatíveis com as exigências do perfil profissional que se pretende formar, possibilitando a educação continuada e permitindo ao aluno acompanhar as mudanças de forma autônoma e crítica.

O enriquecimento de conhecimentos se dá, também, através de visitas técnicas, sendo escolhidas instituições ou órgãos de saúde, feiras, congressos e outros eventos relacionados à área, bem como palestras e monitorias dentro e fora da instituição.

O Curso está organizado, portanto, em quatro semestres letivos, perfazendo a carga horária total de 1.300 horas, sendo 1.200h de ensino teórico-prático, somado a 100h de práticas profissionais supervisionadas.

O primeiro módulo compõe-se, majoritariamente, no Núcleo de Formação Complementar no qual os alunos irão obter complementação e atualização de estudos de áreas do eixo básico comum, em consonância com o respectivo eixo tecnológico, garantindo o perfil profissional de conclusão. É composto pelas seguintes disciplinas: Biologia Geral, Informática Básica, Matemática e Estatística Aplicada, Química Aplicada e Português Instrumental. Tais disciplinas terão enfoque diferenciado para o perfil deste curso. Neste módulo os alunos iniciam, ainda, o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais. Já no Núcleo Profissionalizante, tem como formação a instrumentalização e desenvolvimento da competência técnica por meio da disciplina introdutória

ao curso, Introdução à Vigilância em Saúde. A disciplina Orientação para Pesquisa e Prática Profissional é comum aos cursos e tem por finalidade preparar os alunos para a metodologia do trabalho científico e as práticas profissionais supervisionadas.

Os módulos seguintes abrangem o Núcleo Profissionalizante, composto por disciplinas específicas do currículo do Curso, que envolvem conhecimentos básicos específicos que habilitem ao desenvolvimento de atividades técnicas, no sentido de orientar, acompanhar e executar ações que valorizem o contexto da formação.

1.6. CONTEÚDOS CURRICULARES DO CURSO

1.6.1. Especificação dos Componentes Curriculares

O curso se compõe de eixos temáticos definidos pelas diretrizes da educação profissional e pela própria natureza da formação, conforme a Tabela 4:

Tabela 4 – Bases, Eixos de formação e práticas transcendententes

Base	Núcleos de formação	Dimensão	Disciplinas/Atividades
Formação complementar	Linguagem	A estrutura e a natureza das linguagens e sua aplicação no mundo global	Português Instrumental
			Informática Básica
	Matemática e Ciências da Natureza	A construção do saber lógico e do meio como elemento de interpretação e intervenção na realidade	Biologia Geral
			Química Aplicada
			Matemática e Estatística Aplicada
	Ciências Humanas	A relação do sujeito com o tempo, o espaço, os acontecimentos e a vida pessoal e coletiva	Ética Profissional e Cidadania
Formação Específica	Instrumentalização e desenvolvimento da competência técnica	O sujeito e a construção do conhecimento técnico aplicado ao setor tecnológico	Introdução à Vigilância em Saúde
			Doenças Virais, Bacterianas e Fúngicas
			Ecologia Aplicada à Saúde



			Fundamentos do SUS – Sistema Único de Saúde
			Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
			Saúde e Segurança no Trabalho
			Legislação em Vigilância e Saúde
			Planejamento Urbano
			Microbiologia e Qualidade de Alimentos
			Sistema de Limpeza Urbana
			Doenças Parasitárias
			Educação em Saúde
			Noções de Imunização e Vacinação
			Vigilância Sanitária
			Vigilância Epidemiológica
		Vigilância Ambiental	
	Efetivação dos processos de gerenciamento e aplicação dos conceitos da profissão	Normatização da ação humana, coletiva e responsável do Técnico	Empreendedorismo
	Ação e produção de sustentáculos da prática profissional	A construção da prática profissional e a intervenção na sociedade	Orientação para Prática Profissional e Pesquisa Prática Profissional Supervisionada
Atividades complementares		A amplitude do trabalho educativo junto à sociedade.	Visitas Técnicas, Mostras, Seminários, Pesquisas, Atividades Laboratoriais e outras.

1.6.2. Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil desejado do egresso

A estrutura curricular está elaborada com disciplinas que integram o curso, como parte essencial do Projeto Pedagógico. Esta estrutura expressa a sugestão institucional de currículo e

integra a proposta semestral de cumprimento de disciplinas, para a integralização do curso pelo aluno, no tempo definido neste Projeto Pedagógico. A otimização do corpo docente traz uma prática interdisciplinar ao curso, mais vivenciada, e não somente teorizada.

A organização da estrutura das disciplinas que serão oferecidas busca inter-relacionar, contrastar, complementar e ampliar os conhecimentos no egresso. O curso apresenta estrutura curricular e conteúdos programáticos previamente definidos que serão estudados de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar para atender à formação do perfil do profissional egresso.

1.6.3. Coerência dos Conteúdos Curriculares Face às Diretrizes Curriculares Nacionais

O Curso Técnico em Vigilância em Saúde Subsequente ao Ensino Médio do IFRO deve obediência aos princípios gerais de educação emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O profissional Técnico em Vigilância em Saúde atua com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

1.6.4. Matriz Curricular do Curso

Tabela 5 – Matriz Curricular do Curso técnico em vigilância em saúde subsequente ao ensino médio

CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO							
LDB 9.394/96, Art. 24; Resoluções 2 e 6/2012 do Conselho Nacional de Educação							
Carga Horária do Curso dimensionada para 40 semanas e 200 dias letivos ao ano							
Duração da Aula: 50 minutos							
	DISCIPLINAS	AULAS SEMANAIS (SEMESTRE)				TOTAIS (Hora-Aula)	TOTAIS (Hora-Relógio)
		1º	2º	3º	4º		
PRIMEIRO SEMESTRE	Português Instrumental	2				40	33,3
	Matemática e Estatística Aplicada	3				60	50,0
	Informática Básica	2				40	33,3
	Introdução à Vigilância em Saúde	3				60	50,0



	Biologia Geral	3				60	50,0
	Química Aplicada	3				60	50,0
	Orientação para Prática Profissional e Pesquisa	2				40	33,3
Total de aulas por semana		18				360	299,9
SEGUNDO SEMESTRE	Doenças Virais, Bacterianas e Fúngicas		4			80	66,7
	Ecologia Aplicada à Saúde		3			60	50,0
	Fundamentos do SUS – Sistema Único de Saúde		3			60	50,0
	Sistema de abastecimento de água e Esgotamento Sanitário		4			80	66,7
	Saúde e Segurança no Trabalho		3			60	50,0
Total de aulas por semana			17			340	283,4
TERCEIRO SEMESTRE	Ética Profissional e Cidadania			2		40	33,3
	Legislação em Vigilância e Saúde			2		40	33,3
	Planejamento Urbano			2		40	33,3
	Microbiologia e Qualidade de Alimentos			3		60	50,0
	Sistema de Limpeza Urbana			4		80	66,7
	Doenças Parasitárias			3		60	50,0
	Educação em Saúde			3		60	50,0
Total de aulas por semana				19		380	316,6
QUARTO SEMESTRE	Noções de Imunização e Vacinação				3	60	50,0
	Vigilância Sanitária				4	80	66,7
	Vigilância Epidemiológica				4	80	66,7
	Vigilância Ambiental				3	60	50,0
	Empreendedorismo				4	80	66,7
Total de aulas por semana					18	360	300,1
TOTAL DO NÚCLEO PROFISSIONAL						1440	1200
N.C	Prática Profissional Supervisionada						100
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO						1540	1300

1.6.5 EMENTÁRIO

1.6.5.1 Primeiro Semestre

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	CH Total	40 h
Semestre: 1º	C.H Prática: -	CH Teórica: 40
Objetivo geral		
Compreender a língua como instrumento de comunicação e inserção social e adequá-la às diversas situações comunicativas, em especial a situações profissionais e acadêmicas.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Interpretar textos acadêmicos, científicos e outros, tendo em vista o estabelecimento de relações textuais, contextuais e intertextuais; – Analisar e construir textos; distinguir e aplicar os conceitos linguísticos; – Empregar estruturas textuais em conformidade com a norma culta da língua; – Inferir e determinar especificidades acerca da multiculturalidade. 		
Ementa		
Linguagem e comunicação. Funções da linguagem. Gêneros e tipologias textuais. Coerência e coesão. Intelecção textual. Redação científica. Textos técnicos e de instrução: pareceres, relatórios, laudos, memorandos, ofícios, e-mails. Pontuação. Concordâncias. Regências. Ortografia. Multiculturalidade.		
Referências básicas		
CEREJA, W.R.; MAGALHÃES, T.C. Gramática reflexiva . São Paulo: Atual, 2013.		
DIDIO, L. Leitura e produção de textos : comunicar melhor, pensar melhor, ler melhor, escrever melhor. São Paulo: Atlas, 2013.		
MEDEIROS, J.B. Português instrumental . São Paulo: Atlas, 2014.		
Referências complementares		
FAULSTICH, E. L. de J. Como ler, entender e redigir um texto . 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.		
Koch, I.V.; TRAVAGLIA, L.C. A coerência textual . São Paulo: Contexto, 2014.		
MARTINS, D.S.; ZILBERKNOP, L.S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . São Paulo: Atlas, 2010.		
MEDEIROS, J.B. Redação Científica : a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo: Atlas, 2014.		
OLIVEIRA, J.L. Texto acadêmico : técnicas de redação e pesquisa científica. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.		



PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA APLICADA	CH Total	60 h
Semestre: 1º	C.H Prática: -	CH Teórica: 60
Objetivo geral		
Construir conhecimentos matemáticos de forma crítica e aplicar em problemáticas do cotidiano.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Operacionalizar com números naturais e racionais; - Aplicar noções de matemática básica, bem como solucionar situações-problema; - Desenvolver o pensamento matemático e da análise crítica; - Apropriar do conhecimento acerca de noções básicas de Estatística. 		
Ementa		
Operações com números naturais. Razão e proporção. Regra de três simples. Porcentagem. Potenciação. Números Racionais. Sistema de Unidades de Medidas. Cálculo de Áreas de figuras planas. Cálculo de Volume. Introdução à Estatística. Tabelas e Gráficos. Análises de dados e indicadores. Probabilidade.		
Referências básicas		
DOLCE, O.; POMPEU, J.N. Fundamentos da matemática elementar: geometria plana. Vol. 9, 8. ed. São Paulo: Atual, 2013.		
LIMA, E. L. et al. Temas e Problemas Elementares. Coleção do Professor de Matemática. 5 ed. Rio de Janeiro: SMN, 2013.		
MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W.O. Estatística Básica. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.		
Referências complementares		
BARROSO, J.M. Conexões com a Matemática. Vol. 1. São Paulo: Moderna; 2010.		
DANTE, L.R. Matemática: Contexto e Aplicações. Vol. Único. 2. ed. São Paulo: Ática, 2011.		
EVES, H.W. Introdução à história da matemática. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.		
IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos e funções. Vol. 1, 8. ed. São Paulo: Atual, 2013.		
IEZZI, G. et al. Matemática, Ciência e Aplicações. Vol. 1, São Paulo: Atual, 2014.		

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: INFORMÁTICA BÁSICA	CH Total	40 h
Semestre: 1º	C.H Prática: 20	CH Teórica: 20

Objetivo geral
Desenvolver suporte necessário para entender os conceitos da informática e sua aplicabilidade.
Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none"> – Conhecer e compreender a informática na administração e sua aplicabilidade; – Empregar o uso dos computadores e da informática como ferramenta necessária às diversas tarefas cotidianas; – Definir os processos administrativos e operacionais das organizações; – Compreender conceitos de hardware, software e peopleware, bem como conceitos básicos de organização de computadores.
Ementa
Conceitos básicos de Informática. Arquitetura básica de computadores. Conceito de hardware, software e peopleware. Ferramentas de escritório e de Internet. Ferramentas de produção e edição de texto. Planilha eletrônica. Apresentação de slides.
Referências básicas
CAPRON, H.L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . São Paulo: Prentice Hall, 2004.
NORTON, P. Introdução à Informática . São Paulo: Pearson, 1996.
VELLOSO, Fernando. Informática: conceitos básicos . 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
Referências complementares
RAINER JR, R. Kelly; CEGIELSKI, Casey G. Introdução a Sistemas de Informação - Apoiando e Transformando Negócios na Era da Mobilidade . Rio de Janeiro: Editora Elsevier/Campus, Tradução da 5ª Edição, 2016.
MANZANO, A.L.N.G. Estudo dirigido de Microsoft Excel 2013 . São Paulo: Érica, 2013.
MARÇULA, M. Informática: Conceitos e Aplicações , São Paulo: Érica, 2008.
MONTEIRO, M.A. Introdução à Organização de Computadores . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
CERT. Cartilha de Segurança Para Internet , 2006. Disponível em: < http://cartilha.cert.br/ >. Acesso em: 22/05/2018.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: INTRODUÇÃO À VIGILÂNCIA EM SAÚDE	CH Total	60 h
Semestre: 1º	C.H Prática: 10	CH Teórica: 50
Objetivo geral		
Compreender a atuação profissional do técnico em vigilância em saúde e as legislações pertinentes.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Empregar os princípios em Vigilância em Saúde a partir da Vigilância Ambiental e Sanitária; – Identificar os campos de atuação do profissional vigilante em saúde; 		

<ul style="list-style-type: none"> – Entender os principais conceitos ligados à vigilância e saúde pública; – Identificar as ações desenvolvidas pelas Vigilâncias: epidemiológica, sanitária e ambiental.
Ementa
Características da profissão. Mercado de trabalho. Conceitos de vigilância epidemiológica, ambiental e sanitária. Introdução à saúde pública. Territorialização. Diagnóstico de Saúde da comunidade.
Referências básicas
CORREA, M.J.M.; et al. Vigilância em saúde do trabalhador no sistema único de saúde – teorias e práticas . Belo Horizonte: Coopmed, 2013.
MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: perspectivas teóricas. Cadernos de Saúde Pública , v.21, n.3, p.898-906, 2005.
SILVA, J.A.; DALMASO, A.S.W. Agente Comunitário de Saúde: o ser, o saber, o fazer . Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
Referências complementares
CARVALHO, S.R. Saúde coletiva e promoção da Saúde: sujeito e mudança . Saúde em Debate. São Paulo: Hucitec, 2005.
BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Vigilância ambiental em saúde . Brasília, 2002.
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Cartilha de vigilância sanitária: cidadania e controle social . 2. ed. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2002.
BRASIL. Ministério da saúde. Técnico em vigilância em saúde: diretrizes e orientações para a formação . Brasília, 2011.

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: BIOLOGIA GERAL	CH Total	60 h
Semestre: 1º	C.H Prática: 10	CH Teórica: 50
Objetivo geral		
Conhecer os fundamentos básicos da biologia e compreender a relação entre os principais grupos de interesse biológico e a saúde humana.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Identificar as células e seus elementos de composição; – Compreender as diferentes formas de vida existentes e como estas são classificadas; – Conhecer as características dos principais grupos de microrganismos e animais de interesse para a área da saúde; – Estruturar o conhecimento sobre o funcionamento do corpo humano; – Empregar os fundamentos da Biologia com a promoção da saúde. 		
Ementa		
Biologia celular. Princípios da Análise Microscópica. Diversidade e classificação dos seres vivos. Biologia dos microrganismos: vírus, fungos, bactérias e protozoários. Animais: principais grupos		

de interesse biológico. Mecanismos Adaptativos. Sistema imunitário humano.
Referências básicas
AMABIS, J. M. & MARTHO, G. R. Fundamentos da Biologia Moderna . 5 ed. São Paulo: Moderna, 2017.
NEIL, C. & VILLELA, A. Biologia de Campbell . 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
RUMJANEK, F. D. Ab Initio: origem da vida e evolução – Rio de Janeiro: Vieira Lent, 2009.
Referências complementares
ASHCROFT, F. A vida no limite: a ciência da sobrevivência . Rio de Janeiro: JorgeZahar Editora, 2001.
CHASSOT, A. A. Ciência através dos tempos . 4. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.
DAWKINS, R. A grande história da Evolução . São Paulo. Companhia das Letras, 2009.
WATSON, J. D. DNA: o segredo da vida . São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
WILSON, E. O. Diversidade da vida . São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: QUÍMICA APLICADA	CH Total	60 h
Semestre: 1º	C.H Prática: 20	CH Teórica: 40
Objetivo geral		
Conhecer e compreender os conceitos básicos de Química que servirão como suporte na aplicação e controle dos processos que desencadeiam riscos na área da Vigilância em Saúde.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Entender os principais conceitos da Química e seus processos; – Reconhecer os instrumentos necessários na realização das atividades práticas em laboratório, bem como dominar adequadamente as regras de segurança do trabalho neste local; – Conhecer os princípios ativos dos produtos químicos, o preparo de soluções e os cuidados com o manuseio; – Conhecer os principais contaminantes químicos que proporcionam riscos à saúde; – Compreender os processos químicos aplicados à vigilância em saúde. 		
Ementa		
Estrutura atômica e Tabela periódica. Regras de Segurança e reconhecimento dos materiais utilizados no Laboratório. Substâncias, misturas e processos de separação de misturas. Funções inorgânicas, suas propriedades e aplicações. Reações químicas. Soluções químicas. Química Orgânica.		
Referências básicas		
ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e Meio		

Ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

KOTZ, J. C.; TREICHEL J. R. P. **Química e reações químicas**. 6 ed. São Paulo. Editora Pioneira Thomson Learning, 2005.

RUSSEL, J. B. **Química Geral**. 2 ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1994.

Referências complementares

ALLINGER, N. L. [et al]. **Química Orgânica**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

MELZER, E. M. **Preparo de soluções e interações**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

LIMA, L.M.; FRAGA, C.A.M.; BARREIRO, E.J. **Química na Saúde**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2010.

ROSENBERG, J.L.; EPSTEIN, L.M. **Teoria e Problemas de Química Geral**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman. 2013.

SHRIVER, D. [et. al.]. **Química Inorgânica**. 4. ed. Porto Alegre: Bookaman, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina: ORIENTAÇÃO PARA PRÁTICA PROFISSIONAL E PESQUISA	CH Total	40 h
Semestre: 1º	C.H Prática: -	CH Teórica: 40
Objetivo geral		
Capacitar e desenvolver a leitura, interpretação e elaboração de textos técnicos, bem como prepara-los para a prática profissional supervisionada.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver habilidades em ler e interpretar textos técnicos; - Construir textos técnicos utilizando os princípios de metodologia científica; - Interpretar artigos científicos da área da saúde; - Usar a estrutura para elaborar projetos de pesquisa e de extensão; - Determinar como funcionam as práticas profissionais supervisionadas. 		
Ementa		
Pesquisa científica. Redação técnica e científica. Comunicação oral e escrita. Diferentes formas de expressão escrita: científica e não científica. Elaboração de artigos científicos. Exposição de resultados de pesquisa e de práticas profissionais. Concepção de prática profissional supervisionada ou atividade equiparada. Operacionalização da prática profissional supervisionada ou atividade equiparada.		
Referências básicas		
ISKANDAR, J.I. Normas da ABNT : comentadas para trabalhos científicos. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2012.		

OLIVEIRA, J.L. **Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 25 de setembro, de 2008.

Referências complementares

AZEVEDO, C.B. **Metodologia científica ao alcance de todos.** São Paulo: Manole, 2013.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R. **Metodologia científica.** São Paulo: Pearson, 2007.

LAKATOS, M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTAR, J.; MATTAR NEGO, J.A. **Metodologia científica na era da informática.** São Paulo: Saraiva, 2013.

1.6.5.2 Segundo Semestre

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: DOENÇAS VIRAIS, BACTERIANAS E FÚNGICAS	CH Total	80 h
Semestre: 2º	C.H Prática: -	CH Teórica: 80
Objetivo geral		
Conhecer os principais agentes etiológicos virais, bacterianos e fúngicos e seus condicionantes nas doenças infecciosas no homem, abordando aspectos de prevenção e controle dessas infecções.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Entender a importância da vigilância epidemiológica para o combate das doenças virais, bacterianas e fúngicas em nosso meio e quais as medidas de controle adotadas; – Compreender como a doença é transmitida para os seres humanos, seus sintomas, período de incubação e os sinais clínicos observados; – Conhecer os métodos de combate e prevenção das doenças viróticas, bacterianas e fúngicas. 		
Ementa		
Características gerais de vírus, bactérias e fungos. Caracterização etiopatogênica das doenças infecciosas: modo de transmissão, fatores de virulência, respostas imunológicas do hospedeiro, medidas de prevenção e controle. Principais doenças bacterianas. Principais doenças virais. Principais doenças fúngicas. Medidas de controle e prevenção das doenças virais, bacterianas e fúngicas.		
Referências básicas		
TORTORA, F.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. Microbiologia. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.		
TRABULSI, L.R.; ALTERTHUM, F. Microbiologia. 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.		

SANTOS, N.S.O.; ROMANOS, M.T.V.; WIGG, M.D. **Virologia Humana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

Referências complementares

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças Relacionadas ao Trabalho**. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Trabalhador, 2001.

_____. Ministério da Saúde. **Vigilância em saúde: zoonoses**. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, 2009.

_____. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. Brasília: Departamento de Vigilância Epidemiológica, 2010.

_____. Ministério da Saúde. **Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose**. Brasília: Departamento de Atenção Básica, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina: ECOLOGIA APLICADA À SAÚDE	CH Total	60 h
--	-----------------	-------------

Semestre: 2º	C.H Prática: -	CH Teórica: 60
---------------------	-----------------------	-----------------------

Objetivo geral

Entender os seres vivos e os processos biológicos, bem como as interações destes com o ambiente e a saúde humana.

Objetivos específicos

- Conhecer as características do meio ambiente e sua importância para a manutenção da vida na Terra;
- Interpretar sobre a importância do desenvolvimento sustentável para a manutenção saudável do planeta;
- Determinar o ser humano como agente e paciente de transformações intencionais por ele reproduzidas no ambiente.

Ementa

Fundamentos da Ecologia. Relações Ecológicas. Meio ambiente. Ambiente antrópico. Equilíbrio ecológico. Poluição. Saneamento básico e do meio: seleção, descarte e reciclagem de lixo. Alterações climáticas e saúde.

Referências básicas

LISBOA, C.P.; KINDEL, E.A.I. **Educação Ambiental: da teoria à prática**. 1 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

ODUM, E. P & BARRETT, G. W. **Fundamentos de Ecologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Thomson Pioneira, 2007.

PAPINI, S. **Vigilância em Saúde Ambiental - Uma Nova Área da Ecologia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu; 2012.

Referências complementares

ASHCROFT, F. **A vida no limite: a ciência da sobrevivência**. Rio de Janeiro: JorgeZahar Editora, 2001.

BRANCO, S.M. **O meio ambiente em debate**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2007.

CASAGRANDE JUNIOR, E.F. **Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável**. 1 ed. Curitiba: Livro Técnico, 2012.

DAWKINS, R. **A grande história da Evolução**. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

WASSERMAN, S.A.; MINORSKY, P.V.; JACKSON, R.B. **Biologia de Campbell**. São Paulo: Artmed, 2015.

PLANO DE DISCIPLINA
CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina: FUNDAMENTOS DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

CH Total

60 h

Semestre: 2º

C.H Prática: -

CH Teórica: 60

Objetivo geral

Conhecer as principais normas e regulamentos que subsidiam o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS.

Objetivos específicos

- Compreender as Políticas Públicas de Saúde no contexto do trabalho, de forma que estas subsidiem as ações e os serviços de acordo com o conceito ampliado da saúde, os princípios e as diretrizes preconizadas pelo SUS;
- Conhecer a organização e o funcionamento do sistema de saúde vigente no país;
- Identificar as diversas formas de trabalho do sistema de saúde e suas possibilidades de atuação na área.

Ementa

Políticas Públicas de Saúde no Brasil. Organização do Sistema Único de Saúde (SUS). Modelos assistenciais de saúde no Brasil. Normas Operacionais Básicas. Normas Operacionais da Assistência à Saúde. Pacto pela Vida. Pacto em Defesa do SUS. Pacto de Gestão do SUS.

Referências básicas

SOLHA, R.K.T. **Sistema único de saúde – componentes, diretrizes e políticas públicas**. São Paulo, Editora: Erica, 2014

CRIVELLARO, J.L.G. **Sistema único de saúde e saúde coletiva**. Curitiba-PR, Editora LT, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária executiva. Coordenação de Apoio a Gestão Descentralizada. **Diretrizes Operacionais Básicas para os Pactos pela vida, em Defesa do SUS e de Gestão**. Brasília, 2006.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). **SUS: avanços e desafios**. Brasília: Conass, 2006. Disponível em:

<http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/Livro_Sus.pdf>. Acesso em: 26 de out. de 2017.

Referências complementares

COHN, A. A reforma sanitária brasileira após 20 anos do SUS: Reflexões. **Cad. Saúde Pública**, v.25, n.7, p.1614-1619, 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n7/20.pdf>. Acesso em: 26 de out. de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Normas Operacionais Básicas de Saúde - NOB'S/SUS/96**.

LAVOR, A. et al. **A Saúde em Construção**. Revista RADIS – Comunicação em Saúde. 104, 2011.

_____. Casa Civil. **Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990**.

_____. Casa Civil. **Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990**.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina: SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	CH Total	80 h
---	-----------------	-------------

Semestre: 2º	C.H Prática: -	CH Teórica: 80
---------------------	-----------------------	-----------------------

Objetivo geral

Conhecer os fundamentos do saneamento básico e dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e como estes se relacionam à saúde da população e ao meio ambiente.

Objetivos específicos

- Reconhecer os principais constituintes dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- Conhecer e avaliar os impactos dos esgotos sobre os recursos hídricos;
- Compreender as formas de minimizar os riscos associados à falta de cuidados elementares relacionados ao esgoto sanitário;
- Conhecer as formas mais adequadas de tratamento a ser dado aos esgotos sanitários.

Ementa

Fundamentos de saneamento básico. Qualidade da água. Sistema de abastecimento de água. Unidades de tratamento de água. Doenças de veiculação hídrica. Poluição. Sistema de esgotamento sanitário e planejamento ambiental. Coleta de esgoto. Saneamento como promoção da saúde e prevenção de doenças. Medidas de Conservação de Água.

Referências básicas

MAGOSI, L.R.; BONACELLA, P.H. **Poluição das águas**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2013.

LIBÂNIO, M. **Fundamentos de qualidade e tratamento de água**. Campinas: Átomo, 2010.

PHILIPPI JR. A.; GALVÃO JR, A.C. **Gestão do saneamento básico - abastecimento de água e esgotamento sanitário**, São Paulo: Manole, 2012.

Referências complementares

REZENDE, S.C.; HELLER, L. **O Saneamento no Brasil – Políticas e Interfaces**. AUFMG, 2008.

BRASIL. FUNASA. **Manual de saneamento**. 3. ed. Brasília: FUNASA, 2006.

LIBÂNIO, M. **Fundamentos de qualidade e tratamento de água**. Campinas: Átomo, 2010.

TSUTIYA, M.T. **Abastecimento de Água**. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2013.

BRASIL. **Resolução CONAMA 357**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2005.

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	CH Total	60 h
Semestre: 2º	C.H Prática: 10	CH Teórica: 50
Objetivo geral		
Capacitar quanto a Legislação básica de saúde, segurança do trabalho e biossegurança em ambientes de saúde.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Conhecer os procedimentos que devem ser adotados em casos de acidentes do trabalho; – Identificar e conhecer as medidas preventivas em relação aos agentes de riscos de acidentes presentes no ambiente de trabalho, quer sejam estes ergonômicos, químicos, biológicos ou físicos; – Entender o funcionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA. 		
Ementa		
Formas de prevenção de acidentes do trabalho. Fatores de risco: classificação. EPI e EPC: tipo, uso e legislação pertinente. Causas dos acidentes do trabalho. CIPA: organização, funcionamento, legislação. Ergonomia no trabalho. Técnicas de prevenção de acidentes, manutenção preventiva de equipamentos, prevenção e combate ao fogo. Códigos e símbolos específicos de SST – Saúde e Segurança no Trabalho. Princípios gerais de biossegurança. Conceitos de assepsia, antisepsia, desinfecção, descontaminação e esterilização. Gerenciamento do descarte de resíduos, fluídos, agentes biológicos, físicos químicos e radioativos.		
Referências básicas		
ABRAHAO, J. Introdução à Ergonomia – teoria e prática . São Paulo: Edgard Blucher, 2009.		
SARAIVA, E. Segurança e Medicina do Trabalho . 5. ed. Editora Saraiva, 2016.		
CORREA, M.J.M.; et al. Vigilância em saúde do trabalhador no sistema único de saúde – teorias e práticas . Belo Horizonte: Coopmed, 2013.		
Referências complementares		
BARBOSA FILHO, A.N. Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental . São Paulo: Atlas, 2010.		
SCALDELAI, A.V. Manual Prático de Saúde e Segurança do Trabalho . São Paulo: Yendis, 2009.		

GARCIA G.F.B. **Legislação - Segurança e Medicina do Trabalho**. São Paulo: Método. 4. ed, 2012.

1.6.5.3 Terceiro Semestre

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: ÉTICA PROFISSIONAL E CIDADANIA	CH Total	40 h
Semestre: 3º	C.H Prática: -	CH Teórica: 40
Objetivo geral		
Contribuir para formação ética para a melhoria do exercício da profissão e das relações sociais em geral.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender sobre a ética como parte indissociável da prática profissional; - Entender a importância da atuação no mundo profissional, pautado na ética, bem como expor os princípios fundamentais do pensamento ético universal; - Compreender como desenvolver a atuação profissionalmente de forma ética. - Determinar a estrutura da ética e do direito num todo e a sua aplicação ao ramo da saúde 		
Ementa		
Ética e moral. Fundamentos de ética. A ética no pensamento ocidental. Capitalismo, comércio, indústria e a ética do auto-interesse. O mundo do trabalho, o empresário e a sociedade. A ética empresarial, a globalização e o confronto de culturas. Ética profissional em um mundo globalizado e responsabilidade social. A atuação profissional e os dilemas éticos. O exercício da profissão e o código de ética.		
Referências básicas		
CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia . 13.ed., São Paulo: Ática, 2009.		
GALLO, S. Filosofia: experiência do pensamento . São Paulo: Scipione, 2015.		
SOUZA, Herbert José de. Ética e cidadania . São Paulo, Editora Moderna, 2006.		
Referências complementares		
BOFF, Leonardo. O despertar da águia: o diabólico e o simbólico na construção da realidade . Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.		
FICHER, Rosa Maria. O desafio da colaboração - prática de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. Ed. Gente, 2002.		
SÁ, A. L. de. Ética Profissional . 9ª Edição, Editora Altas S.A, 2009.		
SOUZA FILHO, Oscar d'Alva. Ética individual e ética profissional: princípios da razão feliz . 4.ed., Rio de Janeiro: ABC Editora, 2004.		

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: LEGISLAÇÃO EM VIGILÂNCIA E SAÚDE	CH Total	40
Semestre: 3º	C.H Prática: -	CH Teórica: 40
Objetivo geral		
Compreender a importância da ética e legislação para o profissional em Vigilância em Saúde, proporcionando conhecimentos básicos e indispensáveis para o exercício profissional sob os aspectos da legislação sanitária em vigor e do comportamento ético.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as políticas públicas de saúde; • Conhecer a Vigilância Sanitária e Ambiental e estimar sua importância para a saúde pública, bem como em Inspeção, Legislação Sanitária e Ambiental; • Avaliar os estabelecimentos, serviços de saúde, produtos, condições ambientais e de trabalho; • Interpretar as legislações pertinentes que abordam a vigilância em saúde; bem como a legislação sanitária vigente no país. 		
Ementa		
Fundamentos de saúde pública e normalizações da área. Fundamentos da qualidade em saúde. Noções de epidemiologia. Vigilância em Saúde. Legislação Sanitária.		
Referências básicas		
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 777, de 28 de Abril de 2004.		
_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.252, de 22 de dezembro de 2009. Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências. Brasília, 2009.		
_____. Leis, decretos, resoluções, portarias. Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Brasília: Ministério da Agricultura, 1998.		
ROUQUAYROL, M.Z; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde. Rio de Janeiro: MEDSI, 8 ed., 2017.		
Referências complementares		
ARROYO, C.S. Qualidade de serviços de assistência à saúde: o tempo de atendimento da consulta médica. São Paulo: USP, 2007.		
BOSI, M.L.; UCHIMURA, K.Y. Avaliação da qualidade ou avaliação qualitativa do cuidado em saúde. Revista Saúde Pública , v.1, n.41, 2007.		
BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. 1992.		

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: PLANEJAMENTO URBANO	CH Total	40
Semestre: 3º	C.H Prática: -	CH Teórica: 40
Objetivo geral		
Compreender o processo social de produção da cidade, dos problemas e contradições que lhe são inerentes, assim como entender as formas de intervenção urbana na escala do Município, levando em consideração as relações urbano-regionais.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o conceito de planejamento, a origem das cidades e evolução urbana; - Definir o entendimento de urbanismo e conhecer a cidade atual além do seu planejamento urbano; - Compreender os princípios da legislação urbanística; - Aplicar os instrumentos de gestão urbana; - Analisar as leis urbanísticas municipais, a rede de infraestrutura urbana - Entender o conceito de planejamento ambiental. 		
Ementa		
Teorias e conceitos de planejamento. História do planejamento urbano e regional no Brasil. Produção do espaço, planejamento e políticas públicas. Diferentes abordagens de planejamento. Planejamento como instrumento de intervenção no espaço urbano. Estudo dos instrumentos legais de planejamento urbano e regional no Brasil.		
Referências básicas		
COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. G. Planejamento urbano no Brasil: trajetórias, avanços e perspectivas . Belo Horizonte: C/Arte, 2008		
CASSILHA, G.A.; CASSILHA, S.A. Planejamento Urbano e Meio Ambiente . Curitiba: IESDE Brasil AS, 2009		
VITTE, C.C.S.; KEINERT, T.M.M. Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.		
BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria de Programas Urbanos. PLANO DIRETOR . Guia para sua elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2004.		
Referências complementares		
SOUZA, M.L. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.		
SANTOS, Milton. A urbanização brasileira . São Paulo: EdUSP, 2013.		
Costa, H.S.M. Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma contradição de termos? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais , n.2, p.55-71, 2000.		
BRASIL. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 . Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília:		

Congresso Nacional, 2001.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo - desigualdade, ilegalidade e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: MICROBIOLOGIA E QUALIDADE DE ALIMENTOS	CH Total	60 h
Semestre: 3º	C.H Prática: 20	CH Teórica: 40
Objetivo geral		
Mostrar os conhecimentos fundamentais da biologia dos microrganismos e desenvolver atividades relacionadas ao controle e à garantia da qualidade de alimentos.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Analisar a gestão de qualidade em serviços e produtos alimentícios; – Precisar a atuação preventiva, aumentando a segurança do consumidor e a garantia do produtor de alimentos; – Concluir o conceito de deterioração e os mecanismos que podem ser utilizados para a melhor conservação dos alimentos; – Identificar a forma como os microrganismos conseguem sobressair dos mecanismos de controle; – Concluir quais são as causas da contaminação de alimentos; – Conhecer os agentes patogênicos mais transmitidos aos seres humanos pelos alimentos. 		
Ementa		
Introdução à microbiologia de alimentos. Fundamentos da preservação dos alimentos. Importância da conservação dos alimentos. Técnicas de Conservação de Alimentos. Manipulação e processamento de alimentos. Análises microbiológicas de alimentos. Controle de qualidade de alimentos. Segurança alimentar. Legislações pertinentes à qualidade alimentar.		
Referências básicas		
AZEREDO, H.M.C. Fundamentos de estabilidade dos alimentos . Brasília: Embrapa, 2012.		
GERMANO, P.M.L. Higiene e vigilância sanitária de alimentos . 3. ed. Barueri: Manole, 2008.		
MADIGAN, M.T. et al. Microbiologia de Brock . Porto Alegre: ArtMed, 2010.		
Referências complementares		
BRASIL. Ministério da Saúde. Métodos Físico-Químicos para Análise de Alimentos . Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2005.		
CARELLE, A.C.; CANDIDO, C.C. Manipulação e higiene dos alimentos . São Paulo: Erica, 2014.		

CECCHI, H.M. **Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2ª ed., 2015.

COSTA, N.M.B.; BORÉM, A. **Biotecnologia e Nutrição**. São Paulo: Nobel, 2003.

JUCENE, C. **Manual de segurança alimentar: boas práticas para os serviços de alimentação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2008.

PELCZAR, M.J. et al. **Microbiologia: conceitos e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1997.

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: SISTEMA DE LIMPEZA URBANA	CH Total	80 h
Semestre: 3º	C.H Prática: -	CH Teórica: 80
Objetivo geral		
Conhecer os processos de geração dos resíduos sólidos, a fim de utilizar técnicas adequadas de gerenciamento e descarte dos mesmos, garantindo a proteção da população e do meio ambiente.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os principais fatores que geram o acúmulo de resíduos sólidos; - Reconhecer as técnicas apropriadas de tratamento e gerenciamento de resíduos sólidos, a fim de minimizar a contaminação do meio ambiente e garantir a saúde da população; - Entender a importância da educação ambiental e sua aplicação no sistema de limpeza urbana. 		
Ementa		
Legislação sanitária. Ambiente antrópico, equilíbrio ecológico e poluição. Características físicas, químicas e biológicas dos resíduos. Sistema de gerenciamento de resíduos sólidos. Tratamento de resíduos sólidos urbanos. Técnicas de disposição de resíduos sólidos. Noções sobre EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e RIMA (Relatório de Impacto Ambiental). Saúde e gestão ambiental.		
Referências básicas		
NASCIMENTO NETO, P. Resíduos Sólidos Urbanos . Perspectivas de Gestão Intermunicipal em Regiões Metropolitanas. São Paulo: Atlas, 2013.		
LIRA, W.S.; CÂNDIDO, G.A. Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa . Campina Grande: EDUEPB, 2013.		
JARDIM, A. Política Nacional, Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos . São Paulo: Manole, 2012.		
Referências complementares		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14.001 . Sistema de gestão ambiental: especificação e diretrizes para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.		

ADEODATO, S. **Reciclagem: ontem, hoje e sempre**. São Paulo: CEMPRE, 2008.

FERNANDES, J.U.J. **Lixo – Limpeza Pública urbana: Gestão de Resíduos Sólidos sob o Enfoque do Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Conceitos, características e interfaces dos serviços públicos de saneamento básico**. Brasília, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: DOENÇAS PARASITÁRIAS	CH Total	60 h
Semestre: 3º	C.H Prática: -	CH Teórica: 60
Objetivo geral		
Conhecer a etiologia, distribuição geográfica, epidemiologia, patogenia, sinais clínicos, tratamento e profilaxia das principais parasitoses humanas.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Entender os conceitos básicos de parasitologia e as relações parasita-hospedeiro; – Compreender a morfologia, biologia e classificação dos principais parasitas do homem; – Conhecer as principais doenças causadas pelos parasitas, bem como as principais técnicas utilizadas no diagnóstico e formas de prevenção; – Aplicar os conhecimentos adquiridos com os problemas de saúde pública nas comunidades locais. 		
Ementa		
Parasitologia geral. Introdução ao estudo de parasitos. Ectoparasitas e endoparasitas. Conceito ecológico e bioquímico de parasitismo. Conceitos de saúde e doença. Caracterização das doenças parasitárias: mecanismos de transmissão, medidas de prevenção e controle. Impacto do parasitismo na sociedade humana. Doenças parasitárias negligenciadas.		
Referências básicas		
NEVES, D.P. Parasitologia Humana . 13. ed. São Paulo: Atheneu, 2016.		
NEVES, D.P.; BITTENCOURT NETO, J.B. Atlas Didático de Parasitologia . 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2008.		
URBANO, F.M. Parasitologia Contemporânea . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.		
Referências complementares		
MARIANO, M.L.M.; MARIANO, A.P.M.; SILVA, M.M. Manual de Parasitologia Humana . 3. ed. Salvador: Editus Uesc, 2014.		
ZEIBIG, E.A. Parasitologia Clínica - Uma Abordagem Clínico-Laboratorial . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.		

REY, L. **Parasitologia - Parasitos e Doenças Parasitárias do Homem nos Trópicos Ocidentais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: EDUCAÇÃO EM SAÚDE	CH Total	60 h
Semestre: 3º	C.H Prática: 20	CH Teórica: 40
Objetivo geral		
Reconhecer a importância da educação em saúde no processo de transformação social.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Esquematizar a realidade da educação e saúde nos dias atuais como forma de entender, praticar e desenvolver a vida e o viver em comunidade; – Organizar um ambiente de troca de conhecimentos acerca da educação e saúde na comunidade como forma de manutenção de uma vida saudável; – Avaliar o processo de saúde no Brasil e sua dimensão social nas práticas de saúde; – Analisar a saúde como problema complexo, como produção social, e não simplesmente como evento biológico; – Avaliar a produção do conhecimento para a mudança das práticas em saúde, bem como a educação popular para a gestão das políticas públicas de saúde. 		
Ementa		
Educação em saúde: conceitos, importância, princípios e objetivos. Papel do profissional de saúde como educador. Concepção de educação, saúde, sociedade e cidadania, a partir das perspectivas educacionais existentes na saúde. A educação em saúde no processo de trabalho como geradora de um ser saudável e comprometido com o autocuidado individual e coletivo.		
Referências básicas		
FREIRE, P. Educação e mudança . 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.		
LEITE, M.M.J.; PRADO, C.; PERES, H.H.C. Educação em Saúde: desafios para uma prática inovadora . São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2010.		
SANTOS, A.S.; PASCHOAL, V.D.; CIANCIARULLO, T. Educação em Saúde e Enfermagem . São Paulo: Manole, 2017.		
Referências complementares		
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretoria de Programas de Educação em Saúde. Educação em saúde: histórico, conceitos e propostas. Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial , v.46, p.353-363, 2010.		
VALLA, V.V.; VASCONCELOS, E.M.; PEREGRINO, M.; FONSECA, L.C.S.; Mc KNIGHT, J.L. Saúde e educação . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.		
HENNINGTON, E.A. Gestão dos processos de trabalho e humanização em saúde: reflexões a partir da Ergologia. Rev. Saúde Pública , v.42, n.3, p.555-61, 2008.		

1.6.5.4 Quarto Semestre

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: NOÇÕES DE IMUNIZAÇÃO E VACINAÇÃO	CH Total	60 h
Semestre: 4º	C.H Prática: -	CH Teórica: 60
Objetivo geral		
Compreender o funcionamento do sistema imunológico, bem como os tipos de vacinas e soroterapias relacionadas ao programa nacional de imunização.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Identificar os componentes da imunidade inata, celular e humoral; – Reconhecer o processo interativo entre os vários mecanismos de defesa envolvidos na resposta imune contra patógenos, autoimunidade e hipersensibilidade; – Compreender o processo interativo entre os vários mecanismos do sistema imunológico no estabelecimento da imunidade ativa e passiva; – Entender as normas e procedimentos de imunização: vacinas e soroterapias; – Empregar as diretrizes nacionais de imunização. 		
Ementa		
Introdução à Imunologia; Antígeno-anticorpo. Imunidade Inata e adaptativa. Tolerância Imunológica e Autoimunidade; Hipersensibilidade; Imunização ativa e passiva. Definição de Vacinas. Tipos de Vacina. Soroterapias. Programa nacional de imunização (PNI).		
Referências básicas		
<p>ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.H.; PILLAI, S.H.I.V. Imunologia celular e molecular. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.</p> <p>MURPHY, K. Imunobiologia de Janeway. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p> <p>SILVA, A.G.T. Imunologia Aplicada. Fundamentos, Técnicas Laboratoriais e Diagnósticos. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>		
Referências complementares		
<p>ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.H.; PILLAI, S.H.I.V. Imunologia básica: funções e distúrbios do sistema imunológico. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunização. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, 2014.</p> <p>ADELAIDE, J.V; KIOKO, T; EDNÉIA, C.B. Ciências farmacêuticas: imunoensaios fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</p> <p>FERREIRA, A.W. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes:</p>		

correlações clínico-laboratoriais. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

KINDT, T.J.; GOLDSBY, R.A.; OSBORNE, B.A. **Imunologia de Kuby**. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: VIGILÂNCIA SANITÁRIA	CH Total	80
Semestre: 4º	C.H Prática: 20	CH Teórica: 60
Objetivo geral		
Estabelecer que a vigilância sanitária faz parte da política do Sistema Único de Saúde. Interiorizar conceitos que permitam compreender sobre a prática multiprofissional no tratamento do risco sanitário em relação ao meio ambiente, trabalho, alimentos, medicamentos, bens e produtos que estejam diretamente relacionados à saúde, em sua dimensão histórica, social, econômica, técnica e ética.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Investigar e analisar os conceitos de Estado, Sociedade, Sistemas de Saúde e Governo; – Contrastar a conformação histórica da Vigilância Sanitária à evolução das relações de produção e consumo na sociedade moderna com ênfase no processo de organização do Estado no Brasil; – Diferenciar as configurações do Estado contemporâneo, bem como as bases legais que delimitam e estruturam o campo de atuação da Vigilância Sanitária, especialmente no que respeita à regulação do risco sanitário; – Especificar o processo de trabalho nas ações de Vigilância Sanitária como campo essencial da Saúde Pública. 		
Ementa		
Saúde e doença e sua produção social. Conceito e gestão do risco sanitário. Construção histórica das políticas de controle e regulação em saúde no Brasil. A vigilância sanitária no Sistema Único de Saúde. Áreas de atuação da vigilância sanitária. O sistema nacional de vigilância sanitária e as relações entre os níveis de governo e o processo de trabalho em vigilância sanitária.		
Referências básicas		
ALMEIDA-MURADIAN, L. B.; PENTEADO, M. V. C. Vigilância sanitária: tópicos sobre legislação e análise de alimentos . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.		
SILVA, A.K. Manual de vigilância epidemiológica e sanitária . Goiânia: AB Editora, 2017		
ROZENFELD, S. Fundamentos da Vigilância Sanitária . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.		
Referências complementares		
GERMANO, P.M.L.; GERMANO, M.I.S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos . São Paulo Manole, 5.ed, 2015.		
IANNI, A.M.Z. Saúde Pública e Sociedade de Risco. Revista de Direito Sanitário , v.8, p.38-48, 2007.		

MINAYO, M.C.S.; TORRES, J.J. Visão complexa para uma forma complexa de agir. **Vigilância Sanitária em Debate**, v.1, n.1, p.12-20, 2013.

VEYRET, I. **Riscos - o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

VECINA, G.; MARQUES, M.C.M.; SOUZA, A.M.F.S. Vigilância Sanitária no Brasil. In: CAMPOS, G.W.S. et al. (org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006. p.689-714.

VECINA, G.; MARQUES, M.C.M.; SOUZA, A.M.F.S. Vigilância Sanitária no Brasil. In: CAMPOS, G.W.S. et al. (org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006. p.689-714.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	CH Total	80
Semestre: 4º	C.H Prática: 20	CH Teórica: 60
Objetivo geral		
Conhecer os componentes envolvidos com as condições de saúde e a ocorrência de doenças, visando oferecer apoio aos programas de prevenção, tanto no controle como na erradicação de doenças.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a epidemiologia clínica e comunitária e a importância da sua estrutura; - Conhecer os fundamentos da saúde pública; - Estimar o processo e conceito de saúde e doença; - Entender as noções básicas da vigilância sanitária, ambiental e epidemiológica; - Determinar a efetivação do levantamento epidemiológico; - Pesquisar os fatores determinantes da situação de saúde. 		
Ementa		
Vigilância Epidemiológica. Fundamentos de saúde pública. Processo e conceito de saúde e doença. Conceitos e objetivos da epidemiologia. Quadro demográfico e sanitário brasileiro. Noções básicas das vigilâncias sanitárias, ambiental e epidemiológica e seus procedimentos técnicos e doenças transmissíveis.		
Referências básicas		
ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M.Z. Introdução à epidemiologia . Rio de Janeiro: MEDSI, 2006.		
MALETTA, C.H.N. Epidemiologia e saúde pública . Belo Horizonte: Coopmed, 2013.		
ROUQUAYROL, M.Z, ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde . 7. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2013.		
Referências complementares		

- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Prevenção e controle à fiscalização e Fraude de Medicamentos**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2010.
- _____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Centro Nacional de Epidemiologia. **Seleção das Doenças de Notificação Compulsória: Critérios e Recomendações para as Três Esferas de Governo – Documento Final**. Brasília, 1998.
- _____. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. Centro Nacional de Epidemiologia. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. Brasília, 1994.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis - AIDS**. Vigilância Epidemiológica - Documento Referencial. Brasília, 1993.
- _____. Secretaria de Saúde da Bahia. **Manual de Normas e procedimentos técnicos para Vigilância Epidemiológica**. 4. ed. Salvador, 1991.
- GALLEGUILLOS, T.G.B. **Epidemiologia – indicadores de saúde e análise de dados**. São Paulo: Editora IATRIA, 2014
- SILVA, A.K. **Manual de vigilância epidemiológica e sanitária**. Goiânia: AB Editora, 2017.

PLANO DE DISCIPLINA		
CURSO TÉCNICO VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: VIGILÂNCIA AMBIENTAL	CH Total	60
Semestre: 4º	C.H Prática: -	CH Teórica: 60
Objetivo geral		
Desenvolver o conhecimento para detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Identificar os riscos e divulgar as informações referentes aos fatores ambientais condicionantes e determinantes das doenças e outros agravos à saúde; – Constituir com ações diretas de responsabilidade do setor ou demandando para outros setores, com vistas a eliminar os principais fatores ambientais de riscos à saúde humana; – Operar, junto aos órgãos afins, ações de proteção da saúde humana relacionadas ao controle e recuperação do meio ambiente; – Conhecer e estimular a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento, visando ao fortalecimento da participação da população na promoção da saúde e qualidade de vida. 		
Ementa		
Caracterização dos problemas globais. Consequências de forma geral e em especial à saúde. Propagação de doenças. Principais atores na política ambiental internacional. Formas de adaptação e mitigação. Acordos internacionais. Influência da globalização e do sistema econômico vigente.		
Referências básicas		
PAPINI, S. Vigilância em Saúde Ambiental - Uma Nova Área da Ecologia . 2ª ed. Rio de		



Janeiro: Atheneu; 2012.

SOLHA, R.K.T.; GALLEGUILLOS, T.G.B. **Vigilância em Saúde Ambiental e Sanitária**, São Paulo: Érica, 2015.

TROPPEMAIR, H. **Biogeografia e meio ambiente**. 8. ed. Rio Claro: Divisa, 2008.

Referências complementares

AUGUSTO, L.G.S.; FLORÊNCIO, L.; CARNEIRO, R.M. **Pesquisa (ação) em Saúde Ambiental**: contexto, complexidade, compromisso social. Recife: Ed. UFPE, 2001.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Vigilância ambiental em saúde/Fundação Nacional de Saúde**. Brasília: FUNASA, 2002.

_____. **Atlas do Meio Ambiente**. Curitiba: Instituto Polis, 2008.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**. Bases para Discussão. Brasília: MMA, 2000.

DERISIO, J.C. **Introdução ao controle de poluição ambiental**. 4. ed. São Paulo: Signus Editora, 2012.

SANTOS, R.F. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. Oficina de textos. 1ª Edição. 2004.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO		
Disciplina: EMPREENDEDORISMO	CH Total	80 h
Semestre: 4º	C.H Prática: 20	CH Teórica: 60
Objetivo geral		
Capacitar e compreender o perfil empreendedor; demonstrar técnicas para identificar e aproveitar oportunidades por meio da elaboração do plano de negócios e desenvolver a inovação e criatividade dos alunos.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> – Definir os fundamentos do empreendedorismo; – Identificar características empreendedoras; – Estimar oportunidades de novos empreendimentos; – Descrever plano de negócios. – Determinar, através das ferramentas de gestão, a manutenção do ambiente organizacional sua aplicabilidade. – Empregar os fundamentos do associativismo e cooperativismo como alternativas para novos negócios. 		
Ementa		
O processo empreendedor. Empreendedores independentes. Empreendedorismo interno. Identificação de oportunidades. O plano de negócios. A busca de financiamento. A assessoria para o negócio. Questões legais de constituição de empresas. Recomendações ao empreendedor. Noções de gestão de pessoas. Gestão do ambiente organizacional do trabalho. Cooperativismo e associativismo.		
Referências básicas		
<p>ESCARLATE, L. F. Aprender a Empreender. Brasília: Fundação Roberto Marinho/SEBRAE, 2010.</p> <p>CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</p>		
Referências complementares		
<p>BARON, Robert A.; SHANE, SCOTT A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>CARVALHO, A.D. Cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica. São Paulo: Baraúna, 2011.</p> <p>CHIAVENATO, I. Planejamento Estratégico - Fundamentos e Aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 3ª Ed. 2016.</p> <p>DAHER, E. Administração de marketing: os caminhos e desafios do profissional. Londrina: Eduel, 2013.</p> <p>DORNELAS, J.C.A. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p>		

1.7 METODOLOGIA

O currículo foi organizado de modo a garantir o desenvolvimento de competências fixadas pela Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, além daquelas que foram identificadas pelo Instituto Federal de Rondônia, com a participação da comunidade escolar.

A organização curricular, para a habilitação de Técnico em Vigilância em Saúde, está estruturada em módulos semestrais, respeitando uma sequência lógica formativa. Os módulos e seus respectivos componentes curriculares, assim constituídos, representam importante instrumento de flexibilização e abertura do currículo para o itinerário profissional, pois que, adaptando-se às distintas realidades regionais, permitem a inovação permanente e mantêm a unidade e a equivalência dos processos formativos.

Caberá a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso.

No seu fazer pedagógico, o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e em equipe, que incluam, entre outros:

- 1) Aulas expositivas/dialogadas;
- 2) Leitura e discussão de textos;
- 3) Pesquisas;
- 4) Estudos e trabalho em grupo;
- 5) Exercícios de interpretação de textos;
- 6) Dinâmicas de grupo;
- 7) Seminários temáticos;
- 8) Debates/Discussões;
- 9) Elaboração de projeto de pesquisa;
- 10) Pesquisa teórica/bibliográfica;



- 11) Análise da legislação;
- 12) Visitas técnicas em instituições conveniadas e outras;
- 13) Estudos de caso;
- 14) Exposição de Trabalho;
- 15) Leituras de artigos atuais de revistas, jornais e outros meios de comunicação para análise e condensação;
- 16) Exposição de Filme/documentário;
- 17) Elaboração de fichamentos;
- 18) Resumo de textos pré-selecionados;
- 19) Simulações;
- 20) Oficinas de aulas práticas (laboratório/*workshop*);
- 21) Portfólio;
- 22) Estudo dirigido;
- 23) Mapa conceitual;
- 24) Tempestades de ideias;
- 25) Simpósio.

1.7.1. Concepção do Curso e Abordagens Pedagógicas

O Projeto Pedagógico do Curso visa proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender às necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

Ademais, visa-se, com a implantação do curso, formar um indivíduo que esteja apto a atuar profissionalmente em equipes multiprofissionais ou individualmente, na iniciativa privada ou no setor público, em grandes centros urbanos ou pequenos, com produtividade e qualidade, tendo como preocupação a relação entre o ambiente e a qualidade de vida física e intelectual dos semelhantes.

Esse curso, se fortalecido, somará esforços aos demais mantidos pela Instituição rumo ao cumprimento de sua grande missão que é formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania plena.



Assim sendo, dentro do contexto da oferta de cursos do IFRO, o Curso Técnico em Vigilância em Saúde visa à formação acadêmica de um profissional com sustentação científica, postura ética reflexiva, qualificado para o exercício profissional, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Considerando que o Estado de Rondônia está em franco desenvolvimento e que suas estruturas econômicas e sociais também crescem no mesmo sentido, faz-se necessária a implantação deste curso com o propósito de preparar profissionais melhores qualificados para atender a demanda por melhores tecnologias requeridas pelo mercado que, a cada dia, cresce de forma acelerada.

Em conformidade com o novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) o IFRO cria e implanta, e quando necessário reformula seus projetos de cursos visando o desenvolvimento do cidadão e do meio em que ele está inserido e que atua como indivíduo reflexivo, crítico e criativo. Ainda em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), o IFRO acredita que “o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem acesso a uma Educação de qualidade”. Assim sendo, O IFRO contribui para o movimento Todos pela Educação, citado no texto do PNE, de modo a sanar as necessidades de formação profissional no âmbito de sua região de abrangência.

1.7.2. Transversalidade no Currículo

Este projeto prevê, além dos componentes formadores da matriz curricular, temas exigidos pela *Resolução 2/2012 do Conselho Nacional de Educação*, em especial no artigo 10, inciso II, a serem aplicados como conteúdos transversais, ao longo do ano, por meio de ações integradoras e interdisciplinares. Os eixos a seguir são obrigatórios do âmbito do Ensino Médio e contemplam desdobramentos de referência que poderão ser modificados ou suplementados na fase de seu planejamento.

- a) **Educação ambiental (Lei 9.795/1999):** a Constituição e o meio ambiente; a importância da Lei de Educação Ambiental na relação com a cidadania;
- b) **Estatuto dos Idosos (Lei 10.741/2003):** processos de envelhecimento; alimentação e saúde dos idosos; serviços e ações de proteção aos idosos; garantia de prioridade; infrações e penalidades por negligência ou ofensa aos idosos; obrigações da família, escola e sociedade em relação aos idosos.



- c) **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990):** direitos, entidades de apoio, bem-estar; infrações e penalidades por ofensa ou negligência contra a criança e o adolescente.
- d) **Educação para o Trânsito (Lei 9.503/1997):** melhoria das relações de convivência no trânsito; segurança; organização das cidades: trânsito, veículos e pedestres; órgãos e entidades de trânsito; Educação no trânsito: uso moderado dos veículos e respeito à condição do outro.
- e) **Educação alimentar e nutricional:** alimentação e nutrição; segurança alimentar e nutricional, conforme Lei nº 13.666/2018.
- f) **Saúde:** educação preventiva para a saúde.
- g) **Educação em direitos humanos (Decreto 7.037/2009):** respeito à diversidade e identidade dos diferentes sujeitos, quanto a religião, sexualidade, gênero, gerações e idade; reconhecimento de direitos e valores das comunidades tradicionais; educação para a convivência; respeito às pessoas com necessidades educacionais específicas.
- h) **Educação das Relações Étnico-Raciais, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena conforme estabelece a (Lei nº 10.639/2003) e (Resolução nº 1/2004) e a (Lei nº 12.343/2010):** respeito à diversidade, étnica, cultural considerando pluralidade dos diferentes sujeitos, quanto às manifestações culturais das comunidades tradicionais.

Como estes conteúdos não apareceram nas ementas das disciplinas, é preciso desenvolvê-los por meio de projetos de extensão, programas e ações específicas. A **Semana de Educação para a Vida** e **Semana do Meio Ambiente** são algumas das alternativas para o englobamento destes temas.

1.7.3. Prática Como Componente Curricular

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a organização curricular deverá explicitar a prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem. A Prática como Componente Curricular (PCC) não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como prática profissional supervisionada, nem desarticulada de todo o Curso. Em articulação intrínseca com as atividades do trabalho acadêmico e com a prática, a PCC deve concorrer conjuntamente para a formação dos



profissionais técnicos em Vigilância em Saúde. A correlação entre teoria e prática que propõe a PCC é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do aluno e do professor no ambiente escolar e será extremamente relevante, dado a importância do profissional técnico em Vigilância em Saúde. Assim, a prática vai permear toda a formação do futuro profissional, garantindo uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento.

A prática, nesta proposta, será desenvolvida em 24 disciplinas específicas e complementares que tem como objetivo familiarizar e embasar o estudante em atividades ligadas ao ensino. A experiência dos alunos/professores deve ser ponto de partida para a reflexão sobre a prática pedagógica criando desde o primeiro momento do Curso, uma rede de troca permanente de experiências, aprendizado, materiais e propostas de atuação.

O eixo norteador da Prática como Componente Curricular é a transposição do conteúdo teórico para a prática de ensino, através da análise de materiais didáticos, de abordagens de ensino, de tarefas de aprendizagem nas diversas habilidades em Vigilância em Saúde.

1.7.4. Estratégias de Acompanhamento Pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico representam instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular, visando garantir o perfil e competências a serem desenvolvidas nos alunos e é de responsabilidade da Diretoria de ensino, por meio do Departamento de Apoio ao Ensino. O acompanhamento pedagógico se dará por meio de ações como:

- I - Acompanhar e avaliar continuamente os processos de ensino e de aprendizagem no âmbito do curso, com levantamento de indicadores acadêmicos, com a finalidade de realizar as ações de intervenção pedagógica para cada caso diagnosticado;
- II - Fazer as instruções necessárias a alunos, professores, equipe de apoio pedagógico e responsável por alunos;
- III - Solicitar, instruir e avaliar os planos de ensino dos professores antes de cada período letivo, por disciplina de acordo com os regulamentos específicos do nível de ensino, bem como manter orientações necessárias à correta aplicação dos instrumentos;
- IV - Promover as reuniões de Conselho de Classe e demais Colegiados representativos do ensino, bem como fazer os planejamentos necessários, realizar levantamentos, manter estatísticas atualizadas e ter sob controle dados acadêmicos e curriculares, visando subsidiar



estudos e interpretações, com finalidades pedagógicas, profissionais e econômico-administrativas;

V - Promover reuniões periódicas com docentes, pessoal de apoio e alunos, para a discussão das rotinas e resultados acadêmicos, e se necessário promover momentos de orientação no planejamento do professor para atender as necessidades dos alunos em sala de aula;

VI - Convocar e viabilizar a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, de colegiados ou não, para tratar das problemáticas de ensino e aprendizagem;

VII - Avaliar formativamente os processos de ensino e aprendizagem, bem como divulgar e discutir os resultados da avaliação;

VIII - Acompanhar continuamente os processos educacionais e promover as interferências necessárias para a garantia da qualidade na formação;

VIII - Acompanhar o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos e a prática de sala de aula e se necessário, fornecer subsídios que permitam aos professores a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e reuniões para refletir e analisar os resultados da aprendizagem.

1.7.5. Flexibilização Curricular

Em conformidade com a *Resolução N° 88/CONSUP/IFRO/2016*, os projetos pedagógicos de cursos destinados a mais de um *Campus* deverão ser elaborados ou reformulados com o envolvimento de diálogos entre as equipes responsáveis pelos projetos em todos os *Campi* contemplados, podendo haver até 10% de flexibilização de componentes curriculares no Núcleo/Formação Profissional e de até 20% de flexibilização nas ementas.

1.7.6. Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais ou semipresenciais

O Regulamento de Organização Acadêmica (RESOLUÇÃO N° 88/CONSUP/IFRO/2016) estabelece que os cursos técnicos de nível médio podem ter a previsão de atividades não presenciais no limite de até 20% da carga horária, podendo ser sobre a carga horária diária, ser concentrada em um turno ou sobre a carga horária total do curso.

Portanto até 20% da carga horária de cada disciplina, excetuando-se a prática profissional supervisionada, poderá ser executada por meio da Educação a Distância. As aulas não presenciais



devem ter o mesmo tempo, complexidade e conteúdo previsto no ementário do documento em tela, apenas em regime e metodologia diferentes, com o suporte necessário e devido.

A carga horária em EaD se constituirá de atividades previstas no plano de ensino de cada disciplina. Tais atividades serão desenvolvidas exclusivamente através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da plataforma institucional.

O método avaliativo previsto no plano de ensino deverá atribuir no máximo 20% da nota total na disciplina correspondente às atividades não presenciais.

Portanto, o AVA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, envio de tarefa, glossário, *quiz*, atividade *off-line*, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como estas descritas a seguir:

- ✓ Fórum: tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- ✓ *Chat*: ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções *online*, em períodos previamente agendados.
- ✓ *Quiz*: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- ✓ Tarefas de aplicação: Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- ✓ Atividade *off-line*: avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EaD.
- ✓ Tele aulas: aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros *Campus* ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- ✓ Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos professores.

Os registros das atividades em EaD seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, utilizando-se os sistemas acadêmicos adotados pelo IFRO. O suporte, controle e acompanhamento das atividades não presenciais serão executados, conforme previsto na Instrução Normativa n. 5/2018/REIT-PROEN/REIT:



Art. 7º Serão consideradas atividades não presenciais somente aquelas desenvolvidas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

§ 1º O suporte técnico será exercido pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação.

§ 2º A administração (criação de: campus, modalidades e formas de oferta, disciplinas; inscrição e usuários; outros) do AVA é de responsabilidade da Coordenação de Educação a Distância.

§ 3º Cabe ao Departamento de Apoio ao Ensino supervisionar as atividades não presenciais ou semipresenciais realizadas no AVA nos cursos presenciais.

1.7.7. Certificação de Conclusão de Curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de **Técnico em Vigilância em Saúde**, conforme orientações do artigo 7º do Decreto 5.154/2004, o artigo 38 da Resolução 6/2012 do Conselho Nacional de Educação e o Regulamento da Emissão de Certificados e Diplomas do IFRO (2012).

1.7.8. Critérios de Aproveitamento de Estudos e de Certificação de Conhecimentos

O aproveitamento de disciplinas se dará conforme os critérios dispostos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO. De acordo com o artigo 139 deste regulamento, “o aproveitamento ocorrerá somente entre cursos da mesma modalidade e grau de formação, de modo que não haverá aproveitamento de estudos realizados no Ensino Médio, em Cursos Técnicos de Nível Médio, por se tratar de relação entre modalidades diferentes de oferta de cursos”.

A orientação deve-se ao fato de que, nos cursos técnicos integrados, as unidades curriculares do Ensino Médio só atendem às necessidades da formação quando cursadas em relação intensiva com as áreas profissionalizantes. Está expressa no Parecer 39/2004, do Conselho Nacional de Educação: “Não há como utilizar o instituto do aproveitamento de estudos do Ensino Médio para o ensino técnico de nível médio (p. 9) ” porque “[...] todos os componentes curriculares dos cursos técnicos “[...] devem receber tratamento integrado, nos termos do projeto pedagógico da instituição de ensino” (p. 10). É uma forma de garantir processos inter e transdisciplinares.

De acordo com o Regulamento de Organização Acadêmica, entende-se por Certificação de Conhecimentos, a validação de saberes adquiridos por meio de experiências previamente



vivenciadas em diferentes instituições, inclusive no trabalho, a fim de alcançar dispensa de disciplina (s) integrante (s) da matriz curricular do curso. Tal procedimento será regido na forma da lei e por regulamentação própria no âmbito do IFRO.

1.8. PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA

A prática profissional, no Curso Técnico em Vigilância em Saúde, tem como objetivo proporcionar aos estudantes a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas ao campo de atuação profissional e prover a vivência do mundo real do trabalho. Está contemplada no curso de forma intrínseca ao currículo, incorporada à carga horária mínima prevista para o curso e especificada nos planos de disciplina, e na forma supervisionada, acrescida à carga horária mínima prevista para o curso.

A prática profissional intrínseca ao currículo tem o propósito de articular os conhecimentos teóricos à aquisição de habilidades e competências para o exercício da profissão e é desenvolvida em ambientes de aprendizagem adequados especialmente para este fim, tais como laboratórios, oficinas, ateliês e outros, sob a orientação de um ou mais professores.

A Prática Profissional Supervisionada no Curso Técnico em Vigilância em Saúde é de caráter obrigatório, deve ser iniciada a partir do segundo período letivo do curso e encerrada até o prazo final previsto para a integralização de todos os componentes curriculares. Tem carga horária prevista de 100 horas que pode ser realizada na forma de prática ou atividades a ele equiparadas.

Este projeto prevê que a prática profissional supervisionada seja realizada preferencialmente como Atividade Profissional Efetiva, Empresa Júnior, ou Projetos de Extensão, e caso não seja possível realizar nenhuma dessas modalidades de prática profissional, por inexistência comprovada de vagas suficientes para tal, esta poderá ser realizada na forma de trabalho de conclusão de curso (TCC). A justificativa para a inexistência de vagas será dada exclusivamente pelo chefe do Departamento de Extensão do *Campus*, que deve emitir um parecer atestando o fato.

Desse modo, o desenvolvimento de Práticas Profissionais, Atividade Profissional Efetiva e Empresa Júnior culminarão em relatório, assim como os Trabalhos de Conclusão de Curso resultarão em artigo científico ou monografia.

Esta variedade de prática profissional objetiva uma ampliação significativa das chances dos discentes concluírem o curso com o devido desenvolvimento de habilidades e competências na área



de Vigilância em Saúde.

As formas de realização da prática profissional supervisionada deverão ser definidas conforme o *Regulamento das Práticas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio* e o *Manual de Orientação de Práticas Profissionais*, aprovados pelo Instituto Federal de Rondônia. Questões omissas nos referenciais e neste projeto, relacionadas às condições de realização da prática no âmbito do *Campus*, serão resolvidas pelos órgãos consultivos do IFRO.

1.8.1 Práticas Profissionais

As práticas profissionais consistem em prática profissional metódica com vistas à construção de experiências específicas na formação do cursista, vinculando-o de uma forma direta ao mundo do trabalho. Deverá ser realizado em atendimento à *Lei 11.788/2008*, que prevê assinatura de Termo de Compromisso Tripartite, orientação realizada por professor das áreas específicas do curso e supervisor do local de realização das práticas, avaliação, acompanhamento e apresentação de relatórios. A própria Instituição, também, poderá conceder vagas para práticas aos alunos deste curso, neste caso cumprindo os princípios da *Orientação Normativa n.º 7/2008*, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.8.2 Atividade Profissional Efetiva

A Atividade Profissional Efetiva é um reconhecimento da efetiva atividade laboral do estudante do curso em epígrafe, como uma possibilidade de desenvolvimento da Prática Profissional Supervisionada. Essa opção somente será possível desde que haja compatibilidade entre a atividade profissional desenvolvida pelo estudante com a área objeto do curso e que sejam observadas as exigências legais da atividade, devidamente registrada por meio de carteira de trabalho, conselho de classe, ou outro tipo de documento legalmente reconhecido. Será, ainda, necessário um documento descrevendo as atividades desenvolvidas, devidamente assinado e carimbado por sua chefia imediata, coordenação de curso e orientador.

Para o Curso Técnico em Vigilância em Saúde ficam normatizados os seguintes tipos de Atividade Profissional Efetiva:

- a) Emprego, cargo ou função;
- b) Atividade profissional autônoma;



- c) Atividade empresarial;
- d) Programas de aprendizagem.

1.8.3 Empresa Júnior

Os alunos do Curso Técnico em Vigilância em Saúde podem atuar em uma Empresa Júnior, através da participação ou criação, como uma possibilidade de prática profissional supervisionada, sendo necessário que as atividades desenvolvidas pela empresa estejam relacionadas com a área do curso.

Uma Empresa Júnior é uma associação civil sem fins lucrativos constituída por alunos com o objetivo de aplicar a teoria ministrada em sala de aula, prestando serviços de consultoria e assessoria, a um custo reduzido, para empresários, empreendedores e profissionais liberais ou autônomos. As atividades desenvolvidas pela Empresa Júnior devem ser acompanhadas e orientadas por professores e profissionais especializados.

As formas de atuação do aluno em uma empresa júnior deverão ser definidas conforme o Regulamento de Empresa Júnior, aprovados pelo Instituto Federal de Rondônia. Ainda, para que a atuação do aluno seja reconhecida como uma prática profissional supervisionada será necessário um documento descrevendo as atividades desenvolvidas, devidamente assinado e carimbado pelo responsável pela Empresa Júnior, coordenação de curso e orientador.

1.8.4 Projetos de Extensão

Os Projetos de Extensão têm como propósito articulação de forma indissociável ao ensino e a pesquisa, devendo promover a interação transformadora entre o IFRO e a sociedade, conforme *Regulamento de Organização Acadêmica*, (ROA) vigente.

Os Projetos poderão ser desenvolvidos de forma disciplinar e/ou interdisciplinar. Sua execução se dará preferencialmente semestral. Os projetos poderão ser submetidos, ou não, aos editais do Departamento de Extensão (DEPEX) e/ou pela Pró-reitora de Extensão (PROEX). As atividades de extensão poderão ser computadas como aulas, após análise da Diretoria de Ensino e desde que atendam aos critérios estabelecidos no ROA.

Nos cursos técnicos, o estudante que desenvolver atividades de extensão, poderá solicitar a equiparação da atividade como práticas obrigatórias, e seja compatível às ações desenvolvidas nos

objetivos da formação do curso e as especificidades do perfil do egresso. A equiparação de atividades de extensão como práticas obrigatórias, seguirá a regulamentação vigente.

A equiparação de atividades de extensão como práticas obrigatórias deverá ser solicitada pelo estudante, via requerimento, na Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade - CIEEC do *Campus*, com apresentação dos seguintes documentos:

- Projeto de extensão aprovado pelo Departamento de Extensão do *Campus* ou Pró-Reitoria;
- Certificado de conclusão das atividades de extensão;
- Plano de atividades aprovado pelo coordenador do projeto de extensão com apresentação das atividades desenvolvidas pelo estudante.

Os demais trâmites acerca da equiparação, deverão ser seguidos pela CIEEC e pelo aluno, de acordo como estabelecido na supracitada Resolução.

1.8.5 Trabalho de Conclusão de Curso

Caso não exista a possibilidade de o aluno realizar as outras modalidades de prática profissional supervisionada, por inexistência comprovada de vagas suficientes, esta poderá ser realizada na forma de trabalho de conclusão de curso (TC). O TCC consiste numa opção de prática a ser desenvolvida pelo aluno e orientada por um professor do curso. O aluno, a partir do início do segundo semestre, apresentará um projeto voltado para a resolução de um problema na área de sua formação. Até o final do prazo de integralização do curso, desenvolverá o projeto e apresentará o relatório com os resultados obtidos, conforme as normas de TCC baixadas pela instituição.

A apresentação do TCC ou de relatório, aprovado pelo professor orientador, é requisito imprescindível para a obtenção de diploma.

1.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Aos alunos do Curso Técnico em Vigilância em Saúde será dada a oportunidade de participar das diversas atividades extracurriculares do curso, tais como:

- a) Eventos Científicos, como mostras culturais, seminários, fóruns, debates e outras formas de construção e divulgação do conhecimento;



- b) Programas de Iniciação Científica, que reforçam os investimentos da instituição na pesquisa e na oportuna produção do conhecimento;
- c) Atividades de Extensão, que envolvem, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
- d) Monitorias, que realçam os méritos acadêmicos, dinamizam os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizam com agilidade o desenvolvimento de projetos variados;
- e) Palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, saúde, orientação profissional e relações democráticas;
- f) Visitas e excursões técnicas — também em sua função de complementaridade da formação do educando, buscam na comunidade externa (daí a importância de relações empresariais e comunitárias bem articuladas) algumas oportunidades que são próprias do meio social, em que se verificam relações de produção em tempo real e num espaço em transformação. Os cursos técnicos exigem essa observação direta do papel dos trabalhadores no mundo do trabalho.

1.10. APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos, no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno. O aluno conta com o apoio do coordenador do curso, que fica à disposição em horários prefixados em murais e disponíveis no site do Instituto. Além do atendimento direto e geral, o aluno também conta com atendimentos especializados. O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é o principal setor de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante às suas dificuldades de adaptação e de aprendizagem.

1.10.1. Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo coordenador de curso e pelos professores com jornada semanal específica para atendimento extraclasse ao discente, conforme legislação interna; assim como pelos serviços especializados de atendimento ao discente. Esse



atendimento é feito personalizado e individualmente. O aluno, sem prévio agendamento, faz valer seus direitos tirando dúvidas e apresentando sugestões. Os docentes atendem aos alunos que participam dos projetos de iniciação científica, das monitorias, projetos de pesquisa, extensão, dos trabalhos de conclusão de curso e das práticas supervisionados.

1.10.2. Atendimento Psicopedagógico

O corpo discente deste e de outros cursos mantidos pelo IFRO, conta com o Serviço oferecido pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que tem por objetivo assessorar e acompanhar os alunos em suas ações, atividades e comportamentos. O NAPNE promove e executa programas visando à melhoria das condições psicológicas e de desempenho acadêmico do alunado. Além do mais, desenvolve ações em conjunto com as coordenações de curso, Departamento de Apoio ao Ensino e Coordenação de Assistência ao Educando com o propósito de diagnosticar os problemas e de, conseqüentemente, apresentar soluções para eles.

1.10.3. Estratégias de Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes, o IFRO oferece cursos e atividades de nivelamento em Matemática Aplicada, Português Instrumental e Informática Básica nas quais os discentes mostrarem-se deficitários. Os cursos de nivelamento são oferecidos a todos os alunos do primeiro semestre dos cursos técnicos. As ofertas das disciplinas têm por objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica e fazê-lo refletir sobre o que representa a nova vida acadêmica.

O IFRO, por meio de programa próprio, oferece suporte ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso e também levando em conta as necessidades identificadas pelas coordenações dos cursos. Além disso, outras disciplinas e conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos ingressantes no IFRO.



1.10.4. Estratégias de Interdisciplinaridade

A proposta de formação interdisciplinar supõe e se operacionaliza em procedimentos teóricos e metodológicos que implicam na integração de conteúdos e atividades das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular do curso. Isso permitirá conceber o conhecimento como unidade na formação, superando as divisões entre as mesmas, entre teoria e prática, entre ensino e pesquisa, considerando-as, a partir da contribuição das ciências, diferentes leituras de que o processo de aprendizagem não se limita aos conteúdos propostos. A matriz curricular deve ser organizada, então, em razão de um plano de etapas de formação intelectual. Uma estratégia para isso pode ser a elaboração de projetos de ensino com o fito de articular disciplinas umas com as outras, em razão de afinidades de conteúdos e pontos de continuidade. A proposição deve ocorrer em dois sentidos, horizontal: envolvendo disciplinas diferentes em um mesmo período; vertical: envolvendo disciplinas em sequência de períodos.

O estabelecimento de cadeias de conexões horizontais e verticais entre disciplinas incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si. Uma das formas de se programar a prática interdisciplinar é através do que se denomina problematização dos conhecimentos em contato com a realidade por intermédio de um estudo dialógico, tendo em vista que problematizar, tomando como referencial a realidade do acadêmico, significa permitir que o mesmo pudesse refletir sobre si mesmo enquanto ser pensante. No ato de repensar o curso apresentado neste Projeto Pedagógico, pode-se, também, recorrer à interdisciplinaridade desses com outros cursos do IFRO, conscientizando o acadêmico de que um curso de qualidade não se fundamenta na memorização de conceitos, mas na reflexão ampla e profunda da realidade pautada em aspectos teóricos oriundos de diversos campos científicos.

A interdisciplinaridade com outros cursos poderá ocorrer também por meio de parcerias que sustentem o desenvolvimento de projetos voltados para o benefício da comunidade. A implantação de projetos que visem ações interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares constitui meta importante no processo de ensino e de aprendizagem dos cursos oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. As ações interdisciplinares deverão ser regulamentadas em programas próprios, os quais, além de normas, objetivos e metas, deverão apresentar princípios didáticos e metodológicos do ser e do fazer interdisciplinar.

1.10.5. Estímulos às Atividades Acadêmicas

A missão do IFRO alicerça-se no desenvolvimento da atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais, cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e aplicando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem e de futuras gerações.

O Instituto Federal de Rondônia oferece diversas modalidades de ensino, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento e com a transformação social, cultural, política e econômica do Estado de Rondônia e da Região. Assim, a Instituição tem a responsabilidade social de preparar profissionais éticos e competentes capazes de contribuir para o desenvolvimento regional, o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos. Consoante com a sua missão, o IFRO proporciona muitos estímulos aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e participação em eventos complementares.

Por assim o ser, o IFRO incentiva a participação do estudante em viagens de estudos; em atividades de extensão; monitoria; pesquisa; discussões temáticas; estudos complementares; participação em seminários, encontros, simpósios, conferências e congressos, internos e externos; participação em estudos de casos; projetos de extensão; em publicação de produção científica em instrumentos próprios e em outros periódicos nacionais e internacionais, devidamente registrados nos órgãos de indexação e, finalmente, em visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais.

Além disso, o IFRO apoia a divulgação de trabalhos de autoria dos seus alunos. O aluno recebe incentivo institucional efetivo, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de sua trajetória acadêmica, quanto no que concerne às ações que o estimulam a permanência na Instituição em programas de formação continuada e de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

1.11. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O *Campus* de Guajará-Mirim dispõe de recursos de informática para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas dos professores, salas de



coordenação e sala da Direção de Ensino. Disponibiliza 3 laboratórios de informática, um em fase de implementação com 28 computadores, e os outros dois totalmente equipados com 69 computadores ligados à internet.

Além disso, incorporam de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Também incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos. As dependências comuns da Instituição disponibilizam serviço de wireless aos estudantes.

As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. As aulas, com slides, por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão, possibilitam ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, TV/DVD e da música/som e outros. A integração de dados, imagens e sons, a universalização e o rápido acesso à informação, e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

Nos microcomputadores e *softwares* disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados (as):

a) internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes poderão propor pesquisas e atividades para os alunos. Os discentes poderão utilizar as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, *Google*, *Google Acadêmico*, *Yahoo*, enciclopédia *online*, demais banco de dados, entre outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;

b) a comunicação está consagrada institucionalmente por meios tradicionais e também com o uso das tecnologias da informação e comunicação, seja por meio de e-mail, portal do aluno, página institucional, redes sociais, ambiente virtual de aprendizagem, entre outras;

c) os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica,



apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados, são, frequentemente, utilizados pelos docentes, na instituição, para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula;

d) os jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;

e) Demais Ferramentas, de acordo com o previsto nos Planos de Ensino.

1.12. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho do aluno, elemento fundamental para acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências relacionadas com a habilitação profissional, será contínua e cumulativa. Possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino e da aprendizagem, prevalecendo os “[...] aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”, conforme previsão na *LDB 9.394/96*, artigo 24, inciso V, “a”. Será realizada por meio das seguintes estratégias, ao menos:

I) Observação sistemática dos alunos, com a utilização de instrumentos próprios: fichas de observação, diários de classe, cadernos de anotação;

II) Auto avaliação;

III) Análise das produções dos alunos (projetos, relatórios, artigos, ensaios, exercícios, demonstrações);

IV) Apuração da assiduidade e avaliação da participação ativa nas aulas;

V) Aplicação de atividades específicas de diagnóstico (exames, debates, testes, experimentos, provas, questionários, fóruns).

A avaliação da aprendizagem “deverá ocorrer sempre de forma diversa e múltipla, aplicando-se o mínimo de dois instrumentos presenciais, ou estratégias diferentes entre si por componente curricular e por bimestre, módulo, ou etapa, em que nenhum deles ultrapasse 60% da nota” além de outros critérios e procedimentos de avaliação que estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio em vigência, assim como as orientações relativas à frequência, cálculo de notas e outros assuntos específicos de avaliação.

1.13. NÚMERO DE VAGAS

A relação entre número de alunos e professores do Campus atualmente é de 473 alunos para 46 professores. Esse número é suficiente de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) que instituiu a Relação Aluno Professor (RAP) de 20 alunos para 1 professor (1/20).

1.14. PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC

O processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, pressupõe a prática de ações permanentes e referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição indispensável à construção de um projeto que se mostra democrático, aberto à diversidade e promotor de formação multicultural. Nesse sentido, a gestão do IFRO – *Campus* Guajará-Mirim possibilita a ampla participação da comunidade acadêmica em todas as instâncias e níveis de decisão, constituindo instrumento essencial para o aprimoramento da capacidade institucional de enfrentar desafios e construir o novo.

A qualquer tempo, por iniciativa dos estudantes, é possível incluir nas pautas das reuniões da comissão da elaboração do PPC itens relativos ao processo de avaliação do curso. Neste sentido, os professores integrantes do processo formativo, encontram-se comprometidos na mobilização dos discentes para a participação em processos de discussão e avaliação, bem como para a participação ativa em suas representações nas instâncias deliberativas do Curso/Setor.

DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE

2.1. COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo em qualquer instância e deliberativo, no limite de suas competências, responsável por acompanhar a vida acadêmica dos alunos e por avaliar o desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio. O Conselho de Classe será presidido pelo (a) Diretor (a) de Ensino, com a



participação efetiva dos docentes das respectivas turmas, tendo a seguinte composição:

- I. Diretor (a) de Ensino;
- II. Coordenador do Curso Técnico de Nível Médio;
- III. Todos os docentes da turma em análise;
- IV. Chefe de Departamento de Apoio ao Ensino
- V. Coordenador de Registros Acadêmicos;
- VI. Chefe do Departamento/Coordenador de Assistência ao Educando
- VII. Técnico em Assuntos Educacionais, Pedagogo (área supervisão e orientação);
- VIII. Um discente representante da turma em análise;
- IX. Outros profissionais que atuam no campus com apoio pedagógico

As competências, formas de atuação e orientações de funcionamento do Conselho de Classe estão disciplinadas na Resolução do 07/2018/CONSUP/IFRO, observadas as disposições de funcionamento geral dos Órgãos Colegiados constante do Regimento Geral do IFRO.

2.2. ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

Trabalha em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e do próprio curso. Será realizada por um profissional qualificado e que possua disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionados ao curso. Suas competências estão contidas no Regimento Geral e no Regimento Interno do Campus, sendo responsável pela gestão acadêmica do curso.

O Coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e atender aos requisitos de atuação dispostos pelo MEC no Instrumento de Avaliação de Reconhecimento de Cursos, que envolvem disponibilidade adequada de tempo à coordenação, experiência de trabalho docente no nível técnico, boa relação com docentes e discentes e participação nos colegiados afins. Para que um docente seja indicado ou se candidate à função de coordenador de curso, este deverá ter, no mínimo, Graduação e ter formação preferencialmente na área específica do curso.

Na falta de docente que atenda ao perfil acima, poderá ser indicado ou eleito professor com



titulação mínima de graduação.

2.3. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

Em obediência às políticas de contratação de pessoal e em atendimento às exigências legais, o coordenador do curso desenvolve suas funções em REGIME INTEGRAL de trabalho, com DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, conforme demonstrado em sua portaria de nomeação.

2.4. TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

O detalhamento da titulação do corpo docente está apresentado na tabela 6 abaixo.

Tabela 6: *Titulação do corpo docente do curso técnico em Vigilância em Saúde subsequente ao ensino médio do Campus Guajará-Mirim*

DOCENTE	FORMAÇÃO BÁSICA	TITULAÇÃO	ÁREA
Alcides Procópio Justiniano dos Santos Junior	Bacharel em Biomedicina	Mestre	Ciências Biológicas
Andrirlei Santos de Sousa	Licenciatura em Letras	Especialista	Ciências Humanas
Antenor Alves Silva	Graduação em Geografia.	Mestre	Ciências Humanas
Cícera Alexandra costa dos Santos	Graduação em Biomedicina.	Mestre	Ciências Biológicas
Danielle Alexandrino de Andrade	Licenciatura em Química	Mestre	Ciências Exatas
Douglas Moro Piffer	Graduação em Enfermagem	Especialista	Ciências Biológicas
Karla Vivianne Araújo Feitosa Cavalcante	Graduação em Enfermagem	Mestre	Ciências Biológicas
Karla Vivianne Araújo Feitosa Cavalcante	Graduação em Enfermagem	Mestre	Ciências Biológicas
Marcelo Holanda Vasconcelos	Bacharel em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Mestre	Ciências Biológicas
Marcelo Holanda Vasconcelos	Bacharel em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Mestre	Ciências Biológicas



Marcos Barros Luiz	Bacharel em Farmácia	Mestre	Ciências Biológicas
Marcos Barros Luiz	Bacharel em Farmácia	Doutor	Ciências Biológicas
Marilei Rodrigues	Licenciatura em Matemática	Mestre	Ciências Exatas
Marilei Rodrigues	Licenciatura em Matemática	Mestre	Ciências Exatas
Mateus Ramos de Andrade	Licenciatura em Ciências Biológicas	Doutor	Ciências Biológicas

Fonte: Comissão de elaboração do PPC, 2018.

Nos anos 2018 e 2019 está previsto a realização da contratação de professores para compor o corpo docente do curso, sendo um biólogo, dois enfermeiros, um farmacêutico e um químico.

2.4.1. Políticas de Aperfeiçoamento, Qualificação e Atualização do Corpo Docente

O IFRO é uma instituição que oferece cursos desde a educação básica até a pós-graduação *stricto sensu*. Tem, pois, como previsão, ampliar o leque de oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização, de modo a aproveitar as potencialidades de sua equipe e, conseqüentemente, ampliá-las. A formação em nível de mestrado e doutorado é um requisito fundamental nas instituições com essa abrangência. No IFRO, os quadros de especialização devem ser implementados com a urgência decorrente da própria demanda social na região, que carece de formação superior para atuação nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

A formação continuada, como política de ensino e de extensão, visa a ampliação do nível de escolaridade dos docentes e pessoal de apoio administrativo. Essa formação atenderá à Política de Capacitação de Servidores do IFRO, envolvendo tanto os cursos de elevação vertical dos níveis de escolaridade quanto àqueles que sejam complementares e específicos às necessidades apresentadas pontualmente. Além dos cursos, são previstos, na mesma Política, a participação dos servidores em outros eventos formadores, como congressos, fóruns, simpósios, seminários, colóquios e diversas outras formas de encontro. A partir dos interesses demonstrados objetivamente pelos servidores, o IFRO tem investido nas logísticas de liberação e no custeio da participação de docentes, técnicos administrativos em educação e gestores em eventos de formação locais, nacionais e internacionais.

2.5. TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Como se pode observar no item 2.4, 16,6% dos docentes do curso possuem pós-graduação *latu sensu* – especialização, 75 % têm titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado e 8,4% tem titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* – doutorado.

2.6. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

O Regime de trabalho do corpo docente e sua respectiva carga horária é apresentada na tabela 7 abaixo:

Tabela 7: *Regime de trabalho do corpo docente e a carga horária*

DOCENTE	REGIME	CARGA HORÁRIA
Alcides Procópio Justiniano dos Santos Junior	D.E	40h
Antenor Alves Silva	D.E.	40h
Cícera Alexsandra costa dos Santos	D.E.	40h
Danielle Alexandrino de Andrade	D.E	40h
Douglas Moro Piffer	D.E.	40h
Karla Vivianne Araújo Feitosa Cavalcante	D.E	40h
Marcelo Holanda Vasconcelos	D.E	40h
Marcos Barros Luiz	D.E	40h
Marilei Rodrigues	D.E	40h
Marina Medeiros de Araújo Silva	D.E	40h
Mateus Ramos de Andrade	D.E.	40h

Fonte: Comissão de elaboração do PPC, 2018.

2.7. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

Quando mais experiente é o corpo docente, melhor será o desempenho do curso na formação do egresso. O IFRO, em consonância com a sua missão e os seus objetivos, prima pela formação de um quadro de docentes que tenham experiência no magistério, quer seja superior, quer seja na



educação básica. Quando possível, O IFRO investe na formação de seus professores incentivando-os a cursar pós-graduação, *lato e stricto sensu*, e outros cursos de formação e especialização docente como se pode verificar nas anotações do departamento próprio e conforme depoimento dos próprios professores.

Tabela 8: *Experiência profissional na docência*

DOCENTE	EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA
Alcides Procópio Justiniano dos Santos Junior	3 anos
Andrirlei Santos de Sousa	15 anos
Antenor Alves Silva	3 anos
Cícera Alexsandra costa dos Santos	3 anos
Danielle Alexandrino de Andrade	5 anos
Douglas Moro Piffer	6 anos
Karla Vivianne Araújo Feitosa Cavalcante	1 ano
Marcelo Holanda Vasconcelos	4 anos
Marcos Barros Luiz	1 ano
Marilei Rodrigues	25 anos
Marina Medeiros de Araújo Silva	6 anos
Mateus Ramos de Andrade	4 anos

Fonte: Comissão de elaboração do PPC, 2018.

2.8. FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO OU EQUIVALENTE

O colegiado do Curso é o órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo e deliberativo, sendo de caráter “obrigatório” para os Cursos Técnicos de Nível Médio.

O colegiado de curso terá a seguinte constituição:

- I. Coordenador de curso;
- II. Docentes em exercício no curso;
- III. Discente regular do curso escolhido entre os seus pares para o mandato de um ano.

Parágrafo único. O processo de escolha de representante discente deve prever o representante titular e um suplente.



O Colegiado de Curso será presidido pelo respectivo Coordenador do Curso e, na sua ausência ou impedimento, a presidência será exercida pelo seu substituto legal.

O Colegiado de Curso se reunirá ordinariamente, em datas estabelecidas no calendário acadêmico, ou extraordinariamente, quando convocados na forma estabelecida em seu regulamento.

As competências, formas de atuação e orientações de funcionamento do Colegiado de Curso estão disciplinadas na Resolução do 07/2018/CONSUP/IFRO, observadas as disposições de funcionamento geral dos Órgãos Colegiados constante do Regimento Geral do IFRO.

2.9. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA DO CORPO DOCENTE

O IFRO é uma instituição preocupada com o desenvolvimento científico, acadêmico, tecnológico, artístico e cultural de seus professores. Assim sendo, tudo o que é produzido por eles recebe tratamento diferenciado. O IFRO desenvolve programas e assegura instrumentos e mecanismos de visibilidade e publicação dos trabalhos desenvolvidos por seus docentes. Além de sua revista científica, a Instituição ainda incentiva que os docentes lotados em seus cursos produzam e publiquem seus trabalhos de natureza científica, tecnológica, artística e cultural em revistas regionais, nacionais e internacionais, devidamente indexadas nos órgãos apropriados. Em decorrência disso, o IFRO conta com professores que buscam produções científicas com publicações de trabalhos e participação em eventos Nacional e Internacional. No quadro 12 estão descritos os *links* dos currículos da plataforma *lattes* constando a produção acadêmica dos professores do curso.

Tabela 9: *Corpo docente e endereço da Plataforma Lattes*

DOCENTES	CURRÍCULO LATTES
Alcides Procópio Justiniano dos Santos Junior	http://lattes.cnpq.br/1180376528629910
Andrirlei Santos de Sousa	http://lattes.cnpq.br/3447902152401026
Antenor Alves Silva	http://lattes.cnpq.br/3853067192570075
Cícera Alexsandra costa dos Santos	http://lattes.cnpq.br/9120621732102211



Danielle Alexandrino de Andrade	http://lattes.cnpq.br/0891031394061999
Douglas Moro Piffer	http://lattes.cnpq.br/8754245231535185
Karla Vivianne Araújo Feitosa Cavalcante	http://lattes.cnpq.br/4616572887857204
Marcelo Holanda Vasconcelos	http://lattes.cnpq.br/8375118223838175
Marcos Barros Luiz	http://lattes.cnpq.br/2160591502844896
Marilei Rodrigues	http://lattes.cnpq.br/2725128158308192
Marina Medeiros de Araújo Silva	http://lattes.cnpq.br/7313912336009858
Mateus Ramos de Andrade	http://lattes.cnpq.br/1096633197574029

Fonte: Comissão de elaboração do PPC, 2018.

DIMENSÃO 3 – DA INFRAESTRUTURA

3.1. GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL

O *Campus* dispõe de espaço para todos os professores que trabalham em regime de dedicação exclusiva de 40 horas, e espaço destinado aos professores de tempo integral. O *Campus* encontra-se em implantação e as dimensões e estrutura seguem, conforme tabela 10.

Tabela 10: *Descrição de sala para docentes em tempo integral*

ITENS	ESPECIFICAÇÃO
Espaço físico em metros quadrados	4 m ² no mínimo
Mesa(s)	1
Cadeira(s)	2
Armário e arquivo	1
Computador(s)	1
Impressora(s)	1 coletiva

Fonte: IFRO, 2018.

3.2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DE CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

Todos os coordenadores de curso do *Campus* são lotados no regime integral e possuem uma sala coletiva para os mesmos, juntamente com os membros do DAPE – Departamento de apoio ao ensino, na qual desenvolvem suas ações administrativas, pedagógicas e de atendimento aos professores e alunos. O *Campus* Guajará-Mirim encontra-se em implantação e no decorrer do curso, deverá providenciar espaços conforme as especificações na tabela 11:

Tabela 11: *Espaço de trabalho para a coordenação de curso e serviços acadêmicos*

ITENS	ESPECIFICAÇÃO
Espaço físico	54m ²
Mesa(s)	10



Cadeira(s)	20
Armário (s) e arquivo (s)	3
Computador(es)	10
Impressora(s)	1 coletiva

Fonte: IFRO, 2018.

3.3. SALA DE PROFESSORES

O Campus conta com uma sala de professores, mobiliada com mesas de trabalho, geladeira, cadeiras e espaços destinados ao trabalho individual.

Tabela 12: *Descrição da sala de professores*

ITENS	ESPECIFICAÇÃO
Espaço físico	54 m ²
Mesa(s) coletiva(s)	2
Cadeira(s)	34
Armário (s) e arquivo (s):	40
Computador(es):	2 coletivos
Impressora(s):	1 coletiva
Mesa (s) e espaço (s) individual (is)	24
Geladeira	1

Fonte: IFRO, 2018.

3.4. SALAS DE AULAS

A Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula adequadas e confortáveis, com 54m² de dimensão, construídas em alvenaria e concreto armado, com fechamento em vidros temperados, piso cerâmico antiderrapante, revestimento em massa corrida e pintura látex/acrílica. A instituição dispõe de TVs e projetores multimídia para utilização durante as aulas. Todas as salas de aula que são utilizadas são mobiliadas com 40 carteiras individuais, com acabamento em fórmica, quadros brancos e climatizadas com central de ar condicionado. O IFRO conta com salas de aula padronizadas, com capacidade para 40 alunos e planejadas para oferecer as melhores condições de aprendizagem, atendendo às disposições regulamentares quanto à dimensão, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza.



3.5. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O IFRO coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos os laboratórios de informática, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 8h às 22h30min. Além do mais, O IFRO conta com sistemas especializados (Portal do aluno e Virtual.ifro), que possibilita ao aluno acompanhar sua situação acadêmica, pela Internet, permitindo-lhe acesso ao relatório de notas, resultados de avaliação, reserva de livros, acesso a atividades não presenciais dentre outros.

3.5.1. Plano de Atualização Tecnológica e Manutenção de Equipamentos

A escolha de laboratórios e as instalações especiais atendem às necessidades dos cursos atendidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício. A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias, e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO. A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano de ação do Campus que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados, quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica. No sentido de garantir os serviços nos laboratórios didáticos especializados, é condição primordial que a Instituição mantenha a existência de um técnico responsável pela manutenção, atendimento à comunidade e assessoramento aos docentes no decorrer de suas aulas práticas, em todos os turnos.

3.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A política da biblioteca do Campus é adquirir toda a bibliografia básica das disciplinas constantes na matriz curricular dos cursos procurando atualizá-la periodicamente. A bibliografia é sempre recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso com a anuência do Colegiado do Curso. O Colegiado do Curso trabalha, também, no sentido de recomendar a atualização bibliográfica a fim de manter a qualidade e

atualização dos conhecimentos do aluno. No item do ementário deste PPC, estão apresentadas as obras da bibliografia básica que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso Técnico em Vigilância em Saúde.

3.7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia complementar indicada atende aos programas das disciplinas com o mínimo de exemplares por títulos, segundo orientação dos regulamentos e instrumentos indicativos do INEP/MEC para cada disciplina. A bibliografia complementar atua como um acervo complementar na formação dos alunos e é recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo Coordenador de Curso e com a anuência do Colegiado do Curso. No item do ementário deste projeto, estão esboçadas as obras da bibliografia complementar que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso Técnico em Vigilância em Saúde.

3.8. PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

O IFRO – *Campus* Guajará-Mirim tem acesso ao Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio do endereço <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>, que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 21.500 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e há mais de 134 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Além de obras de referência, podem ser acessados:

Tabela 13: *Lista de periódicos especializados.*

PERIÓDICO	INSTITUTO/UNIVERSIDADE
American Chemical Society – ACS	Institute of Physics – AIP
American Association for Computing Machinery – ACM	American Psychological Association – APA

Blackwell	Cambridge University Press
Emerald	Gale
Highwire Press	IEEE
Nature	OECD (Organization for Economic Cooperation and Development)
Ovid	Oxford University Press
Proquest/ABI Inform Global	Sage
SciELO	Science Direct Online
Springer Verlag	Wilson
Web of Science	Agricola (National Agricultural Library, EUA)
Applied Science and Technology Full Text	Arts Full Text
Biological Abstracts	Biological Abstracts
Business Full Text	CAB Abstracts
COMPENDEX Ei Engineering Index	CSA Cambridge Scientific Abstracts
DII Derwent Innovations Index	EconLit (American Economic Association)
Education Full Text	ERIC
Educational Resources Information Center	Cambridge Scientific Abstracts
Espa@cenet	ETDE World Energy Base
FSTA	General Science Full Text
GeoRef	GeoRef Preview Database
Guide to Computing Literature	Humanities Full Text
INSPEC	Full Text Library Literature and Information Science
LILACS	MathSci
MEDLINE / PubMed	BIREME OVID
MLA International Bibliography	National Criminal Justice Reference Service Abstracts
Philosopher's Index	ProQuest / ABI Inform Global
PsycINFO	Social Sciences Full Text
Social Services Abstracts	SportDiscus
Sociological Abstracts	USPTO

Fonte: IFRO, 2018.

3.9. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS E ESPECIALIZADOS: QUANTIDADE

Tabela 14: *Quantidade de laboratório didáticos especializados*

LABORATÓRIO	QUANTIDADE
Laboratório de Informática	02 em funcionamento e 01 em implantação
Laboratório de Biologia	01 em funcionamento

Laboratório de Química	01 em funcionamento
Laboratório de Biologia Celular e Molecular	01 a ser implantado até 2018
Laboratório de Tecnologia de Alimentos	01 a ser implantado até 2018
Laboratório de Microbiologia/Microscopia	01 a ser implantado até 2018
Laboratório de Imunohematologia/Bioquímica	01 a ser implantado até 2018
Laboratório de Química de Produtos Naturais	01 a ser implantado até 2018

Fonte: IFRO, 2018.

3.9.1. Plano de Atualização Tecnológica, Serviços e Manutenção dos Equipamentos

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

3.9.2. Infraestrutura de Laboratórios Específicos da Área de Formação

A existência de laboratórios equipados é essencial para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem na prática. Estes laboratórios estarão com os equipamentos básicos necessários e o material de consumo disponível para as experiências, com bancadas, banquetas/cadeiras, equipamentos específicos, quadro branco, computador interligado ao projetor multimídia e acesso à internet, dentre outros requisitos.

No que concerne especialmente ao Laboratório de Vigilância em Saúde, requisito conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, este é contemplado por meio dos laboratórios já planejados para o Campus Guajará-Mirim. Atualmente, são atendidos parcialmente pelos dois laboratórios implantados, entretanto, é totalmente atendido quando findada a implantação dos demais laboratórios. Reitera-se que, com os 8 laboratórios implantados, é possível atender as quatro vertentes da vigilância em saúde, a saber: Sanitária, Ambiental, Epidemiológica e Saúde do Trabalhador, sendo estas as áreas de atuação do laboratório. As especificidades de cada laboratório constam nos itens que seguem.

3.10. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUALIDADE

Tabela 15: Qualidade dos laboratórios didáticos especializados

LABORATÓRIO	DESCRIÇÃO
Laboratórios de Informática	Os Laboratórios de Informática possuem no total 69 (sessenta e nove) computadores da marca LENOVO, ligados em nobreaks, com acesso à internet e programas necessários para o desenvolvimento dos trabalhos escolares e pesquisas. Os alunos têm livre acesso ao laboratório.
Laboratório de Biologia	O Laboratório de Biologia conta com equipamentos necessários para aulas práticas e futuras pesquisas, tais como: 01 (uma) geladeira, 01 (um) destilador, 01 (uma) capela de exaustão de gases, 01 (uma) balança analítica, 01 (uma) centrífuga para tubos de ensaios, 01 (uma) centrífuga para microtubos refrigerada, 01 (um) pHmetro, 02 (dois) agitadores, 04 (quatro) modelos celulares, 01 (uma) estufa de secagem e 01 (uma) de esterilização, 01 (uma) autoclave e 02 (dois) microscópios com câmera integrada, além de reagentes e vidrarias próprias.
Laboratório de Química	O Laboratório de Química conta com equipamentos necessários para aulas práticas e futuras pesquisas, tais como: 01 (uma) geladeira, 01 (um) destilador, 01 (uma) capela de exaustão de gases, 01 (uma) balança analítica, 01 (uma) centrífuga para tubos de ensaios, 01 (um) pHmetro, 02 (dois) agitadores, 04 (quatro) dissecadores, 01 (uma) bomba de vácuo, 01 (uma) estufa de secagem e 01 (uma) de esterilização, 01 (uma) autoclave e 02 (dois), e também reagentes e vidrarias próprias. Além disso, este laboratório conta com itens de segurança como extintores, chuveiro e lava olhos de emergência.
Laboratório de Biologia Celular e Molecular	O Laboratório de Biologia Celular e Molecular contará com equipamentos necessários para aulas práticas e futuras pesquisas, tais como: 01 (uma) geladeira, 01 (uma) bomba de vácuo, (01) agitador, 01 (uma) balança analítica, 01 (um) banho Maria, 02 (dois) barrilete em PVC 20 L, 01 (uma) cabine de segurança biológica classe I, 01 (uma) chapa de aquecimento com agitação magnética, 01 (uma) cuba de eletroforese de DNA – horizontal, 01 (um) espectrofotômetro UV/Visível, 01 (um) termociclador com display gráfico, além de reagentes e vidrarias próprias.
Laboratório de Tecnologia de Alimentos	O Laboratório de Tecnologia de Alimentos contará com equipamentos necessários para aulas práticas e futuras pesquisas, tais como: 01 (uma) geladeira, 01 (um) forno de microondas, 01 (uma) chapa de aquecimento com agitação magnética, 02 (dois) barrilete em PVC 20 L, 01 (uma) capela de exaustão de gases, 01 (uma) centrífuga para tubos de ensaio, 04 (quatro) dessecadores, 01 balança semi-analítica, 01 sistemas completo para fermentação e destilação de bebidas e também reagentes e vidrarias próprias.



**Laboratório de
Microbiologia/Microscopia**

O Laboratório de Microbiologia/Microscopia contará com equipamentos necessários aulas práticas e futuras pesquisas, tais como: 25 (vinte e cinco) estereomicroscópios, 24 (vinte e quatro) microscópios ópticos, 01 (um) microscópio com câmera integrada, 01 (uma) geladeira, 01 (uma) cabine de segurança biológica classe II, 01 (um) agitador, 01 (um) homogeneizador de tubos, 01 (uma) balança analítica, 01 (uma) balança semi-analítica, 01 (um) banho maria, 01 espectrofotômetro UV/Visível, 01 (uma) estufa bacteriológica 30 litros, 02 (dois) barrilete em PVC 20 L, 01 (um) forno de microondas e também reagentes e vidrarias próprias.

**Laboratório de
Imunohematologia/Bioquímica**

O Laboratório de Imunohematologia/Bioquímica contará com equipamentos necessários para aulas práticas e futuras pesquisas, tais como: 01 (uma) microcentrífuga refrigerada, 01 (uma) cuba de eletroforese de proteínas contendo sistema de eletrotransferência, 01 (uma) geladeira, 01 (um) homogeneizador de tubos, 01 (um) agitador vortex, 01 (um) espectrofotômetro UV/Visível, 01 (um) pHmetro, 01 (uma) centrífuga para tubos de ensaio, 01 (uma) balança analítica, 02 (dois) barrilete em PVC 20 L, 01 (uma) capela de exaustão de gases e também reagentes e vidrarias próprias.

**Laboratório de Química de
Produtos Naturais**

O Laboratório de Química de Produtos Naturais contará com equipamentos necessários para aulas práticas e futuras pesquisas, tais como: 01 (uma) geladeira, 01 (um) forno de microondas, 01 (uma) chapa de aquecimento com agitação magnética, 02 (dois) barrilete em PVC 20 L, 01 (uma) capela de exaustão de gases, 01 (uma) centrífuga para tubos de ensaio, 04 (quatro) dessecadores, 01 Balança semi-analítica, 01 (um) espectrofotômetro UV/Visível e também reagentes e vidrarias próprias. Além disso, este laboratório contará com itens de segurança como extintores, chuveiro e lava olhos de emergência.

Fonte: IFRO, 2018.

3.11. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: SERVIÇOS

Tabela 16: Serviços a serem desenvolvidos pelos laboratórios didáticos especializados.

LABORATÓRIO	SERVIÇOS
Laboratórios de Informática	Desenvolvimento dos trabalhos escolares, pesquisas e aulas práticas. O aluno tem livre acesso ao laboratório. O laboratório conta com técnico durante os turnos manhã e tarde.
Laboratório de Biologia	Desenvolvimento de análises biológicas, aulas práticas e pesquisas.

Laboratório de Química	Desenvolvimento de análises químicas, aulas práticas e pesquisas.
Laboratório de Biologia Celular e Molecular	Desenvolvimento de análises biológicas a nível celular (cultivos de microrganismos e caracterização morfológica) e molecular (Reação em Cadeia da Polimerase – PCR e clonagem e expressão de proteínas), aulas práticas e pesquisas.
Laboratório de Tecnologia de Alimentos	Desenvolvimento de testes de controle de qualidade de alimentos, produção em escala laboratorial de produtos fermentativos e destilados, aulas práticas e pesquisas.
Laboratório de Microbiologia/Microscopia	Desenvolvimento de análises microbiológicas, biológicas, aulas práticas e pesquisas que envolvam microscopia óptica.
Laboratório de Imunohematologia/Bioquímica	Desenvolvimento de análises que envolvam interações do tipo antígeno-anticorpo, ensaios bioquímicos e moleculares, aulas práticas e pesquisas.
Laboratório de Química de Produtos Naturais	Desenvolvimento de análises físico-química de produtos naturais com potencial farmacêutico ou cosmético, aulas práticas e pesquisas.

Fonte: IFRO, 2017.

3.12. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA E INOVAÇÃO (CEPI)

O Conselho Nacional de Saúde define a pesquisa com seres humanos toda pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais.

O Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação (CEPI) é um colegiado interdisciplinar e independente, com “*múnus* público”, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – *Res. 466/2012, II.4*).

O Instituto Federal de Rondônia aprovou o Regulamento do seu comitê denominado Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação através da *Resolução nº 18/CONSUP/IFRO de 21 de junho de 2011*, e após todos os procedimentos exigidos pelo CONEP o CEPI/IFRO teve seu registro aprovado, a partir de 18 de setembro de 2013, conforme *Carta Circular 168/2013/CONEP/CNS/GB/MS*. O CEPI/IFRO é um colegiado multi e transdisciplinar



independente, com *mínus* público, implantado no Instituto, em razão da realização de pesquisas envolvendo seres humanos, que se desenvolvem na Instituição, e possui como principais atribuições, defender os interesses dos envolvidos na pesquisa quanto à integridade, proteção e tutela contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos preconizados pelo IFRO, sem prejuízos daqueles estatuídos pelas esferas governamentais competentes, além de regulamentar, analisar e fiscalizar a realização de pesquisas no âmbito do IFRO.

3.13. COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

A Comissão de Ética no Uso de Animais do Instituto Federal do Rondônia CEUA/IFRO é um órgão deliberativo e de assessoramento da Administração Superior do Instituto em matéria normativa e consultiva, nas questões sobre a utilização de animais para o ensino e a pesquisa, que aplica-se aos animais das espécies classificadas como *Filo Chordata, sub-filo Vertebrata*.

A CEUA - IFRO tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito do IFRO e nos limites de suas atribuições, o disposto na legislação aplicável à criação e/ou utilização de animais para o ensino e a pesquisa, caracterizando-se a sua atuação como educativa, consultiva, de assessoria e fiscalização nas questões relativas à matéria de que se trata.

4. REQUISITOS LEGAIS

4.1. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO

Os projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio atendem ao respectivo Catálogo do Ministério da Educação, às diretrizes específicas da modalidade dos cursos e às normatizações internas. No âmbito da legislação nacional, elencam-se como referências comuns e recorrentes:

- a) Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio: define carga horária de cada formação e sua área de conhecimento, sugere abordagens para os cursos, traça perfis de formação e apresenta campos de atuação profissional;
- b) Decreto 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394/96;



- c) Lei 11.788/08: dispõe sobre as Práticas Profissionais Supervisionadas;
- d) Lei 11.892/08: cria os Institutos Federais;
- e) Lei 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- f) Parecer CEB/CNE 39/2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio;
- g) Resolução CEB/CNE 2/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- h) Resolução CEB/CNE 6/2012: institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

Especificamente, a *Resolução 6/2012*, do Conselho Nacional de Educação, apresenta conceitos e princípios de organização basilar para os cursos técnicos, enquanto o Catálogo Nacional específico define os perfis de formação e sugere os eixos de formação mínimos para cada caso.

4.2. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

A legislação nacional determina os componentes obrigatórios que constituem a base nacional comum e que devem ser tratados em uma ou mais áreas de conhecimento na composição do currículo, entre elas está o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras. Segundo a *Resolução CNE/CP 01/2004*, caberá às instituições de ensino incluírem no contexto de seus estudos e atividades cotidianas, tanto a contribuição histórico-cultural dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, quanto às contribuições de raiz africana e europeia. É preciso ter clareza de que o Art. 26a, acrescido à *Lei n.º. 9.394/96*, impõe bem mais do que a inclusão de novos conteúdos, mas exige que se repense um conjunto de questões: as relações Etnicorraciais, sociais e pedagógicas, os procedimentos de ensino, as condições oferecidas para aprendizagem e os objetivos da educação proporcionada pelas escolas.

Leva-se, também, em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena,



conforme o disposto na *Lei n° 11.645 de 10/03/2008*, na *Resolução CNE/CP n° 01, de 17 de junho de 2004* e na *Lei n° 10.639, de 09 de janeiro de 2003*.

4.3. DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Em 1948, a Organização das Nações Unidas editou e apresentou ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos a fim de garantir que todos os seres humanos pudessem “invocar os direitos e as liberdades proclamados [...], sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. ” A partir de então, foi desencadeado um processo de mudança no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais em todo o planeta. Diversos outros instrumentos, cartas, tratados, pactos foram criados a fim de dar garantia e de ampliar as já existentes nos diversos países em redor do mundo. No Brasil, os direitos humanos estão garantidos na Constituição Federal (1988), em seu artigo 5º, parágrafos 2º e 3º, nos quais está consignado que:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Além de recepcionar a legislação e os tratados internacionais sobre direitos humanos, no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal (1988) está escrito que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. A legislação brasileira é perfeita no que se refere ao oferecimento de garantias individuais e coletivas; no entanto, a prática não imita a teoria, visto que as denominadas minorias sociais vivem marginalizadas em face de uma exclusão que, a cada dia, torna-se mais e mais evidente. Visando minorar os diversos atentados contra os direitos individuais e coletivos e alavancar políticas que



avancem rumo a um futuro de igualdade e de respeito à dignidade da pessoa humana, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; o Ministério da Educação; o Ministério da Justiça e a UNESCO, por meio do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituíram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) com os objetivos gerais de:

- a) Destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito;
- b) Enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;
- c) Encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas;
- d) Contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos;
- e) Estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos;
- f) Propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);
- g) Avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos;
- h) Orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos;
- i) Estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos;
- j) Estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos;
- k) Incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos;
- l) Balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos



Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios;

- m) Incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das políticas de ensino para o Ensino Técnico de Nível Médio e de graduação, faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no *Parecer CNE/CP nº 8/2012*, que originou a *Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012*, e também, às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena, conforme o disposto na *Lei nº 11.645 de 10/03/2008*, na *Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004* e na *Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003*.

Embora não haja uma política esboçada num plano ou programa específico para tratar dos direitos humanos, é certo que o tema vem se tornando, a cada dia, mais e mais frequente nas discussões dos comitês, conselhos e comissões constituídas para pensar o futuro do IFRO. Os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias, como optativas e também como conteúdo de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais nos cursos da educação básica, técnica, tecnológica e superior do Instituto Federal de Educação de Rondônia, o qual pretende, nos anos vindouros, ampliar as discussões em nível de poder contribuir, sobremaneira, com a formação humanista da sociedade na qual está inserido e atua como agente de transformação social.

4.4. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Com fundamento no disposto na *Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012*, o IFRO, por intermédio do seu Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), conta com corpo técnico a fim de prestar a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

A *Lei Berenice Piana*, de proteção aos direitos da pessoa com autismo, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff. A *Lei nº 12.764* institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e prevê a participação da comunidade na formulação



das políticas públicas voltadas para os autistas, além da implantação, acompanhamento e avaliação da mesma. Com a referida lei, fica assegurado o acesso às ações e serviços de saúde, incluindo o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional, a nutrição adequada e a terapia nutricional, os medicamentos e as informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento. Da mesma forma, pessoas com autismo terão assegurados o acesso à educação e ao ensino profissionalizante, à moradia, ao mercado de trabalho e à previdência e assistência social.

4.5. ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

O *Campus* está se adaptando para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas e laboratórios, áreas de lazer, estacionamentos e sanitários.

Em atendimento à *Lei Federal n.º 10.098/2000* e ao *Decreto 5.296/2004*, o *Campus* tem:

- a) Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades especiais.
- b) Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;
- c) Os sanitários são adaptados para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- d) Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- e) Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

Deverá ser cumprido o estabelecido na NBR 9050 (ABNT, 2004) e legislações aplicáveis.

4.5.1. Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Visual

O *Campus* Guajará-Mirim já possui, parcialmente, piso tátil em suas instalações e está se adaptando para adquirir os demais equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência visual, a fim de assegurar o ensino e aprendizagem aos alunos.

4.5.2. Acessibilidade de Alunos com Deficiência Auditiva

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais específicas têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória, que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas — muitas vezes tidas como “depósitos” — até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira.

Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no *Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005*, que regulamenta a *Lei 10.436, de 24 de abril de 2002*, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras, e o art. 18 da *Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*, que trata da acessibilidade de pessoas com necessidades específicas. É possível a construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença, a partir do momento em que a educação passa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão. O *Campus* se adaptará com equipamentos (conjunto formado por um pequeno chip emissor, na forma de microfone, usado pelo professor, e um receptor para o aluno) que favoreçam a acessibilidade e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva. O Campus possui um Intérprete de Libras para atender aos alunos com tal necessidade.

4.6 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO

O tempo mínimo para integralização do Curso Técnico Vigilância em Saúde Subsequente ao Ensino Médio é de 04 (quatro) semestres e de no máximo 08 (oito) semestres.

4.7. INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

O IFRO possui, em sua organização administrativa, uma Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenações específicas aos Cursos para informar aos alunos questões relativas às: Condições de oferta do curso, matriz curricular do curso, relação dos professores que integram o



corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho, informes sobre os Dirigentes da instituição e coordenador de curso.

Além disso, a instituição manterá em página eletrônica própria, e também na biblioteca, para consulta dos alunos ou interessados, registro oficial devidamente atualizado das informações referidas ao Projeto Pedagógico do Curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação, conjunto de normas que regem a vida acadêmica, tais como regimento interno do *Campus* Guajará-Mirim, descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização, descrição da infraestrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infraestrutura de informática e redes de informação.

Os processos seletivos serão amplamente divulgados pelo site oficial do IFRO e no próprio *Campus*. Os editais conterão dentre outras informações: Denominação de cada curso abrangido pelo processo seletivo, número de vagas por curso, normas de acesso e prazo de validade do processo seletivo.

4.8. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A política de Educação Ambiental no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia visa construir valores sociais, atitudinais e competências para a utilização sustentável do meio ambiente. Além do oferecimento de disciplinas que tratam do tema e dos conteúdos, oferecidos de modo transversal, nas demais disciplinas de formação geral, será estimulada a implantação de projetos e de programas relacionados ao tema a fim de consolidar uma política ambiental que seja capaz de resgatar os mais puros valores relacionados à preservação e ao uso responsável da terra, das matas, do ar, das águas e de tudo o que se deriva deles.

De igual modo, serão estabelecidas parcerias com órgãos ambientais de natureza pública e privada para o desenvolvimento de políticas de preservação e conservação de rios, florestas e de outros ambientes naturais na região de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Como norte para a sua política de educação ambiental interna, o IFRO lançará mão de tudo que está preconizado no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e evoca em especial as cinco diretrizes:



- a) Transversalidade e Interdisciplinaridade.
- b) Descentralização Espacial e Institucional.
- c) Sustentabilidade Socioambiental.
- d) Democracia e Participação Social.
- e) Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

5. TEMAS GERAIS E DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS

O Campus Guarajá-Mirim está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do curso. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para organização dos espaços e instrumentos de trabalho. Para atender, de forma adequada, as necessidades acadêmicas, foram projetadas suas instalações prediais dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de controle. As instalações prediais construídas, de excelente qualidade, são em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso cerâmico antiderrapante, revestimento externo com reboco, massa acrílica e no interno com reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (laboratórios e conjuntos sanitários) com portas internas de madeira e janelas com vidro temperado. A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local.

Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomadas e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra. Todos os ambientes serão climatizados por ar condicionados tipo Split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas. A instalação hidrossanitária atende as normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança. O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle. Havendo feita sucinta demonstração da macroestrutura física do IFRO, e para melhor detalhar a estrutura física e acadêmica do Campus para o funcionamento do curso em tela, será apresentado, a seguir, um quadro contendo as repartições e dependências a serem utilizadas por



professores e alunos no exercício das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e na realização de outras atividades que sejam complementares ao processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Tabela 17- *Infraestrutura e respectivas quantidades e tamanho em metros quadrados*

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	TAMANHO
Sala de Aula	21	54 m ²
Sala de Professores	1	54 m ²
Laboratório de Informática	3	54 m ²
Laboratórios de Química, Biologia e Biotecnologia*	7	62 m ²
Sala da Direção-Geral	1	27 m ²
Gabinete da Direção-Geral	1	27 m ²
Sala das Coordenações e Apoio ao Ensino	1	54 m ²
Sala de Apoio Administrativo CRA	1	27 m ²
Sala de Direção de Ensino	1	27 m ²
Centro de convivência	1	1618 m ²
Sala de Direção de Planejamento e Administração-DPLAD	1	54 m ²

* Cinco laboratórios sob processo de construção.

Fonte: IFRO, 2018.

5.1.1. *Infraestrutura de Segurança*

A instalação do Campus foi projetada para atender as normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio – CBM/RO, por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- ✓ - Extintores CO2 nos corredores e laboratórios;
- ✓ - Parapeito no mezanino/saguão;
- ✓ - Saída de emergência;
- ✓ - Luminárias de emergência;
- ✓ - Ducha d'água nos laboratórios de química;
- ✓ - Sinalizações;
- ✓ - Parte elétrica: Subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas.



5.1.2. Área de Convivência

O IFRO conta com áreas de convivência, saguões e mezaninos que servem para o lazer, descanso e também para as relações interpessoais de alunos e professores. Nesses espaços de convivência amplos, arejados e confortáveis, são contemplados os serviços de alimentação, lazer e outros.

5.1.3. Biblioteca

O campus conta com uma biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância a ser dada à Biblioteca, que conta ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo. Os planos de disciplinas, constantes no ementário deste PPC, trazem uma lista de bibliografia básica e complementar que estará presente na biblioteca do campus.

A consulta ao acervo poderá ser realizada nos terminais da biblioteca ou via Web que poderá ser feita em qualquer computador conectado à Internet. Na consulta local, os funcionários da biblioteca estarão à disposição dos usuários, orientando-os individualmente na pesquisa do material solicitado, seja nos terminais ou nas estantes.

A biblioteca opera com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso ao acervo. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimo domiciliar prevê o empréstimo máximo de (03) três livros concomitantemente e o prazo máximo de 07 (sete) dias para o aluno e no máximo 5 (cinco) livros concomitantemente e o prazo de 14 (quatorze) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. Os Técnicos Administrativos em Educação, estagiários e temporários também poderão fazer empréstimos de livros.

O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

O funcionamento de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de



Rondônia-IFRO, estão reguladas pela resolução nº 21/CONSUP/IFRO/2015.

5.1.4. Espaços para Eventos

O *Campus* conta com instalações físicas que atendem às necessidades para realização de pequenos e médios eventos, tais como: sala de conferências e amplo pátio coberto.

5.1.5. Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias do *Campus* foram construídas de acordo com as normas hidrossanitárias da concessionária local, composta por dois conjuntos sanitários masculinos e dois femininos. Com área de 16,53 m², cada conjunto possui seis divisórias com vasos sanitários, sendo uma planejada para atendimento às pessoas com necessidades especiais e uma bancada com lavatórios. Todos os conjuntos têm piso cerâmico antiderrapante, revestimento total das paredes em azulejos, janelas com vidros temperados, portas em madeira e espelhos. As divisórias e as bancadas são de pedra tipo granito.

5.2. ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas no Regimento Interno do *Campus* Guajará-Mirim (*Resolução nº 54, de 12 de julho de 2016*).

O setor de desempenho das atividades acadêmico-administrativas é a Coordenação de Registros Acadêmicos, denominada tão somente de CRA. O controle da organização acadêmica dá-se por meio de sistema eletrônico denominado de SIGA-Edu. O registro e o controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência, aproveitamento de estudos, expedição de atestados, históricos escolares, registro de diplomas, entre outras atividades, estão a cargo da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA). A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle de responsabilidade do Departamento de Apoio ao Ensino.

A Coordenação de Registros Acadêmicos, vinculada à Diretoria de Ensino, é o setor que faz o recebimento, conferência, arquivamento, elaboração e expedição de documentos relativos à vida acadêmica no *Campus*.

5.3. SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A estrutura organizacional do Campus compõe-se de setores pedagógico administrativos para orientação, acompanhamento e suporte às atividades de alunos e professores, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, e estão de acordo com o Regimento Interno do Campus (*Resolução n. 54 de 12 de julho de 2016*).

O *Campus* Guajará-Mirim será dirigido pelo (a) Diretor (a) -Geral, nomeado (a) de acordo com o que determina o Art. 13 da *Lei nº 11.892/2008* e demais legislações vigentes e organizar-se-á conforme a seguinte estrutura organizacional:

I. Órgãos Colegiados

Conselho Escolar

- Colegiado de Curso
- Conselho de Classe

II. Órgãos Executivos

Direção-Geral (DG)

- Chefia de Gabinete (CGAB)
- Protocolo e Arquivo
- Coordenação de Avaliação e Controle Interno (CACI)
- Coordenação de Comunicação e Eventos (CCOM)
- Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP)
- Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI)

Diretoria de Ensino (DE)

- Coordenação de Assistência ao Educando (CAED)
- Coordenação de Biblioteca (CBIB)
- Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA)
- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)
- Núcleo Pedagógico Multidisciplinar (NUPEM)

Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE)

- Coordenação de Educação a Distância (CEaD)
- Coordenações de Cursos
- Núcleo Docente Estruturante (NDE)
- Laboratórios

Departamento de Extensão (DEPEX)

- Coordenação de Formação Inicial e Continuada (CFIC)
- Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC)

Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP)

- Coordenação de Pesquisa e Inovação (CPI)
- Coordenação de Pós-Graduação (CPOSG)
- Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)

Diretoria de Planejamento e Administração (DPLAD)

- Coordenação de Compras e Licitações (CCL)
- Coordenação de Gestão de Contratos e Convênios (CCONV)
- Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (CPALM)
- Coordenação de Orçamento e Finanças (COFIN)
- Coordenação de Serviços Gerais (CSG)
- Contadoria

5.3.1. Direção de Ensino

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Instrui programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus*, nos Regulamentos da Organização Acadêmica e nas instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Assistência ao Educando (CAED, Coordenação de Biblioteca (CBIB),

Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Núcleo Pedagógico Multidisciplinar (NUPEM) e o Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE)

5.3.1.1. Departamento de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante de nível médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino, conforme a necessidade; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, presta apoio pedagógico aos alunos e professores. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Educação a Distância (CEaD) e as Coordenações de Cursos.

5.3.1.2. Coordenação de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e ao Departamento de Apoio ao Ensino, presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas, oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação no âmbito da Instituição e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos.

O atendimento e acompanhamento pedagógico às turmas e aos alunos, de forma individualizada, têm como objetivo o desenvolvimento harmonioso e equilibrado em todos os aspectos do indivíduo, tanto físico, mental, emocional, moral, estético, político, quanto educacional e profissional. Os serviços específicos são:

Serviço Social - assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, envolvendo: construção do perfil dos que ingressam no *Campus*; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro que envolva, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; realização de outras atividades de atendimento favorável à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar;

Serviço de psicologia: atendimento aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.

Serviço de Atendimento Educacional Inclusivo: atendimento aos alunos com

necessidades educacionais específicas.

Existe, portanto, uma inter-relação com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas e demais setores de apoio pedagógico e administrativos, com vistas a atender, principalmente, ao Programa de Assistência Estudantil do IFRO.

5.3.2. Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário.

Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumpre as atividades de rotina relativas às práticas (levantamento de vagas às práticas supervisionadas, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, etc.), desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente, constrói banco de dados de formandos e egressos, faz as diligências para excursões e visitas técnicas, dentre outras funções.

Em geral, o Departamento de Extensão, apoia a Administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa, como estratégia, a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o *marketing*.

5.3.3. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da Instituição, também, de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino e extensão; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalhará com estratégias de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, realizados no âmbito interno ou não, envolvendo não



apenas os alunos e professores, como também a comunidade externa.

5.3.4. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI)

É um setor que trabalha pela automação e desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: Gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno e registro de professores), dentre outros programas, sistemas e processos.

5.3.5. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

Os alunos que se encontrarem com alguma desigualdade social que implique em uma dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso, poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas — NAPNE. Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão. Informações mais completas podem ser conferidas no projeto de implantação do Núcleo

5.4. POLÍTICAS ESPECIAIS DO IFRO

5.4.1. Políticas de Educação Inclusiva

A sociedade é formada por indivíduos diferentes, e aqueles que estão fora do padrão da maioria, geralmente, são marginalizados, estereotipados e/ou relegados ao que, modernamente, são chamados de grupos de minorias. Segundo Santos e Paulino (2008, p. 70): historicamente, a dialética exclusiva/inclusiva vem galgando caminhos tortuosos e modificando-se de acordo com a sua época. Desta maneira, pode-se constatar a formação de diversos grupos de excluídos que se

modificam a cada dia e compõem uma série de movimentos em favor dos direitos sociais e de participação, buscando minimizar as exclusões que podem ser percebidos nitidamente em muitas situações, de forma velada em outras e muitas vezes até mesmo mascaradas.

Procurando se adequar à modernidade inclusiva e a esse novo mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com o propósito de tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas desigualdades, a fim de igualar os desiguais aos iguais, vem desenvolvendo políticas denominadas de inclusivas para atender as camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais.

O campus Guajará-Mirim, por ser uma unidade edificada recentemente já contempla em seu projeto as recomendações da legislação vigente no que refere às questões de acessibilidade. O IFRO desenvolve uma política de adequações das demais unidades mais antigas a recomendações legais que versam sobre acessibilidade dos espaços escolares.

Nesse sentido, outra questão a se destacar, é a Resolução nº 48/2017, que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNEs, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Entre suas principais características, destacam-se os procedimentos para sua efetiva implantação, que tem como objetivo principal, criar a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação. Informamos também que duas metas apresentadas no presente documento contribuem para a regulamentação da acessibilidade e para o atendimento prioritário em âmbito institucional.

O Projeto Pedagógico Institucional - PPI, que consta no PDI (2018-2022) apresenta como um dos princípios para a garantia de uma gestão pautada na democracia participativa, na perspectiva da inclusão e na Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, “a promoção de políticas inclusivas, que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito” dos discentes, estratégia que também é uma das diretrizes da organização política, pedagógica e administrativa para o funcionamento do IFRO. Também se valoriza ações fomento a capacitação e realização de seminários na área de Educação Inclusiva e Diversidade para discussão e formação de profissionais e estudantes na área da educação especial e inclusiva.



Por fim, a inclusão é uma das principais dimensões para as quais o Instituto vem propondo políticas, entendendo as políticas inclusivas devem centrar-se no eixo da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e basear-se nos direitos individuais do público a que se destina” (PDI, 2018-2022, p. 108).

O ensino e a aprendizagem têm interessado, sobremaneira, pesquisadores, professores, gestores e também às famílias, especialmente, no que concerne à educação especial inclusiva. No âmbito do Instituto Federal de Educação de Rondônia, isso não é diferente. Apesar de sua jovialidade, o IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus campi têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos para que façam parte do sistema nacional de educação básica, técnica, tecnológica e superior, provendo assim “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art. 3º, inc. IV), pautando sempre pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos. (Constituição Federal, 1988).

5.5. ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS DOCENTES

Todos os docentes do *Campus* têm acesso a equipamentos de informática que estão distribuídos nos laboratórios e na biblioteca. A Instituição disponibiliza, em seus três turnos de funcionamento, os laboratórios de informática, composto com máquinas e equipamentos de última geração.

Além do laboratório, os docentes contam ainda com equipamentos de informática instalados nas coordenadorias dos cursos, departamentos de pesquisa e extensão e serviço de apoio psicopedagógico. O acesso à internet no âmbito do *Campus* é realizado por meio de um canal de alta velocidade, com 50MBps – *Full* (Upload/Download).

Os computadores, disponibilizados aos docentes, permitem também, acesso por intermédio do Sistema (Portal Professor), as informações sobre as suas turmas, impressão do diário de classe, cadastro de notas, faltas, conteúdo e relatórios, podendo assim, acompanhar o rendimento acadêmico de cada aluno em tempo real e de qualquer lugar.



5.6. RECURSOS AUDIOVISUAIS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

Os recursos audiovisuais são disponibilizados em números equivalentes às necessidades e demanda das aulas e atividades acadêmicas.

Tabela 18: *Recursos audiovisuais do Campus*

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Projetor Multimídia	6
Televisor	27
Computadores	100

Fonte: IFRO, 2018.

6. REFERÊNCIAS UTILIZADAS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB/CNE 39/2004**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf.
Acesso em: 02/05/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014**. Disponível em
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em:
02/05/2018.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Cartilha de vigilância sanitária: cidadania e controle social**. 2ª ed. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2002.

BRASIL. Ministério da saúde. **Técnico em vigilância em saúde: diretrizes e orientações para a formação**. Brasília, 2011.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Vigilância ambiental em saúde**. 42 p. Brasília, 2002.

_____. _____. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. **Resolução 2/2012**. Disponível em
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192>. Acesso em: 02/05/2018.

_____. _____. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. **Resolução 6/2012**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19/04/2016.

_____. Instituto Federal de Rondônia. Pró-Reitoria de Ensino. **Instruções Normativas 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8 de 2011**. Porto Velho: Proen/IFRO, 2011.

_____. _____. **Relatório de indicadores de resultados acadêmicos do IFRO no ano letivo de 2011 (com dados de matrícula inicial de 2012)**. Porto Velho: Proen/IFRO, 2012.

_____. Instituto Federal de Rondônia. Pró-Reitoria de Ensino. **Regimento Interno do Campus Guajará-Mirim**. Porto Velho: IFRO, 2016.

_____. Instituto Federal de Rondônia. **Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio**. Porto Velho: IFRO, 2016.



_____. _____. **Manual de Estágio.** Porto Velho: IFRO, 2011.

_____. _____. **Regulamento de Estágio nos Cursos Técnicos de Nível Médio.** Porto Velho: IFRO, 2011.

_____. _____. **Regimento Geral.** Porto Velho: IFRO, 2011.

_____. _____. **Regulamento da Emissão, Registro e Expedição de Certificados e Diplomas.** Porto Velho: IFRO, 2012.

_____. _____. **Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas — NAPNEs/IFRO.** Porto Velho: IFRO, 2011.

_____. _____. **Regulamento dos Conselhos de Classe e Colegiados de Curso.** Porto Velho: IFRO, 2013.

_____. _____. **Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso.** Porto Velho: IFRO, 2013.

_____. _____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022).** Porto Velho: IFRO, 2018. Disponível em: <<https://portal.ifro.edu.br/planejamentoestrategico-nav>>. Acesso em: 02/05/2018.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2016-2022.** Disponível em: <<https://portal.insa.gov.br/images/documentos-oficiais/ENCTI-MCTIC-2016-2022.pdf>>. Acesso em: 18/05/2016.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02/05/2018.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Orientação Normativa 7/2008. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacao/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=6419&tipoUrl=link>>. Acesso em: 02/05/2018.

_____. _____. **Decreto 5.154/2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 02/05/2018.

_____. _____. **Decreto 7.566/1909.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 02/05/2018.

_____. _____. **Lei 11.534/2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111534.htm>. Acesso em: 02/05/2018.

_____. _____. **Lei 11.788/2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 02/05/2018.

_____. _____. **Lei 11.892/2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 02/05/2018.

_____. _____. **Lei 12.711/2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 02/05/2018.

_____. _____. **Lei 8.670/1993**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8670.htm>. Acesso em: 02/05/2018.

_____. _____. **Lei 9.394/1996**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02/05/2018.

DANTAS, A. C. da C. **Evasão, retenção e conclusão na rede federal**. Disponível em:
<<http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>>. Acesso em: 02/05/2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável** – Brasil, 2010. Acessado em 02/02/2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável** – Brasil, 2012. Acessado em 02/05/2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável** – Brasil, 2014. Acessado em 02/05/2018.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Convenção de Biodiversidade** 1992, Art. 2.

WWF-Brasil, Sedam/RO e ICMBIO. **Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação no Estado de Rondônia**. Brasília, 2011.

**PORTARIA Nº 10/GJM - CE/IFRO, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020**

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR DO *CAMPUS* GUAJARÁ-MIRIM DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 177 do Regimento Geral (Resolução nº 65/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2015),

CONSIDERANDO a deliberação tomada na Reunião do Conselho Escolar do *Campus* Guajará-Mirim, conforme Ata 06/2020 (Documento SEI nº 1049036);

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23243.012669/2020-49;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, o Plano de Trabalho de atividades para equiparação de estágio dos discentes do Curso Técnico em Vigilância em Saúde Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus* Guajará-Mirim (Documento SEI nº 1015905).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Oliveira Costa de Carvalho, Presidente do Conselho**, em 16/10/2020, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1050180** e o código CRC **C688602F**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ATA 09 - REUNIÃO DE COLEGIADO CTVS

Data	14/09/2020
Horário	180:00
Local	Video-Conferência

Lista de presença	Douglas Moro Piffer	Presidente Colegiado
	Aline Ferreira da Costa Nery de Lima	Presidente Colegiado - Suplente
	Carlos Andre Trindade de Oliveira	Membro
	Wesley Borges Costa	Membro
	Dilma Bazán Ortiz	Representante Discente Turma 2018.2
	Raquel da Costa Vale	Representante Discente Turma 2019.2

Pauta:

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte às dezoito horas reuniram-se por vídeo-conferência, em razão do distanciamento social imposto pela quarentena como método preventivo à infecção pelo novo COVID-19, os membros do Colegiado do Curso Técnico de Vigilância em Saúde Subsequente ao Ensino Médio (CTVS) nomeados pela Portaria n. **170/GJM - CGAB/IFRO** (0985786), de 11 de agosto de 2020, conforme Convocação n. 007/2020 (1015771) para deliberar sobre as pautas que seguem narradas: **1. Justificativa para suspensão das disciplinas e/ou atividades práticas das disciplinas ofertadas em regime remoto:** apresentado o Memorando n. 5/2020/GJM - CCTVS/GJM - COOC/GJM - DAPE/GJM - DE/GJM (1015887), de 11 de setembro de 2020. Não havendo objeções ao texto narrado, o mesmo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelos presentes. **2. Plano de Trabalho para equiparação de atividades remotas para integralização de carga horária de atividades profissionais supervisionadas (estágio):** apresentado o plano de trabalho (1015905). Não havendo objeções ao texto narrado, o mesmo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelos presentes. **3. Acompanhamento discente das atividades remotas e evasões:** apresentada a planilha de acompanhamento discente (conforme abaixo) e sugerida a remessa da mesma à CAED para providências relacionadas à prestação de contas por parte dos alunos que não estão frequentando às aulas remotas quanto ao recebimento de auxílios emergenciais e para acesso à internet, bem como aqueles que receberam empréstimo de equipamentos (computadores). Não havendo objeções ao texto narrado, o mesmo foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelos presentes.

FREQUENCIA DOS ALUNOS DO 3º PERÍODO CTVS	DOENÇAS PARASITÁRIAS	EDUCAÇÃO EM SAÚDE
BEATRIZ DA SILVA ALVES	OK	OK
DAIANE MENDES ARAUJO	NÃO PARTICIPA	NÃO PARTICIPA
DIANA DA SILVA ARAUJO	NÃO PARTICIPA	NÃO PARTICIPA
DIONE MASSAKÁ	OK	OK
DREYCE KATHRYN MESQUITA NUNES	PARTICIPAÇÃO PARCIAL	NÃO PARTICIPA
ELIS REGINA DA SILVA LEITE	OK	OK
ELIZANA DOMINGOS PONHE	OK	OK
ELIZIANE ORO NAO	OK	OK
EMERSON JOSÉ ALGARANHA	NÃO PARTICIPA	NÃO PARTICIPA
EVA GOMES GUSMÃO	OK	OK
HELEN GONÇALVES ANGULO	NÃO PARTICIPA	NÃO PARTICIPA
IRISLENE ADRIELE MOURA DE FREITAS	OK	NÃO PARTICIPA
IZABELA IORIMO PINAI	OK	OK
JAMILY ERONDINA VARGAS	OK	OK
JENIFER LARISSA APONTES	NÃO PARTICIPA	NÃO PARTICIPA
JÉSSICA GUALOA NAJAR	NÃO PARTICIPA	NÃO PARTICIPA
KELCILENE FAREL MESQUITA	PARTICIPAÇÃO PARCIAL	OK
LÍVIA MONTANA MERCADO	OK	OK
LISSIANE VASQUES REBOUÇAS	NÃO PARTICIPA	NÃO PARTICIPA
MARIA DO CARMO OJOPI COIMBRA	NÃO CURSA ESSA DISCIPLINA	PARTICIPAÇÃO PARCIAL
MARIA EUNICE DE MOURA PEREIRA	OK	OK
MARIA REJANE CARVALHO DE LIMA	OK	OK
MICHELA RIVAS ROJAS	OK	OK
NAIANE MENDEZ FERREIRA	OK	OK
RAFAEL QUINTÃO MAGIPO DE ARAUJO	NÃO PARTICIPA	NÃO PARTICIPA
RAIANE GOMES ALVES	OK	OK
RAIMUNDA GOMES DA SILVA	OK	OK
RAQUEL DA COSTA VALE	OK	OK
SAVIO VICTOR SAMPAIO DE AZEVEDO	PARTICIPAÇÃO PARCIAL	NÃO PARTICIPA
SCARLATH STEFANY LANGUIDEY MELGAR	OK	OK
THALIA CHIPANA ILORCA	OK	OK

4. Encerramento da Reunião: Não havendo mais a ser dito e esgotado os pontos de pauta foi dada por encerrada a reunião pelo presidente e coordenador do curso, professor Douglas Moro Piffer, que também lavra a presente ata que segue assinada pelos demais presentes, em concordância do relato aqui descrito.



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Moro Piffer, Coordenador(a) de Curso**, em 15/09/2020, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Borges Costa, Professor(a) - EBTT**, em 15/09/2020, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Ferreira das Costa Nery de Lima, Professor(a) - EBTT**, em 15/09/2020, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos André Trindade de Oliveira, Professor(a) - EBTT**, em 15/09/2020, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1018688** e o código CRC **030AE364**.

PLANO DE TRABALHO - 2020/2

Curso: Técnico em Vigilância em Saúde – CTVS	Turma: 2018.2	Período/Série: 4º PERÍODO - CONCLUÍNTES	
Disciplina: Prática Profissional Supervisionada (Item 1.7.3 e 1.8 do PPC, Res. 27/REIT-CEPEX/IFRO, de 18/10/2018 – SEI 0376864)			
Docente: Douglas Moro Piffer – Coordenador CTVS			
Plano de Trabalho para “apensamento” ao PPC nos casos de substituição de estágio e/ou atividades de laboratório regulamentados na Portaria 544 de xxx (graduação) ou atividades equiparadas ao estágio não previstas em PPC (técnicos)			
<p>Objetivos específicos:</p> <p>A prática profissional, no Curso Técnico em Vigilância em Saúde, tem como objetivo proporcionar aos estudantes a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas ao campo de atuação profissional e prover a vivência do mundo real do trabalho. Está contemplada no curso de forma intrínseca ao currículo, incorporada à carga horária mínima prevista para o curso e especificada nos planos de disciplina, e na forma supervisionada, acrescida à carga horária mínima prevista para o curso.</p> <p>A prática profissional intrínseca ao currículo tem o propósito de articular os conhecimentos teóricos à aquisição de habilidades e competências para o exercício da profissão e é desenvolvida em ambientes de aprendizagem adequados especialmente para este fim, tais como laboratórios, oficinas, ateliês e outros, sob a orientação de um ou mais professores. (Conforme Item 1.8 do PPC, Res. 27/REIT-CEPEX/IFRO, de 18/10/2018 – SEI 0376864).</p>			
Atividades Práticas Previstas Inicialmente (estágio/laboratório/etc)	Atividades Práticas Previstas em Substituição (graduação) ou equiparação (técnicos)	Carga Horária Mínima Prevista	Período de Aplicação
<p>Prática Profissional Supervisionada – 100h</p> <p>A Prática Profissional Supervisionada no Curso Técnico em Vigilância em Saúde é de caráter obrigatório, deve ser iniciada a partir do segundo período letivo do curso e encerrada até o prazo final previsto para a integralização de todos os componentes curriculares. Tem carga horária prevista de 100 horas que pode ser realizada na forma de prática ou atividades a ele equiparadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de cursos online, especificamente, com os seguintes temas: <ul style="list-style-type: none"> - Vigilância Epidemiológica; - Vigilância Sanitária; - Vigilância Ambiental; - Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalhador. 	5 HORAS	<p>A partir dos efeitos da PORTARIA No 519/REIT - CGAB/IFRO, DE 16 DE MARÇO DE 2020 até a validade da INSTRUÇÃO NORMATIVA 3/2020/REIT - PROEN/REIT.</p>

<p>Este projeto prevê que a prática profissional supervisionada seja realizada preferencialmente como Atividade Profissional Efetiva, Empresa Júnior, ou Projetos de Extensão, e caso não seja possível realizar nenhuma dessas modalidades de prática profissional, por inexistência comprovada de vagas suficientes para tal, esta poderá ser realizada na forma de trabalho de conclusão de curso (TCC).</p> <p>(Conforme Item 1.8 do PPC, Res. 27/REIT-CEPEX/IFRO, de 18/10/2018 – SEI 0376864).</p>	<ul style="list-style-type: none"> Participação em palestras e/ou minicursos de eventos realizados na modalidade EaD pelo IFRO. 	1 HORA	A partir dos efeitos da PORTARIA No 519/REIT - CGAB/IFRO, DE 16 DE MARÇO DE 2020 até a validade da INSTRUÇÃO NORMATIVA 3/2020/REIT - PROEN/REIT.
	<ul style="list-style-type: none"> Cursos online realizados no período de isolamento da pandemia (a partir de março) e anterior à INSTRUÇÃO NORMATIVA 3/2020/REIT - PROEN/REIT, desde que estejam relacionados à disciplina. 	5 HORAS	A partir dos efeitos da PORTARIA No 519/REIT - CGAB/IFRO, DE 16 DE MARÇO DE 2020 até a validade da INSTRUÇÃO NORMATIVA 3/2020/REIT - PROEN/REIT.
	<ul style="list-style-type: none"> Eventos externos relacionados a área da disciplina do curso. 	1 HORA	A partir dos efeitos da PORTARIA No 519/REIT - CGAB/IFRO, DE 16 DE MARÇO DE 2020 até a validade da INSTRUÇÃO NORMATIVA 3/2020/REIT - PROEN/REIT.